

Tânia Regina Gottardo Tissot

**Concepções e práticas da Educação
Ambiental na formação do PROEJA: uma
análise do curso técnico em vendas do
IFFar, *campus* Santa Rosa - RS.**

—MESTRADO EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

Novembro 20**18**

Tânia Regina Gottardo Tissot

**Concepções e práticas da Educação
Ambiental na formação do PROEJA: uma
análise do curso técnico em vendas do
IFFar, *campus* Santa Rosa - RS.**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
MESTRE

Orientação

Prof.^a Doutora Carina Luísa Moreira Coelho

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

Novembro 2018

Dedico este trabalho a todo(a)s o(a)s que buscam, incansavelmente, a preservação e proteção do meio ambiente, no intuito de minimizar a crise instalada e que reflete na degradação ambiental e na perda dos sentidos existenciais dos seres que habitam a terra.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, por proporcionar essa grandiosa oportunidade de formação.

A minha orientadora pelo apoio e contribuição fundamentais para a concretização desse projeto.

Ao meu filho e ao meu esposo, por vivenciarem e compartilharem as angústias, incertezas e alegrias dessa caminhada, pelo incentivo, paciência e carinho que sempre demonstraram. Vocês são pontos de luz espalhados pela minha vida. Amo vocês!

Aos meus pais, por entenderem os momentos em que não me fiz presente. Levo vocês no coração.

A professora Dra. Cleria Meller, pelo incentivo e carinho demonstrado.

Aos colegas do mestrado, especialmente, os do *campus* Santa Rosa, a jornada foi longa, mas... Chegamos!

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização desse trabalho.

RESUMO

O PROEJA é um programa que propõe a integração entre a educação básica e a profissional, visando, além da certificação técnica, a elevação da escolaridade, tendo como público alvo os jovens e adultos. No PROEJA, como nas demais modalidades de ensino, o meio ambiente é tido como tema de relevante valor social, devendo ser promovido de forma contínua, permanente e integrado ao currículo escolar. Dessa forma objetivou-se compreender como se concretiza a educação ambiental no âmbito da educação e formação de jovens e adultos, em particular no Curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA do *campus* Santa Rosa/RS, abordando suas concepções e práticas. Adotou-se uma abordagem mista, com aplicação de questionários aos discentes e docentes do curso e também análise de conteúdo do currículo e Projeto Pedagógico do Curso. Os documentos institucionais preveem a formação de profissionais críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Observou-se que os discentes possuem compreensão limitada e fragmentada das questões ambientais. As atividades docentes são focadas nos conteúdos das disciplinas mantendo pouca ou nenhuma relação com a educação ambiental. À vista disso, conclui-se que as atividades para a educação ambiental não são contempladas frequentemente, contrariando as orientações estabelecidas pela legislação. Ademais, a compreensão das questões ambientais é também limitada e fragmentada por parte dos docentes. Dessa forma, propõe-se capacitação aos docentes, discussões sobre a inclusão da educação ambiental no currículo, organização de metodologias para superação da abordagem linear e fragmentada dos conteúdos.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente. Educação Ambiental. Educação de Jovens e Adultos. PROEJA.

ABSTRACT

PROEJA is a program that proposes the integration between basic and professional education, aiming, in addition to the technical certification, the elevation of schooling, having as target group young people and adults. In PROEJA, as in the other educational modalities, the environment is considered as a topic of relevant social value that should be promoted in a continuous, permanent and integrated way into the school curriculum. Therefore it was aimed to understand how environmental education takes place within the framework of education and qualification of young people and adults, in particular in the Technical Course in Integrated Sales PROEJA in campus Santa Rosa/RS, addressing its conceptions and practices. A mixed approach was used, with application of questionnaires to students and teachers of the course and also content analysis of the curriculum and pedagogic project of the course. The institutional documents predict the formation of critical professionals, independent and entrepreneurs committed to sustainable development. It was observed that the students have limited and fragmented understanding of environmental issues. The teaching activities are focused in the contents of the subjects maintaining little or no relation to environmental education. The conclusion was that the activities for environmental education are not frequently contemplated, contrary to the guidelines laid down by the law. In addition, the understanding of environmental issues is also limited and fragmented by the teachers. Therefore, it is proposed the training of the teachers, discussions on the inclusion of the environmental education in the curriculum, organization of methodologies for linear and fragmented approach of the subjects.

KEYWORDS: Environment. Environmental Education. Adult and Youth Education. PROEJA.

ÍNDICE

LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE TABELAS	xii
LISTA DE GRÁFICOS	xiii
LISTA DE ABREVIACÕES	xv
INTRODUÇÃO	17
1. CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	23
1.1. Caminhos da educação ambiental: do reconhecimento mundial da sua importância à definição de orientações para a ação	23
1.2. Educação de jovens e adultos: perspectivas legais e teóricas do seu desenvolvimento no Brasil	36
1.3. A educação profissional no Brasil: breve revisão de marcos legais desde seus primórdios ao atual PROEJA	45
2. CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO	53
2.1. Problema e Objetivos	53
2.1.1. Problema e sua justificação	53
2.1.2. Objetivos	58
2.2. Metodologia	60
2.2.1. Abordagem mista	60
2.2.2. Estudo de caso	62
2.3. Local de estudo e participantes	63
2.3.1. Local de estudo	63
2.3.2. Participantes	65
2.4. Técnicas de recolha de dados	66

2.5. Técnicas de tratamento de dados	69
2.6. Confiabilidade e validade	70
3. CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	73
3.1. Análise do Projeto Pedagógico do Curso	73
3.2. Análise dos Inquéritos por Questionário aos educandos	81
3.3. Análise dos Inquéritos Por Questionários aos Professores	99
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
6. NORMATIVOS LEGAIS E OUTROS DOCUMENTOS	137
APÊNDICES	139
A. Autorização para realização da pesquisa no <i>campus</i> .	139
B. Questionário aplicado aos educandos do curso técnico em vendas integrado PROEJA	140
C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	143
D. Questionário aplicado aos docentes do curso técnico em vendas integrado PROEJA	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Representação Gráfica da Matriz Curricular com Perfil de Formação	76
Quadro 2 – Análise da Matriz Curricular	79
Quadro 3 – Perfil dos estudantes PROEJA	83
Quadro 4 – Comparativo entre as respostas dos docentes e alunos sobre a abordagem do tema meio ambiente.....	93
Quadro 5 – Respostas às justificativas sobre a importância dos conhecimentos sobre meio ambiente para o técnico em vendas	95
Quadro 6 – Respostas relativas às competências adquiridas em relação à questão ambiental	98
Quadro 7 – Justificativas das respostas do Gráfico 14	113
Quadro 8 – Justificativas às respostas do Gráfico 17	120
Quadro 9 – Justificativas às respostas do Gráfico 18	122
Quadro 10 - A partir da sua experiência, o que considera que poderia ser melhorado? (por exemplo, ao nível da instituição, das parcerias, das práticas de ensino-aprendizagem, etc.)	126
Quadro 11 - Há algo mais que você gostasse de compartilhar em relação a educação ambiental voltada a educação de jovens e adultos?	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Objetivos Específicos e Métodos de recolhimento dos dados.....	59
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gráfico 1 - Qual a sua situação atual face ao trabalho?	84
Gráfico 2 – O que o levou a escolher este curso? Marque as principais razões	86
Gráfico 3 – Você considera que há integração da educação ambiental nas disciplinas do curso?	88
Gráfico 4 – Quais as perspectivas de educação ambiental que estão presentes no curso de Vendas do PROEJA? Para cada uma das seguintes afirmações, indique o seu grau de concordância.....	89
Gráfico 5 - Os conteúdos desenvolvidos pelos docentes abordam o estudo do meio ambiente e suas relações? Indique o grau de frequência dessa abordagem.....	92
Gráfico 6 – Qual o grau de importância dos conhecimentos sobre o meio ambiente para as atividades do técnico em vendas?	94
Gráfico 7 – Métodos utilizados pelos professores facilitam a compreensão do estudo do meio ambiente.	97
Gráfico 8 - Você considera-se preparado para trabalhar na área de vendas?	98
Gráfico 9 – Há quanto tempo trabalha na Instituição?	100
Gráfico 10 – Ao longo do seu percurso teve alguma formação voltada para a educação de jovens e adultos?.....	101
Gráfico 11 - Ao longo do seu percurso teve alguma formação direcionada para a educação ambiental?	103
Gráfico 12 – O que é educação ambiental para você?	105
Gráfico 13 - A matriz curricular do curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA está organizada para integração da educação ambiental nas diversas disciplinas?	108
Gráfico 14 - Na sua concepção, que práticas pedagógicas relacionadas à educação ambiental são programadas para a formação do Técnico em Vendas Integrado PROEJA?	110
Gráfico 15 – Do seu ponto de vista, qual o grau de importância do conhecimento sobre o meio ambiente para as atividades do Técnico em Vendas PROEJA?	111
Gráfico 16 – Nas suas aulas aborda questões relacionadas com a educação ambiental?	112

Gráfico 17 – Indique a frequência com que os seguintes elementos estão presentes nas dinâmicas das suas aulas em que aborda as questões da educação ambiental	115
Gráfico 18 - Quais as maiores dificuldades que encontra ao abordar questões sobre a educação ambiental nas suas aulas?	117
Gráfico 19 – Os alunos envolvem-se com facilidade no desenvolvimento do tema?.....	119
Gráfico 20 – No <i>campus</i> Santa Rosa/RS, há apoios e incentivos por parte da Instituição para a educação ambiental?	121
Gráfico 21 - Como avalia a adequação desses incentivos face aos propósitos da educação ambiental?	122
Gráfico 22 - No <i>campus</i> Santa Rosa/RS, existem parcerias com outras instituições para o desenvolvimento de ações e/ou projetos relacionados ao meio ambiente?	123
Gráfico 23 - Do seu ponto de vista, quais as principais atitudes e competências em Educação Ambiental adquiridas pelos formandos com a conclusão do curso?	124

LISTA DE ABREVIACÕES

Art.	Artigo
CF	Constituição Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IFFar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
RS	Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

INTRODUÇÃO

O projeto apresentado foi desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, IFFar, *Campus* Santa Rosa, mais propriamente no Curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) e surge no âmbito do Mestrado em Educação: Especialização em Educação e Formação de Adultos.

Trata-se do único curso do PROEJA no *campus* até o momento (outros estão em fase de planejamento para 2019) voltado especificamente à educação e formação de jovens e adultos que não puderam, por várias razões, dar continuidade aos seus estudos em tempo próprio e têm a oportunidade de retomá-los por meio de programas educacionais específicos, garantidos por meio de um processo intenso de lutas, originadas por um longo período de incompreensões, injustiças sociais e políticas desses sujeitos, considerados em vários contextos como grupos excluídos socialmente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, LDB, apresenta a modalidade de ensino de jovens e adultos mostrando a necessidade de desenvolver propostas que integram a educação profissional com o processo produtivo, construção de conhecimento e com o desenvolvimento científico e tecnológico, com o propósito de garantir uma formação geral e o desenvolvimento da habilitação profissional técnica no ensino médio no intuito de aproximar as realidades da educação e do trabalho (Projeto Pedagógico do Curso, 2014).

O Curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA faz parte do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios e foi instituído no *campus* Santa Rosa como

uma demanda proposta pela comunidade e região para o aperfeiçoamento e qualificação profissional de jovens e adultos originários de um ensino descontinuado, para que pudessem integrar o mundo do trabalho e visando melhorias nas condições de inserção social, trabalho, economia, política e cultura.

Nesse viés, o curso objetiva a formação de jovens e adultos profissionais que se constituam como sujeitos criativos, inovadores, empreendedores e mobilizadores da mudança, bem como, constituam-se como “agentes de resultados”, constantemente preocupados com a conservação e restauração das condições do meio ambiente (Projeto Pedagógico do Curso, 2014).

Para tanto, é fundamental o desenvolvimento de práticas que envolvam suas realidades e, associadas a elas, atividades e ações que desenvolvam a educação ambiental, uma vez que um profissional necessita de conhecimentos relacionados ao meio ambiente para adequar suas tarefas de modo sustentável e sem agredir o meio ambiente, sendo fundamental a sensibilização e sentimento de pertença à natureza.

Nessa perspectiva, a pesquisa buscou compreender de quais modos é concretizada a educação ambiental no currículo do curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA do IFFar, *campus* Santa Rosa/RS.

O estudo possibilitou a análise das concepções e práticas da educação ambiental que permeiam a formação profissional do Curso Técnico em Vendas PROEJA, tendo em vista que após a formação o educando deverá estar apto a dominar as estratégias e processualidades das atividades de vendas que possam contribuir com o trabalho de planejamento e execução de programas voltados à viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos, contemplando constantemente a conservação e restauração das condições do meio ambiente (Projeto Pedagógico do Curso, 2014).

Dessa forma, abordou a educação ambiental, suas concepções e práticas a partir da análise curricular do Curso, na perspectiva de investigar a maneira como se dão os processos de educação para os jovens e adultos no que tange a educação ambiental.

Para esses processos foi pertinente a análise das legislações vigentes que tratam do tema, com o propósito de demonstrar que a legislação buscou a tutela do bem ambiental, procurando direcionar o comportamento e as ações humanas para um desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo sustentável, introduzindo um sistema de prevenção e redução, a fim de minimizar o impacto ambiental que afeta a qualidade de vida e as relações sociais, tratando o tema ambiente como conteúdo transversal, devendo ser e estar relacionado em todos os níveis de educação e em qualquer disciplina.

Nesse aspecto, para atingir o objetivo foi necessário investigar como a instituição de ensino tem tratado e abordado a problemática ambiental, considerando que os educandos do PROEJA vêm de um ensino descontinuado e precário, com opiniões, costumes e crenças relativamente estabelecidos e por vezes sentem dificuldades de melhorar sua qualidade de vida pela falta de uma formação crítica, promotora de cidadania.

Nesta perspectiva, esse estudo tem relevância social e científica, pois busca contribuir para a conscientização ética e comportamental relacionada ao ambiente e formação dos estudantes e futuros profissionais, demonstrando que as questões ambientais não devem ficar restritas a conteúdos de disciplinas específicas, devem ser trabalhadas em diferentes áreas do saber, de forma transversal e interdisciplinar, a partir da compreensão da natureza como parte da nossa existência, desenvolvendo uma formação ambiental ética, crítica e significativa para os sujeitos.

Dessa forma, o objetivo geral visou à análise das concepções e práticas da educação ambiental que permeiam a formação profissional do Curso Técnico em Vendas PROEJA do IFFar, *campus* Santa Rosa, pretendendo investigar a proposta de educação ambiental enquanto tema transversal abordada no currículo do curso e a visão dos docentes e discentes.

Nesse sentido, para que fosse atingido o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram considerados:

- a) Identificar e caracterizar propostas pedagógicas, presentes no currículo do curso, que visam à abordagem da educação ambiental para a educação e formação de jovens e adultos;
- b) Compreender o valor atribuído à educação ambiental pelos docentes e discentes;
- c) Reconhecer as motivações e dificuldades para a concretização da educação ambiental no curso técnico em vendas;
- d) Estabelecer relação entre as práticas educativas sobre educação ambiental aplicadas no curso PROEJA vendas e as vivenciadas pelos educandos no seu cotidiano, a fim de perceber a trajetória formativa destes educandos e suas significações;
- e) Identificar e caracterizar os incentivos e ações institucionais para a realização desses processos e o envolvimento de outras instituições que planejam a educação e formação ambiental;
- f) Compreender e relacionar a educação ambiental com a formação profissional desses educandos adultos e quais as competências adquiridas para preservação, prevenção e modos sustentáveis de produção e consumo que levam para as suas profissões.

A pesquisa foi permeada pelos enfoques dados à preocupação com o meio ambiente para a formação de jovens e adultos, visando uma relação de

construção de conhecimento e a (re)significação da ética com a finalidade de planejar e executar ações e compor argumentos que fortaleçam a concepção de que o ambiente faz parte da sobrevivência humana e que fortaleçam o sentimento de pertença, considerando que estamos inseridos em um único ecossistema.

A temática do estudo justifica-se, pois se faz necessário inserir a educação ambiental na vida desses indivíduos, propondo uma mudança de comportamento, de atitudes e do estilo de vida. Importa considerar que os educandos do PROEJA representam uma parcela de pessoas que tiveram pouca ou nenhuma oportunidade de escolarização regular, constituindo um ponto importante para o desenvolvimento do comportamento desses educandos, permitindo propostas pedagógicas que possam ser incorporadas no currículo e servir como parâmetro para políticas públicas educacionais e ambientais que visem o desenvolvimento da ética ambiental e de valores promotores de sustentabilidade.

No primeiro capítulo, procurou-se contextualizar a educação ambiental, analisando os principais contextos históricos da preocupação com o meio ambiente, os aspectos gerais da legislação ambiental, a transversalidade do tema, resgatando de forma breve, e sem esgotar o tema, o princípio da preocupação ambiental no Brasil. Abordou-se a educação profissional e educação de jovens e adultos e as políticas públicas voltadas para a educação de adultos, buscando na literatura e legislação fundamentos que proporcionam reflexões sobre o desenvolvimento de ações adotadas para a educação e formação dos adultos.

No segundo capítulo, evidenciou-se o objeto da abordagem proposta pelo estudo, com a descrição da metodologia e todos os sujeitos envolvidos. Destacou-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Farroupilha, *campus* Santa Rosa/RS, instituição de ensino comprometida com a formação integral dos sujeitos e com a responsabilidade social e ambiental, onde se possibilitou conhecer o espaço educativo em que a pesquisa foi desenvolvida.

O capítulo terceiro apresentou a análise dos resultados referentes à inquirição por questionários dos docentes e discentes e a análise do Plano Pedagógico do Curso, com fim de apurar se a instituição concebe a educação ambiental para a educação de adultos, de que modo é proposto e ainda se há a compreensão das questões relacionadas ao meio ambiente pelos participantes.

Por fim, nas considerações finais, procurou-se apresentar contribuições para a formação profissional de jovens e adultos, de forma que a aprendizagem possibilite uma evolução conceitual no que tange à ética ambiental, à sustentabilidade, aos processos produtivos e ao consumo consciente. Essas contribuições vêm ao encontro de uma reflexão crítica que considera o currículo e a formação profissional do PROEJA na instituição, buscando promover uma educação que vá além da transmissão de conteúdos historicamente sistematizados, que construa o processo de ensino-aprendizagem conjuntamente com os saberes e realidades dos educadores e educandos, possibilitando o enfrentamento da questão ambiental com maior propriedade, localizando as dificuldades e motivações da comunidade e promovendo a responsabilidade individual e coletiva através do desenvolvimento da autonomia e da participação dos estudantes.

1. CAPITULO I – REVISÃO DE LITERATURA

1.1. CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DO RECONHECIMENTO MUNDIAL DA SUA IMPORTÂNCIA À DEFINIÇÃO DE ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

O desenvolvimento da ciência e o crescimento da sociedade capitalista fizeram emergir problemáticas ambientais, influenciando o modo de tratamento com o ambiente. Preocupados com os impactos ambientais, representantes de países se reuniram em Conferência para definirem ações de prevenção que fossem respeitadas e seguidas por todos.

A sensibilização pela educação ambiental já era utilizada desde 1960 pelos movimentos ambientalistas, porém, somente em 1965 com a realização da Conferência em Educação promovida pela Universidade do Keele no Reino Unido se concluiu que a educação ambiental deveria integrar a educação de todos os cidadãos e cidadãs (Meller, 2007). Sobre essas questões, Lemos corrobora:

Os problemas ambientais já vinham sendo discutidos desde a década de 1960, inclusive no meio científico. A partir deste momento, emergem diversos movimentos sociais que trazem críticas ao modelo de produção dominante, bem como aos modelos de comportamento vigentes e ao próprio modelo de vida, entre os quais é possível citar os movimentos feminista, negro, homossexual e o ecológico. (Lemos, 2008, p.69).

Importa salientar que a consciência ambiental não era tão abrangente, as preocupações eram voltadas para o crescimento populacional, produção agrícola, desenvolvimento industrial e de capital. Não se observava o cuidado com os recursos oriundos do meio natural, pois a sociedade interagiu com a

natureza de forma harmônica e equilibrada, dando tempo para esta se recompor. Porém, com o crescimento da população e o consumo excessivo, essa interação deixou de ser equilibrada e começaram a surgir as catástrofes ambientais, o que motivou governantes a se reunirem para discutir e definir ações acerca do cuidado e proteção com o meio ambiente.

Uma das principais conferências realizadas foi a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1972 em Estocolmo na Suécia, organizada pela ONU, Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil fez parte e desde então passou a considerar uma legislação ambiental para assegurar a responsabilidade e consequente prevenção e preservação.

Considerada um dos marcos mundiais onde se iniciou a materialização da educação ambiental, a Conferência de Estocolmo enfatizou a fragilidade do meio e a urgência em criar instrumentos para tratar os problemas ambientais, sendo reconhecida a educação ambiental como instrumento importante e “passou a ser recomendada a todos os povos, como política de educação a ser regulamentada por intermédio de legislação interna de cada Estado Nacional” (Rodrigues, 2017, p. 208).

Outro importante destaque é a Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, ocorrida na Geórgia em 1977, cuja organização se deu pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Esse encontro objetivou dar sequência ao que fora definido pela Conferência de Estocolmo, regulamentando princípios básicos para a educação ambiental a serem adotados como paradigmas e seguidos nas políticas de educação para todos os Estados. Deste estabeleceram-se dois princípios básicos:

- 1) Uma nova ética que orienta os valores e comportamentos sociais para os objetivos de sustentabilidade ecológica e equidade social.

2) Uma nova concepção do mundo como um sistema complexo levando a uma reformulação do saber e a uma reconstituição do conhecimento. Neste sentido, a Interdisciplinaridade se converteu num princípio metodológico privilegiado da educação ambiental (Leff, 2013, p. 237).

Segundo Leff, o ponto de referência dos projetos educacionais desde então foi a interdisciplinaridade como propósito claro. O progresso desses projetos foi produtivo para a pesquisa através da investigação e geração de conhecimento, porém foi pouco ativo na construção de programas educacionais eficazes (Leff, 2013, p. 239). O autor reconhece que,

As experiências dos projetos educacionais empreendidos desde a Conferência de Tbilisi puseram a descoberto os obstáculos institucionais e os interesses disciplinares que dificultam o avanço da formação ambiental. As resistências teóricas e pedagógicas fizeram com que muitos programas que surgem com uma pretensão interdisciplinar fracassassem diante da dificuldade de transformar os paradigmas atuais do conhecimento e os métodos educacionais. É que a interdisciplinaridade ambiental não é somatório nem a articulação de disciplinas; mas também não ocorre à margem delas, como seria colocar em jogo o pensamento complexo fora dos paradigmas estabelecidos pelas ciências. A educação ambiental requer que se avance na construção de novos objetos interdisciplinares de estudo através do questionamento dos paradigmas dominantes, da formação dos professores e da incorporação do saber ambiental emergente em novos programas curriculares (Leff, 2013, pp. 239-240).

No Brasil a conscientização para questões ambientais não foi diferente do resto do mundo, evidenciou-se em meados dos anos 60, pulsionada pelos movimentos ambientalistas e teve destaque com a implantação da Lei 6.938, Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), sancionada em 1981, com fim de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, como condição para o desenvolvimento sustentável (Lei 6.938/1981).

Em 1992 o Brasil foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, e teve a presença de vários chefes de Estados onde se firmaram duas convenções, uma sobre biodiversidade e outra sobre mudanças climáticas, ocorreu também a assinatura da Agenda 21,

um plano de ações e estratégias para o alcance do desenvolvimento sustentável, “[...] tendo por finalidade estabelecer as ações a serem empreendidas pelos Estados durante o século XXI [...],” (Lemos, 2008, p. 75).

A partir dessa considerou-se que os problemas ambientais estavam ligados à pobreza e à degradação e eram, na sua maioria, causados por países desenvolvidos e sua grande produção industrial. Assim, estes países deveriam ter maior responsabilidade na tutela ambiental e os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançar o desenvolvimento sustentável e evitar a visão antropocêntrica da relação entre meio ambiente e sujeito. Na visão antropocêntrica o homem é considerado o centro de tudo e todas as demais coisas no universo existem única e exclusivamente em função dele (Grün, 2007, p.44).

Teixeira (2006, citado por Silva, 2015) evidencia a situação caótica vivenciada na relação entre humano e natureza, quando aborda a evolução do “homem” (compreende-se homem e mulher) e o conseqüente desrespeito pelo meio ambiente,

O homem, em sua longa evolução cultural-econômica, considerou-se o centro e o senhor do Universo (visão antropocêntrica) e, por conseguinte, reservou-se o direito de dispor de todos os bens ambientais. Passou a ver os seres humanos como superiores e a natureza como valor instrumental, dessa visão distorcida, as relações entre o homem e a natureza nunca se deram de maneira tão desastrosa em seu conjunto como nesses últimos séculos – inclusive com o risco de perecimento de toda a vida existente. A sobrevivência humana, sem a menor dúvida, depende da capacidade de o homem respeitar a Terra (Teixeira, 2006, citado por Silva, 2015, p.15).

A compulsão humana de construir e possuir bens e capitais a qualquer custo ocasionou a destruição sem precedentes e o que ocorre hoje são desafios, insegurança e medo pelas catástrofes ambientais. Assim, a fim de compelir uma forma de responsabilidade ambiental onde o agente responde pelos danos, há a imposição da legislação. Segundo Machado,

Chega-se nos dias atuais com a problemática ambiental sendo prioridade nas preocupações dos governos e das sociedades; entretanto, não se percebem mudanças mais profundas nos comportamentos, nas atitudes e nos valores. Se, de um lado, há um sentimento de uma comunidade planetária que busca soluções pela via da cooperação e solidariedade, por outro lado, vê-se um aprofundamento das diferenças entre ricos e pobres e, consequentemente, uma distribuição desigual dos danos ambientais (Machado, 2014, p. 22).

Percebe-se, no entanto, que embora haja legislações que tutelam o ambiente, nem sempre são cumpridas, distanciando a ideia de prevenção e mudança de comportamentos, atitudes e valores. O indulto concedido às grandes empresas poluidoras do ambiente e que geram danos irreversíveis é a maior prova de que as legislações funcionam precariamente ou não funcionam e facilitam as ações destrutivas tornando ainda mais frágil o ambiente.

Cabe destacar que a própria Constituição Federal de 1988, torna o meio ambiente num direito fundamental, bem de uso comum de todos e sua proteção é dever do Poder Público e da coletividade, como preceitua o art. 225, CF/1988,

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Constituição Federal, 1988).

Embora o artigo faça uma imposição ao Poder Público e à coletividade o dever de preservar e defender o meio ambiente, podendo a coletividade dividir as responsabilidades ambientais com o Poder Público, é visível que isso não ocorre, visto que poluidores nem sempre são responsabilizados pelos danos causados. A CF/1988 consagra ainda a ética de solidariedade entre as gerações, “[...] a harmonia ou a proporção e a sanidade entre os vários elementos que compõem a ecologia — populações, comunidades,

ecossistemas e a biosfera – hão de ser buscadas intensamente pelo Poder Público, pela coletividade e por todas as pessoas [...]” (Machado, 2014, p. 151). O autor, em consonância com o art. 225 da CF/1988, afirma que,

Uma geração deve tentar ser solidária entre todos os que a compõem. [...] A continuidade da vida no planeta pede que esta solidariedade não fique represada na mesma geração, mas ultrapasse a própria geração, levando em conta as gerações que virão após (Machado, 2014, p.155).

Nesse norte, constata-se que, embora necessitamos do crescimento econômico para o desenvolvimento da sociedade, é fundamental o saber ambiental, que segundo Leff, “começa a ser construído pela racionalidade ambiental que implica a formação de um novo saber e a integração interdisciplinar do conhecimento para explicar o comportamento de sistemas socioambientais complexos” (Leff, 2013, p 145).

Para tanto, faz-se necessário “considerar a relação existente entre o modelo de desenvolvimento econômico interno com os valores sociais e culturais de cada sociedade, com as políticas de governo e os processos ecológicos essenciais” (Rodrigues, 2017, p. 209).

Nesse processo torna-se fundamental a educação ambiental inserida nas instituições de ensino, pois a partir dela pode-se agregar ao conhecimento científico e tecnológico o saber ambiental. Este saber pressupõe valores éticos e conhecimentos práticos (Leff, 2013). Para o autor

O saber ambiental é, pois, gerado num processo de conscientização, de produção teórica e de pesquisa científica. O processo educativo permite repensar e reelaborar o saber, na medida em que se transformam as práticas pedagógicas correntes de transmissão e assimilação do saber preestabelecido e fixado em conteúdos curriculares e nas práticas de ensino (Leff, 2013, p. 152).

Nesse processo a educação ambiental, segundo a CF/1988, deve ser promovida pelo Poder Público em todos os níveis de ensino (art. 225, § 1º,

inciso VI). Rodrigues destaca que a educação ambiental deve ser contínua e aliada às tradições e culturas de cada povo.

A educação ambiental não pode se constituir num momento em que as pessoas são incentivadas a abandonar a tradição e ingressar num mundo novo onde tudo será melhor que o passado, na ilusão de que, educando as crianças, teremos um futuro sem problemas gerados pelos passivos ambientais provocados pelas gerações passadas (Rodrigues, 2017, p.243).

Isso requer um corpo docente formado nas temáticas ambientais e capazes de elaborar estratégias de ensino e novas estruturas curriculares. No entanto, “não tem sido fácil a transição do pensamento e dos métodos da complexidade para a condução de programas interdisciplinares de formação que sejam algo mais que a simples junção de cursos e matérias” (Leff, 2013, p. 240)., pois o ensino interdisciplinar implica a construção de novos saberes, técnicas e conhecimentos e sua incorporação como conteúdos integrados no processo de formação.

Nesse contexto, a proposta de inclusão da educação ambiental na educação formal e não formal, deve-se aos reflexos das conferências mundiais e movimentos sociais que propuseram a educação como tomada de consciência para mudança de hábitos, atitudes e valores que proporcionam a sustentabilidade.

A educação formal, entendida aquela dispendida pela escola, com base na relação professor aluno e estruturada nos currículos das instituições e com horários previamente definidos, onde há reconhecimento por meio de certificação e através de processos avaliativos (Canário, 1999, p. 80).

Na educação não formal há a facilidade de “flexibilização de horários, programas e locais, onde se constroem práticas educativas seguindo a realidade e o cotidiano dos participantes, modalidade que tem sido desenvolvida na educação de adultos” (Canário, 1999, p. 80)”.

No que tange as modalidades, foram criadas diretrizes para permear a relação educação e meio ambiente, passando pela confrontação de interesses, pela reorientação dos padrões tecnológicos e das práticas de consumo, por meio de uma intervenção social e cultural que orienta o indivíduo a abandonar a visão antropocêntrica e permite a apropriação da natureza pela constante preocupação de prevenir, auxiliando na proteção ambiental.

Neste processo, o Brasil estabeleceu, com a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), regida pela Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que o ensino da educação ambiental nas instituições educacionais é obrigatório para todos os níveis e modalidades de ensino, respeitando de certa forma os fundamentos delineados pela Constituição Federal da República e os princípios da Conferência de Tbilisi, quais sejam,

- a) considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem (tecnológico e social, econômico, político, histórico-cultural, moral e estético);
- b) constituir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar e continuando através de todas as fases do ensino formal e não-formal;
- c) aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada;
- d) examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas;
- e) concentrar-se nas situações ambientais atuais, tendo em conta também a perspectiva histórica;
- f) insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir e resolver os problemas ambientais;
- g) considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento;
- h) ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais;
- i) destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas;
- j) utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais (Dias, 2014, citado por Rodrigues 2017, pp. 210-211).

Dessa forma, seguindo os princípios da Tbilisi, a PNEA envolve em suas ações a definição do conceito de educação ambiental, como sendo “[...] processos por meio dos quais, o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Lei 9.795, 1999).

A educação ambiental segundo a Agenda 21 é considerada como

um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (Agenda 21).

Educar ambientalmente significa se apropriar de conceitos e processos que digam respeito ao ambiente, à aquisição de visões de mundo que possibilitem o respeito a todas as formas de vida e o entendimento de que a vida só se dá pelas complexas teias tecidas pelos elementos naturais e socioculturais que se entrelaçam (Lisboa & Kindel, 2012).

No entendimento de Leff (2010), a questão ambiental vem a ser uma problemática de caráter social e não estritamente ecológica “esta crise foi gerada pela racionalidade teórica, formal e instrumental da ordem econômica e jurídica em que se fundou a modernidade que rege os processos atuais de globalização”, afirma ainda que “[...] a participação social na gestão dos recursos ambientais implica mudança de racionalidade social e não simplesmente da aplicação de um paradigma ecológico.” (Leff, 2010, p. 167). Para o autor,

A crise ambiental é uma crise do conhecimento e um esvaziamento dos sentidos existenciais que dão suporte à vida humana. Diante das certezas e do controle que a ciência procurava outorgar para uma

vida segura, preservada da violência da natureza e da perversidade humana submetida à fatalidade, hoje outro terror nos invade: o terror que gerou o forçamento do mundo pelo domínio do poder da ideia universal, da submissão do diverso ao uno, da diferença ao mesmo. Vivemos desamparados diante da descrença da magia e da impotência do conhecimento que desencadeou um mundo à deriva, incognoscível, que paralisa a ação não apenas pelo terror, mas porque apagaram-se as luzes que orientavam o caminho para algum lugar, mesmo que fosse para o caminho inelutável para uma morte com sentido (Leff, 2010, p. 181).

O autor alude à ideia de que a crise ambiental está relacionada diretamente a questões sociais que afetam o meio ambiente e para haver mudança é necessária a ruptura de tradições exploratórias, que podem ser alcançadas pela mudança de hábitos através da educação.

Com o intuito de orientar, regular e ordenar a educação no Brasil foi criada a Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que disciplinam a educação escolar em qualquer nível e modalidade, incluindo-se a educação de jovens e adultos (art. 37), e articulam a educação com o mundo do trabalho e com a prática social (Lei 9.394, 1996).

Vinculado à LDB elaboraram-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1998, que visam estabelecer diretrizes para criação do currículo e são dispostos em dois grupos: as áreas do conhecimento e os temas transversais, que correspondem aos conteúdos de ética, educação ambiental, orientação sexual, pluralidade cultural e saúde – conteúdos considerados de caráter social e que devem estar presentes no currículo interiorizado nas várias áreas do conhecimento.

Os temas transversais, segundo os PCN, são temas voltados para as questões sociais e que têm natureza diferente das áreas convencionais e devem ser trabalhadas de forma contínua e integrada, pois atuam como eixo unificador, em torno do qual as disciplinas se organizam, devendo ser trabalhados de modo coordenado e não como um assunto

descontextualizado ou como disciplina isolada, devem ser abordados de maneira interdisciplinar e associados ao cotidiano do educando (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998).

Nesse viés, a educação ambiental tem como preocupação a compreensão da realidade social na qual o indivíduo está inserido, trabalhando com a transversalidade e a interdisciplinaridade. Conforme os PCN,

Ambas transversalidade e interdisciplinaridade — se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Mas diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática. A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles — questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas. A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p. 27).

Ainda segundo os PCN, as práticas educacionais ambientais podem abranger todas as disciplinas do currículo, contextualizadas com a realidade da comunidade que fazem parte, onde o educando perceba a correlação dos fatos e tenha uma visão holística do mundo em que vive. Para isso, optou-se por integrar temas transversais (como os respeitantes à educação ambiental) nas áreas convencionais do currículo de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as com questões da atualidade.

A inserção da dimensão ambiental no currículo de forma continuada pode auxiliar os sujeitos a desenvolver uma visão de mundo, entendendo que a continuidade da vida no planeta exige a participação de todos em resposta aos desafios que se apresentam em diferentes espaços. As Diretrizes

Curriculares para Educação Ambiental fazem referência a essa visão, conceituando educação ambiental como uma dimensão da educação.

É atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (art. 2º da Resolução nº 2/2012).

A educação deve concretizar a aquisição da autonomia, o desenvolvimento da personalidade e da responsabilidade com o meio ambiente, seja para a educação de crianças, jovens ou de adultos, garantindo a satisfação das necessidades de ensino e aprendizagem, de habilidades para a vida e para a cidadania.

Leff afirma que à educação ambiental se propõe o desafio de garantir a educação para todos, de melhorar a cobertura e a eficiência final do sistema de educação formal, de ser o processo de transmissão dos conhecimentos para gerar as capacidades necessárias para ingressar no mercado de trabalho e ter acesso à modernidade, tendo a possibilidade de ser inserido no mundo competitivo e globalizado (Leff, 2010, p. 180). Segundo o autor,

A educação ambiental recupera seu caráter crítico, libertário e emancipatório, propiciando o surgimento de um saber ambiental, promovendo uma ética da outridade que abre caminho para um diálogo de saberes e para uma política da diferença. Já não é suficiente transmitir as ciências normais, os conhecimentos úteis, os saberes consabidos, porque a crise ambiental abalou o conhecimento e deslocou o lugar da verdade: para dar lugar às verdades por vir e para nos perguntar sobre os limites da verdade diante do inefável da vida (Leff, 2010, p. 180).

Os sistemas educacionais devem buscar ações e estratégias pedagógicas conjuntas, não fragmentadas ou particularizadas, a fim de desenvolver na sociedade a efetivação de um novo relacionamento entre os sujeitos e o

ambiente, onde haja o entendimento das relações de produção e consumo e de suas implicações.

É necessária a compreensão da estrutura socioambiental, pois faz parte do desenvolvimento do ser. Para Lindner, “a tarefa da escola, e principalmente de uma Educação Ambiental, é propor uma filosofia de trabalho em que a cultura que permeia os currículos e as diferentes disciplinas tenha por sentido organizar o indivíduo em seu coletivo e o coletivo em sua história.” (2012, p. 17).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental estabelecida pela Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, reafirmam o que a Lei 9.795/1999 estabeleceu corroborando a educação ambiental como componente integrante, essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da educação básica e da educação superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integralmente nos seus projetos institucionais e pedagógicos (Resolução nº2/2012).

Assim, a escola, por intermédio da cooperação e do favorecimento da construção da autonomia intelectual, poderá construir um sujeito capaz de exercer sua cidadania, pressuposto básico para a educação ambiental, considerando a autonomia como instrumento cognitivo necessário para o desenvolvimento (Castro, Layrargues & Loureiro, 2011, p. 113), possibilitando contribuir para o entendimento da complexidade ambiental, a fim de que a educação ambiental torne um modelo educacional emergente, planejando e executando ações centradas no conhecimento prévio, na compreensão humana e na cultura da sociedade onde está inserida, no sentido decolaborarde modo contínuo para uma mudança de paradigma na vida

peçoal, na convivência coletiva, na produção e consumo de bens e na relação com o meio ambiente de forma sustentável.

1.2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS LEGAIS E TEÓRICAS DO SEU DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Os primeiros vestígios da educação de jovens e adultos no Brasil começaram a ser vivenciados na época do Brasil Colônia, quando os jesuítas catequizavam ou instruíam os indígenas para cumprirem melhor suas funções de acordo com as atividades que lhes eram atribuídas, que fosse para doutrinação religiosa, ou ensinamentos agrícolas e raras vezes para leitura e escrita (Paiva, 1973 citado por Friedrich, p. 6).

Cunha (1999, p. 8) destaca a fragilidade da educação ou do sistema educacional no período Brasil Colônia, considerando que a educação não era responsável pelo aumento da produtividade, embora fosse esse o intuito, pois esta se dava a partir do aumento do número de escravos, o que refletia o descaso com a educação.

Com o passar do tempo, a educação de jovens e adultos viveu um processo de amadurecimento que foi transformando aos poucos a compreensão sendo então denominada como prática social onde se resolviam problemas pontuais relacionados ao analfabetismo e falta de qualificação de mão-de-obra, era aplicada uma aprendizagem superficial somente para suprir necessidade específica (Cruz, Gonçalves & Oliveira, 2012).

Com o desenvolvimento industrial no Brasil, a necessidade de educar e formar trabalhadores tornou-se indispensável, sendo imprescindível ter um trabalhador pensante para atuar nas indústrias com domínio de técnicas de

produção. Segundo Cunha (1999), com o desenvolvimento industrial, no início do século XX, iniciou-se um processo tímido de valorização da educação de adultos. No entanto, essa preocupação foi mais no sentido de preparação da sociedade para a industrialização do que uma real preocupação com a educação cidadã.

A ideia de educação para os operários era vista pela classe dominante como desnecessária, sendo um desperdício gastar tempo e dinheiro alfabetizando e educando jovens e adultos já inseridos no mercado de trabalho. Existia sim, medo de que a educação incitasse nesses sujeitos seu papel crítico enquanto cidadão questionador e participante da sociedade, o que de certa forma ocorre até os dias de hoje.

Por volta dos anos 1940 a 1945, frente aos altos índices de analfabetismo, criou-se um fundo destinado à alfabetização e educação dos adultos que foi fortalecido a partir de um movimento dos princípios democráticos e com a criação da UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Cunha, 1999).

Após uma fase de manifestações subversivas, pelo fato de o adulto analfabeto ser considerado marginal inapto a compreender, incapaz de usufruir de direitos políticos e econômicos, a educação de jovens e adultos teve sua visão preconceituosa alterada, tendo por base estudos psicológicos que afirmavam que a capacidade de aprendizagem desses não era menor do que a das crianças (Cunha, 1999).

O analfabetismo antes considerado como causa da pobreza, passou a ser interpretado como um efeito da pobreza gerada pela desigualdade social (Cunha, 1999). Nesse aspecto, a alfabetização e educação dos jovens e adultos deveriam partir de suas culturas e experiências e, sobretudo, dos problemas sociais e das possibilidades de superá-los.

Na visão de Paulo Freire (1989, p.72, citado por Cunha, 1999) o conceito de alfabetização e educação são próximos. A alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. É o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. Implica uma autoformação da qual pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto. Por isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, apenas ajustado pelo educador. Isto faz com que o papel do educador seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto sobre situações concretas, de sua vivência e experiência, oferecendo-lhe os meios com os quais possa se alfabetizar.

No intuito de assumir o controle da alfabetização dos jovens e adultos, a partir de 1967, o governo autorizou a criação do MOBRAL, Movimento Brasileiro de Alfabetização, que introduzia a população de 15 a 30 anos a uma alfabetização funcional, visando à socialização e preparação de mão de obra, ensino profissionalizante para o desenvolvimento capitalista. Acabou sendo extinto em 1985, pois não atingiu os patamares pretendidos, e em seu lugar surgiu a Fundação Educar, com idêntico propósito e mais, era responsável por supervisionar o investimento dos recursos financeiros transferidos para o programa.

A partir de 1990, a fundação também foi extinta e nenhum outro programa foi criado demonstrando o descaso do governo com a educação de jovens e adultos, embora estivesse em vigor a Lei de Diretrizes e Bases, Nº 5.692/1971 (LDB), criada no governo militar e que mantinha os mesmos objetivos do MOBRAL, um deles o ensino profissionalizante, obtido através do ensino supletivo que reconhecia a educação de jovens e adultos como um direito de cidadania.

globalização tornaram-se imprescindíveis programas educativos e de formação que assegurem o exercício da cidadania, principalmente a educação de jovens e adultos.

O mundo da aprendizagem e educação de adultos está respondendo a processo de transformação, os rápidos avanços tecnológicos têm exigido que os cidadãos desenvolvam novas habilidades, ao mesmo tempo que proporcionam uma gama inédita de oportunidades de aprendizagem (UNESCO, 2016, p.17).

Num quadro de transformações sociais, a educação de jovens e adultos pode ser considerada um movimento social que tenta acompanhar a rápida evolução científica e tecnológica que vem reforçar a necessidade de desenvolvimento e de postura ética baseada na responsabilidade, trabalhando com a diversidade e de maneira sustentável.

Considerada uma modalidade da educação básica que abrange as etapas do ensino fundamental e médio, essa modalidade de ensino representa também a reparação de uma dívida social com todos aqueles que não tiveram oportunidade de acesso ou conclusão dos estudos na idade apropriada.

A educação de jovens e adultos proporciona ao educando elevar sua escolaridade através de seu reingresso em modalidades de formação que permitem o acesso a novos conhecimentos que podem ser utilizados nas várias relações sociais, nas práticas do mercado de trabalho e de desenvolvimento sustentável.

As práticas educativas utilizadas na educação de jovens e adultos pelos docentes que atendem este segmento de ensino necessitam conhecer o princípio da adequação destes à realidade cultural e subjetiva dos jovens e adultos no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Freire (1996, p. 30) ensinar exige respeito aos saberes dos educandos [...]

pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também [...] discutir com os educandos a razão de ser de alguns desses saberes e, relação com o ensino dos conteúdos (Freire, 1996, p. 30).

Na sequência do pensamento de Freire (1996), ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural, “a questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado” (Freire, 1996, pp. 41-42).

Segundo Adams, a educação é fundamental para que a sociedade “possa intervir com força ética e política para produzir saberes, assumindo um projeto com intencionalidade emancipadora, visando contribuir para a transformação das condições subjetivas (limites das pessoas) e condições objetivas (injustiças e desigualdades em nossa sociedade)” (2010, p. 17, citado por Maraschin, 2012, p. 23).

Desafios são postos quanto às dificuldades para atrair e manter os jovens e adultos na escola, pois esses educandos se dividem entre o trabalho e estudo e quando há dificuldade de conciliar as duas áreas, eles optam pela primeira, para conservar sua sobrevivência e de suas famílias. Seguindo a reflexão de Gadotti (2008) quanto aos perfis dos educandos da educação de jovens e adultos da rede pública, estes incluem trabalhadores, desempregados, donas de casa, jovens, idosos, pessoas portadoras de deficiências, prevalecendo a diversidade cultural, de etnia, de religião e de crenças. Em comum, partilham a procura por melhores condições de vida.

Neste norte, a Política Nacional de Educação 2014-2024, regulamentada pela Lei 13.005 de 2014, estabelece que a educação deve pautar-se pela

promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade. Nessa perspectiva, Gadotti afirma que

A educação, independentemente da idade, é um direito social e humano. Muitos jovens e adultos de hoje viram esse direito negado na chamada "idade própria" e negar uma nova oportunidade a eles é negar-lhes, pela segunda vez, o direito à educação. O analfabetismo de jovens e adultos é uma deformação social inaceitável, produzida pela desigualdade econômica, social e cultural. (Gadotti, 2009, p.10).

Segundo o autor, a educação de adultos é reconhecida pela UNESCO como direito humano, estando implícita no direito à educação, reconhecida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, a partir da CF/88 a educação de jovens e adultos tornou-se direito público subjetivo, independente da idade, porém começou a ser pensada somente na década de 40, com a implementação de várias políticas governamentais que visavam atender o contexto social e econômico da época.

Com o fim de buscar encontrar lugar no mercado de trabalho para subsistência própria e da família, esses educandos optam pela educação de jovens e adultos como uma ferramenta para auxiliar na sua instrução e qualificação, nomeadamente por cursos técnicos e profissionalizantes que lhes permitem uma maior possibilidade de encontrar um trabalho.

Essa modalidade de ensino pretende regularizar a educação dos jovens e adultos e pode ser vista como uma libertação desses da qualidade de objeto dos processos culturais, da realidade opressiva, um processo passível de superação (Freire, 1979) através da garantia de uma formação que contemple as várias dimensões do desenvolvimento pessoal: intelectual, artístico, emocional, etc.. Segundo Paiva (2009, p. 205) a educação de jovens e adultos estabelece uma

função reparadora, que devolve a escolarização não conseguida quando criança; função equalizadora, que culda de pensar politicamente a necessidade de oferta maior para quem é mais desigual do ponto de vista da escolarização; e função qualificadora, entendida como o verdadeiro sentido da educação de jovens e adultos, por possibilitar o aprender por toda vida, em processos de educação continuada. (Paiva, 2009, p. 205).

Para reparar essa opressão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, em seu artigo 37, determina que a educação de jovens e adultos seja destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, de forma gratuita, viabilizando e estimulando a permanência e acesso, mediante ações integradas e complementares, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular (Lei 9.394, 1996).

O ensino para os jovens e adultos se traduz em “um processo de transformação, e não de reprodução ou adaptação, implica a filiação a modelos pedagógicos muito distintos”, esses decorrem de “processos de educação de adultos inconciliáveis com modelos pedagógicos transmissivos e prescritivos, fundados em relação de poder” (Roths; Silva; Guimarães; Sancho & Rocha, s.a., p.198), estes processos precisam ser pensados a partir das especificidades dos sujeitos. A Declaração de Hamburgo entende a Educação de Adultos como aquela que

engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. (Gadotti, 2013, p. 5).

Nesta visão, deve-se pensar uma educação que satisfaça os anseios particulares e da sociedade, buscando introduzir uma proposta ambiental que seja crítica e esteja presente na formação e educação de jovens e adultos, e

que busca intervir na realidade local, utilizando os diferentes saberes, científicos, formais, oriundos dos saberes e das experiências vividas.

No que concerne à educação de jovens e adultos, abordar a educação ambiental se faz necessário, pois na visão de Leff (2013) os valores em relação ao meio ambiente são fixados de diferentes formas, sejam pelos princípios da ecologia e dos direitos coletivos, sejam pelos interesses das sociedades ligados à reapropriação da natureza, entre outros. Discutir e mostrar para esses educandos os valores implícitos nos diferentes interesses é uma forma de contribuir para que ele saia da condição de oprimido.

Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem dos jovens e adultos deve atender os interesses específicos, respeitando as experiências de vida, as particularidades, o ambiente social. A metodologia utilizada no desenvolvimento e na abordagem dos conteúdos deve ser diferenciada, pois há que se estabelecer um diálogo entre o que se ensina e seus conhecimentos prévios, relacionando os problemas ambientais locais numa perspectiva de entendimento regional e global.

Para Freire, é necessário aproveitar “a experiência que os educandos têm de viver em áreas descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e córregos e os baixos níveis de bem-estar da população, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das pessoas” (Freire, 1996, p. 30) ressaltando a importância da educação ambiental como fator de qualidade de vida e sobrevivência. Por sua vez, Mazzuoli destaca a educação ambiental como indispensável:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens como os adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública, bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à

proteção e melhoramento do meio ambiente, em toda sua dimensão humana. (Mazzuoli, 2013, citado por Rodrigues, 2017, p. 235).

Responsabilizar os cidadãos faz com que suas ações sejam melhores planejadas. Isso também diz respeito à relação do humano com o ambiente. A educação ambiental desenvolvida para a educação de jovens e adultos poderá auxiliar o indivíduo a ser mais consciente e a transformar seu comportamento e convivência com o ambiente, tornando a relação ambiente x sujeito mais harmoniosa, recuperando (mesmo que a longo prazo) a sensibilidade ambiental e o sentimento de pertença à natureza.

1.3. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: BREVE REVISÃO DE MARCOS LEGAIS DESDE SEUS PRIMÓRDIOS AO ATUAL PROEJA

Ao longo da história da educação no Brasil, a educação profissional tem sido uma forma de atender as demandas de mão de obra exigidas até mesmo para as tarefas mais simples do mundo do trabalho, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e das formas de produção, distinguindo-se da educação direcionada para as camadas sociais privilegiadas. Fonseca corrobora com a ideia quando afirma que até pouco tempo “a formação do trabalhador era destinada somente aos elementos das mais baixas categorias sociais” (Fonseca, 1961, citado por MEC, 2009, p.01).

No Brasil, a educação profissional está marcada pelo modelo econômico de desenvolvimento do país. “No Império o ensino profissional e artesanal era apresentado de maneira assistencial e compensatória aos pobres e desafortunados, e como veículo qualificado, legitimador da dignidade e pobreza” (Carvalho, 2011, p. 109).

Registra-se a educação profissional no Brasil a partir dos anos de 1800, com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros (Ministério da Educação e Cultura, 2009, p.8).

A dualidade educacional existente naquela época (Brasil Império) dividia o ensino em classes, as abastadas recebiam uma educação escolarizada, de caráter humanístico-intelectual, enquanto as menos abastadas exerciam ofícios elementares aprendidos na própria prática laboral, visto que o trabalho manual era considerado uma atividade indigna (Cunha, 2000, citado por Carvalho, 2011, pp. 166-167).

Na era Republicana, o ensino profissional passou a ser não apenas para os miseráveis, pois com a industrialização em alta, a capacitação da força de trabalho teve de ser organizada ampliando-se os espaços de consolidação da estrutura do ensino profissional para toda a população.

Somente a partir de 1909, com o Decreto 7.566 que criou nas capitais dos Estados escolas de aprendizes para o ensino profissional primário e gratuito, foi que o ensino técnico profissionalizante aconteceu oficialmente no Brasil. A primeira Constituição que tratou especificamente do ensino técnico e profissional foi a de 1937. Em seu art. 129 estabelecia que “o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais”.

A partir de então surgiram outras leis e decretos que promoveram a educação profissional no país intensificando a formação de técnicos, mão de obra indispensável para a aceleração do processo de industrialização e profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. Porém, foi somente a partir da LDB, Lei 9.394/96 (que substituiu a Lei nº 5.692/71), que a educação profissional deixou de ser vista de maneira assistencialista ou com preconceito social. Desde então a educação profissional tornou-se um mecanismo para inclusão social e democratização dos bens sociais.

O fato é que a educação profissional e tecnológica tem sido valorizada e considerada estratégica, porque se insere nas expectativas de formação dos trabalhadores, de direito ao trabalho, tornando-se central nos discursos e práticas políticas oficiais porque diz respeito aos antigos e sempre renovados anseios de uma educação emancipatória que garanta a efetiva democratização do ensino e a redução da desigualdade social (Carvalho, 2011, pp. 95-96).

A LDB (Lei 9.395/96) instituiu um novo cenário educacional no país, adequando os objetivos educacionais às exigências do mercado internacional, ou seja, à globalização e ao neoliberalismo econômico, com a consolidação do processo de formação do cidadão produtivo (Carvalho, 2011, pp. 113-114).

Em 1997, regulamentou-se a educação profissional com o Programa de Expansão da Educação Profissional pelo Decreto 2.208, estabelecendo a separação entre o ensino médio e profissional reduzindo a formação técnica a treinamento fragmentado, contribuindo para a dualidade no ensino. A partir de 2004, esse Decreto foi substituído pelo 5.154, permitindo o ensino médio e técnico na forma integrada, concomitante ou subsequente.

Nesse período de integração, foi instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos –

PROEJA, pelo Decreto 5.840/2006, como retomada da oferta pública do ensino médio integrado à educação profissional técnica e também no contexto de valorização e ampliação da educação de jovens e adultos, EJA (Moll et al., 2010, p. 142).

O acesso à educação para esses jovens e adultos foi ratificado com a LDB em seu artigo 37, que destina a educação de jovens e adultos àqueles que não tiveram acesso na idade própria, ainda caracteriza o poder público como o responsável por viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si, articulando-se, preferencialmente, com a educação profissional (Lei 9.394/96).

Segundo Godinho, a oferta de ensino voltada para esse público

constitui o atendimento de uma demanda social, mas ao mesmo tempo é uma possibilidade que se constrói nas contradições sociais da realidade desses sujeitos que carregam consigo o histórico de trajetórias educacionais interrompidas e assimiladas como culpa individual, sendo na realidade questões sociais, constituindo-se elementos de baixa-estima (Godinho et al., 2012, p. 14).

O PROEJA enfatiza a preocupação de um governo ciente da necessidade de melhores condições de vida aos trabalhadores que não concluíram os estudos à época regular, e que viabiliza através da LDB, a vinculação da educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social (Lei 9.394/96). Esses educandos são em geral trabalhadores que necessitam de qualificação para oportunizar melhores condições de salário e emprego e, conseqüentemente, de vida.

O que se aspira é uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte dos estudantes. Cumpre ressaltar que a procura de jovens e adultos por qualificação visa a inserção e manutenção no mercado formal de trabalho, visto que a maioria desses trabalhadores tem trabalhos informais ou

são autônomos e creem que a passagem pela escola é garantia de acesso a condições de trabalho satisfatórias.

Observa-se que o ensino técnico-profissionalizante é muito valorizado no mundo do trabalho atual, pois tende a formar mão de obra qualificada e especializada em processos operacionais a curto prazo. Não obstante, a escolarização é um complemento indispensável pela contribuição para a transformação das identidades desses educandos.

A escola como instituição participante da construção das identidades dos educandos, pode influenciar e tem importante papel na construção/reconstrução dessas trajetórias e identidades profissionais e, consequentemente, nos projetos profissionais dos educandos, seja agregando-lhes valor, ou dando-lhes oportunidade de novas investidas para encontrar novas oportunidades, no caso de não identificação com a ocupação exercida até então. Mas é papel da escola ajudar seus educandos a ver até que ponto tais ocupações são negadas porque de fato não são o que queriam, ou se são negadas por serem desvalorizadas socialmente. Neste caso cabe a escola, com o poder que tem, auxiliar ou trabalhar para a valorização dessas profissões (Fischer & Franzol, 2012, pp. 214-215).

A escola tem a função de propiciar o acesso a serviços e produtos culturais a que esses educandos foram privados, respeitando os saberes construídos em suas trajetórias, permitindo a organização da reflexão e de estruturação de possibilidades de interferências na realidade desse público, sendo fator de democratização e justiça social.

Segundo Ciavatta, trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse

sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta, 2005, citado por Documento Base, 2007, p. 41).

Nesse sentido, o ensino técnico-profissionalizante assume função estratégica no processo de desenvolvimento, não sozinho, mas concatenado com a educação de forma geral. Em nível nacional, faz-se necessária a construção de um projeto de desenvolvimento autossustentável e inclusivo que articule as políticas públicas de trabalho, emprego e renda, de educação, de ciência e tecnologia, de cultura, de meio ambiente e de agricultura sustentável, identificadas e comprometidas com a maioria, para realizar a travessia possível em direção a outro mundo, reconceitualizando o sentido de nação, nação esta capaz de acolher modos de vida solidários, fraternos e éticos (Documento Base, 2007), inclusive com o meio ambiente.

Para Vicente, a educação ambiental faz parte desse desenvolvimento pela consolidação da formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana.

A preocupação com o meio ambiente que recentemente tem tomado corpo em nossa sociedade situa a Educação Ambiental em lugar privilegiado dentro de uma perspectiva de educação crítica, inclusiva, libertadora e humanizadora como nos comunica Paulo Freire (1979) *uma educação que “libertasse pela conscientização. Não aquela educação doméstica e acomodada”* (p. 66). As questões ambientais permeiam o sentido da nossa existência na medida em que nos enxergamos como parte integrante do meio e em comunhão com a natureza da qual somos parte [...] (Vicente, 2012, p. 164).

Dessa forma, a questão ambiental representa uma possibilidade de ampliação da visão de mundo desses educandos trabalhadores à medida que percebam o quanto a conscientização, a mudança de atitudes e comportamentos são necessários para a prática de suas atividades e para a vida, independente da profissão que exerçam.

A educação profissional e tecnológica traz estreita relação com os processos de socialização e construção da cidadania. Segundo Machado,

como momento privilegiado da reflexão sobre a relação do homem com a natureza por meio do trabalho, ela deve dispensar especial atenção à busca de novas formas de pensar o meio ambiente, da sustentabilidade, de novas relações humanas tendo em vista a construção de uma racionalidade alternativa de desenvolvimento pautada no profundo respeito pela vida no planeta (Machado, 2010, citado por Slonski & Gelsleichter, 2013).

A educação profissional é pautada no desenvolvimento de consciência ambiental, na forma de sustentabilidade e racionalidade com intuito de respeitar a vida. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), são objetivos do IFFar “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos,” possibilitando o desenvolvimento humano aliado à educação profissionalizante de qualidade.

Nesse viés, percebe-se que os avanços do mundo capitalista geram mudanças sociais que imprimem novas exigências sobre a formação da classe trabalhadora para atuar no mercado de trabalho influenciando diretamente o ensino profissional. Esses avanços, por atingirem o modo de produção e consumo, são fatores determinantes para que haja desenvolvimento, tendo relação direta com o meio ambiente, consequentemente, com uma ação educativa permanente pautada na educação ambiental, compreendendo ações de restrição da retirada de materiais do meio ambiente e preservação dos recursos naturais, com controle e avaliação dos fatores que causam impacto nos ciclos de matéria e energia, diminuindo os efeitos causados na natureza, igualmente, atividades de preservação da poluição, da tecnologia ambiental que possibilitam minimizar ou neutralizar possíveis impactos ambientais durante os processos produtivos, tornando a produção mais limpa e sustentável.

2. CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO

2.1. PROBLEMA E OBJETIVOS

2.1.1. Problema e sua justificção

Para que a realização de uma pesquisa seja bem-sucedida e tenha relevância social é, desde logo, necessário ter particular atenção à definição do problema sobre o qual se debruçará o estudo e dos objetivos que se pretende alcançar com o mesmo. O problema, segundo Gil, “pode ser determinado por razões de ordem prática ou de ordem intelectual. A primeira pode fornecer conhecimento científico de aplicação prática imediata, já as razões de ordem intelectual decorrem do desejo de conhecimento” (Gil, 2010, pp. 8-9).

Para a pesquisa produzir resultados é necessário que o problema seja claro, preciso e suscetível de resolução. Amado afirma que “o modo como se formula o problema é, pois, fundamental para se desenhar o caminho que se há de tomar em termos de metodologia de pesquisa” (Amado, 2013, p. 119). Na mesma linha, Gil (2010, p. 27) afirma que “um problema não pode ser solucionado se não for apresentado de maneira clara e precisa”.

Neste sentido, a pergunta que traduz o interesse original pela realização desta pesquisa é: como se concretiza a Educação Ambiental em cursos de educação de jovens e adultos?

Dessa forma, o presente estudo tem como linha norteadora a intenção de analisar como a educação ambiental é desenvolvida no espaço e tempo de formação do Curso de Vendas do PROEJA, identificando as concepções que

sustentam a prática educativa e de que modo estas se articulam com as orientações provenientes da literatura e da legislação produzida na área. Para esta análise ter-se-á em consideração, por um lado, a transversalidade do tema meio ambiente que ultrapassa o campo das áreas específicas que obrigatoriamente abordam o tema e, por outro, a responsabilidade do IFFar em formar profissionais qualificados, atuando em consonância com uma visão ética ambiental e sustentável, responsáveis pelo meio onde vivem.

A proposta visa promover a partilha de informações e estimular ações no intuito de permitir que a comunidade escolar debata os entendimentos sobre meio ambiente e compreenda as causas da degradação ambiental refletindo sobre a participação no processo de preservação do ambiente, mesmo que a longo prazo.

Segundo Sato & Carvalho (2005) os jovens e adultos já têm uma boa consciência em relação à natureza, quer seja por experiências vivenciadas, quer seja pelo discurso da mídia. No entanto, a convicção ecológica fica esquecida quando se introduz a questão financeira e do emprego, e ainda mais quanto a preocupação maior é alimentar os filhos (Sato & Carvalho, 2005, p. 70).

Os jovens ou adultos concordam que a natureza está ameaçada em todo mundo. Parece, pois, existir uma preocupação pela sua parte com a preservação e modo sustentável de produção e consumo. Porém, continua a assistir-se a um desenvolvimento (instalação de fábricas, indústrias, barragens...) que prejudica a estrutura ambiental, em nome da criação de postos de trabalho e, conseqüentemente, de capital que gera renda para a subsistência e sobrevivência das pessoas vulneráveis socioeconomicamente.

Ainda referindo as autoras, “para saber qual tipo de educação ambiental os educandos brasileiros recebem, seria preciso pesquisar nas salas de aula, em

muitas turmas, em lugares e em níveis diversos, o que suporia uma equipe e meios mais refinados” (Sato & Carvalho, 2005, pp. 72-73). Segundo Lisboa (2004)

O modo cartesiado de ensinar as questões da natureza, reduzindo-a a partes que devem ser explicadas, é um dos principais responsáveis por equívocos interpretativos em relação ao mundo vivo, gerando por consequência, condutas ambientais insustentáveis. Para o autor, a escola deveria, sempre, trabalhar a mútua dependência entre todas as formas de vida e suas relações com os componentes do meio físico e químico. O mundo vivo é bem mais do que a simples soma de suas partes, é um todo dinâmico. É preciso compreendê-lo assim. É preciso permitir que os estudantes o percebam e o compreendam assim (Lisboa, 2004, citado por Lisboa & Kindel, 2012, p. 23).

As diretrizes para a educação enfatizam a importância da inserção da educação ambiental em todos os níveis de ensino. A relação da educação de jovens e adultos com a educação ambiental, segundo Paranhos & Shuvartz (2013, p. 4) foi concretizada a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que forneceu subsídios para a elaboração de normas infraconstitucionais que efetivassem o enlace educação de jovens e adultos/educação ambiental.

A Constituição Federal estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado,” art. 225 (Constituição Federal, 1988). Já a PNEA estabelece em seu art. 9º, inciso V, o desenvolvimento da educação ambiental na educação de jovens e adultos (Lei nº 9.795, 1999). A escola, portanto, é um dos agentes fundamentais para a divulgação dos princípios e práticas dessa educação ambiental.

Desse modo, a inserção da temática ambiental na educação, em qualquer nível, não deve ficar nos limites de uma abordagem que se preocupe com os processos de internalização de valores ligados à conservação da natureza. Educar requer intervenção no mundo e a educação ambiental assim o deve ser, ao contrário “do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida

de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades” (Freire, 1996, citado por Paranhos & Shuvartz, 2013, p. 120).

Pode-se afirmar que a educação ambiental pressupõe uma abordagem muito mais abrangente, pois pretende provocar a participação de todos os cidadãos, desenvolvendo a sua criticidade, proporcionando aos educandos maior aproximação com o ambiente em que vivem, instigando-lhes a preocupar-se com o meio ambiente e fazendo com que percebam a importância da necessidade de cuidar e preservar.

Nessa perspectiva, esta pesquisa pretende compreender a inserção da educação ambiental para a educação e formação de adultos no Curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA do IFFar, *campus* Santa Rosa. Uma vez que os profissionais formados devem estar aptos a contribuir com o trabalho de planejamento e execução de programas voltados à viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos, contemplando o curso, o desenvolvimento de habilidades e competências de negociação e liderança pelo uso da inteligência e emotividade (Projeto Pedagógico do Curso, 2014).

Para essa proposição, foi necessário investigar como a instituição de ensino tem tratado a problemática ambiental desenvolvida para a prática de ensino, levando em consideração, nomeadamente, o conhecimento prévio e as responsabilidades que os jovens e adultos têm enquanto sujeitos experientes, trabalhadores e cidadãos ativos na sociedade, que vêm de uma trajetória escolar descontínua, pois não puderam usufruir da educação escolar durante o período regular e sentem dificuldades em melhorar sua qualidade de vida pela falta de uma formação crítica, promotora de cidadania.

O aumento da população fez com que a educação voltada para as questões ambientais fosse necessária pelo fato de haver um intenso consumo de recursos naturais para produção e saciamento das necessidades básicas da

sociedade. Esse crescimento populacional ocasionou o aumento da produção e consumo e consequente desgaste natural.

Considerando a importância da educação de jovens e adultos para o cuidado com o meio ambiente, as razões da abordagem do tema visaram investigar a forma como se concretiza a educação ambiental, visto que as práticas educativas ambientais propostas aos educandos nem sempre são adequadas, evidenciando somente as disciplinas de geografia e ciências, as datas comemorativas, como o dia do meio ambiente, ou atividades de curto prazo, sendo que o currículo construído muitas vezes distancia-se da realidade apresentada e do contexto vivido por eles.

Compreende-se que não basta apenas alterar a proposta pedagógica ou incluir termos novos sobre educação ambiental no currículo. A instituição de ensino deve pautar-se em uma formação relevante, permeando toda a prática educacional que possibilite compreender as consequências da exploração predatória e a capacidade de intervir de maneira ativa e crítica na sociedade, relacionando a teoria dos currículos planejados com as vivências e conhecimentos prévios dos adultos e seu aprendizado ao longo da vida, possibilitando uma mudança de atitude e maior clareza nas ações que causam impacto no meio em que vivem.

O currículo escolar atual aborda diversos aspectos sobre ecologia que são importantes para o desenvolvimento social, cultural e intelectual dos educandos. No entanto, esses conteúdos são abordados de forma fragmentada, sem relação com a realidade dos educandos e de maneira pouco interessante, não havendo uma sensibilização com relação às questões ambientais, dando ênfase à nomenclatura, levando os estudantes a terem como preocupação principal a aprovação e não o conhecimento (Lisboa & Kindel, 2012, pp. 29-30).

A legislação brasileira define que a educação ambiental é uma componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de

forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (art. 2º, da Lei nº 9.795/99).

Assim, a pesquisa teve como fio condutor a educação ambiental desenvolvida para a educação de adultos do curso técnico em vendas integrado PROEJA do IFFar, *campus* Santa Rosa - RS, compreendendo a educação ambiental não como uma nova disciplina a ser incorporada ao currículo escolar, nem uma listagem de conteúdos prontos para serem repassados aos estudantes, mas uma nova dimensão a ser considerada pelos sujeitos.

Representa não somente uma ferramenta para discutir ideias e fornecer informações sobre temáticas ambientais, mas, sobretudo, uma dimensão do currículo que perpassa todas as áreas do saber contribuindo para a superação da fragmentação dos conhecimentos e a articulação do saber ambiental, não como um saber homogêneo e unitário, mas um saber que vai sendo construído respeitando a especificidade de cada ciência e o aprendizado que esses jovens e adultos trazem com as experiências vividas.

2.1.2. Objetivos

Como objetivo geral tem-se a análise dos modos de concretização da educação ambiental no processo de educação e formação de jovens e adultos, que frequentam o curso PROEJA.

Para o atingimento do objetivo, a pesquisa foi realizada no Curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, *campus* Santa Rosa, pretendendo investigar a proposta de educação ambiental abordada no currículo do curso, tomando em consideração o caráter transversal e social sugeridos pelos Parâmetros

2.2. METODOLOGIA

2.2.1. Abordagem mista

Este trabalho orientou-se por uma abordagem predominantemente qualitativa, podendo-se definir, segundo Gil (2010, p. 133) por “uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório”. Tendo também um direcionamento quantitativo no tratamento estatístico que foi realizado com os dados coletados, que, segundo Gil (2010 p. 90) “torna possível descrever com precisão fenômenos tais como atitudes, valores e representações e ideologias contidas nos textos analisados”. Para Fonseca,

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (Fonseca, 2002, citado por Gerhardt & Silveira, 2009, p.33).

Enquanto a pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, requerendo o uso de recursos e técnicas estatísticas, a pesquisa qualitativa considera que há relação entre o mundo real e o subjetivo e centra-se na análise das informações de uma forma mais intuitiva, onde o pesquisador busca captar o contexto na totalidade. Na visão de Gerhardt & Silveira, “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização,” “[...] preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados,

centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (Gerhardt & Silveira, 2009, pp.31-32).

A abordagem qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, citado por Gerhardt & Silveira, 2009, p.32).

A pesquisa teve finalidade descritiva e interpretativa, de caráter exploratório, procurando conhecer percepções, expectativas, representações sociais e conceitos vigentes, relativos à educação ambiental, de discentes e docentes. Inicialmente, ponderou-se a realização de entrevista individual por ser “um meio potencial de transferência de informação de uma pessoa para a outra,” um modo de perceber as “emoções, necessidades inconscientes, influências interpessoais” (Amado, 2013, p. 207), considerando que tem maior relação com a abordagem qualitativa (Amado, 2013, pp. 208-209). Contudo, a dificuldade encontrada em conseguir horário com docentes e a necessidade de retirar os alunos da sala de aula ou de marcar a entrevista em horário comercial foi decisiva para que optasse pela aplicação de questionários, considerando que também tem relação com a abordagem qualitativa.

Com efeito, esta técnica permite uma expressão livre das opiniões dos respondentes, ainda que o questionário contemple alguns itens orientados. A partir da análise das respostas torna-se possível detectar as percepções, experiência subjetiva e representações dos respondentes acerca do tema em apreço (Amado, 2013, p.271).

O questionário foi destinado a recolher informações observando as principais características da investigação propostas por Bogdan e Biklen (1994). Para Bogdan & Biklen (1994) a fonte direta é o ambiente natural, neste caso a instituição de ensino, o investigador é o instrumento principal de

recolha dos dados, a investigação é descritiva valorizando mais o processo do que o resultado, a análise será de forma indutiva, considerando a construção à medida que se coletam os dados, percebendo como se dão os processos e quais os significados para a formação e educação desses adultos.

2.2.2. Estudo de caso

A investigação se identifica como estudo de caso, uma vez que “um estudo de caso visa conhecer uma entidade bem definida como uma pessoa, uma instituição, um curso, uma disciplina, um sistema educativo, uma política ou qualquer outra unidade social” (Ponte, 2006, citado por Calil, s.a., p.2) compreendendo, neste estudo, como são as concepções e práticas educativas relacionadas à educação ambiental para esses educandos que trazem suas próprias experiências de vida percebendo a ética e consciência ambiental em relação à formação profissional obtendo uma visão mais aproximada da realidade.

Essa modalidade de estudo visa constatar como se dá a educação ambiental no contexto do Curso Técnico de Vendas, na modalidade PROEJA do IFFar. Fonseca vê o estudo de caso como

um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (Fonseca, 2002, citado por Gerhardt & Silveira, 2009, p. 39).

Seguindo o conceito de Amado, “os estudos de caso de investigação podem ser de natureza quantitativa, de natureza fenomenológica e interpretativa, ou mista (os que conciliam o uso de técnicas e instrumentos próprios das abordagens qualitativas e quantitativas)” (Amado, 2013, p. 121).

Para Yin

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes, e no qual são utilizadas múltiplas fontes de evidência” (Yin, 1989, citado por Amado, 2013, p. 125).

A pesquisa apresentada usou métodos das duas abordagens, qualitativa para apurar a percepção dos educandos e docentes quanto à educação ambiental, e quantitativa para fins estatísticos e complementação das técnicas qualitativas das respostas dos discentes e docentes ao questionário proposto.

2.3. LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES

2.3.1. Local de estudo

O espaço educativo a partir do qual foi realizada a pesquisa é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, IFFar, *campus* Santa Rosa, localizado na cidade de Santa Rosa, região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A escolha pela Instituição se deu por ofertar curso de educação de adultos, mais especificamente o PROEJA, área da especialização a qual me propus pesquisar, e por integrar o ensino médio no curso técnico, que prioriza a educação e formação de sujeitos que não puderam desfrutá-lo na idade certa.

Para compreender melhor o local de estudo, construo, a seguir, um relato sucinto baseado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), referente ao período 2014-2018, sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua unidade descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da unidade descentralizada de Ensino de Santo Augusto, que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2013, p. 14).

Fundamenta-se na missão de promover a educação profissional, científica e tecnológica, pelo desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Atualmente é composto pela reitoria que se localiza na cidade de Santa Maria, no centro do Estado do Rio Grande do Sul, e por 11 *campi*. Fazem parte também, os Polos de Educação à Distância e os Centros de Referências, distribuídos em várias cidades do Estado do Rio Grande do Sul – RS (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2013, p. 14).

O *campus* de Santa Rosa está situado na Avenida Coronel Bráulio de Oliveira, 1400, Bairro Central, em Santa Rosa/RS. Localizado na Mesorregião Noroeste Rio – Grandense possui uma área total de 9,26 hectares. Foi criado na Fase II da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, iniciando as suas atividades em 2010 e atua nos seguintes Eixos Tecnológicos: Infraestrutura; Produção Industrial; Produção Alimentícia;

Recursos Naturais; Gestão e Negócios; e Controle e Processos Industriais (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2013, p. 19).

O IFFar tem como objetivo, além de outros descritos no PDI, ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, foco desse estudo (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2013, p.25).

Nesse sentido, e para atingir a problemática proposta pela pesquisa, o *campus* Santa Rosa foi o local para o desenvolvimento do estudo, tendo a anuência da Diretora do *campus* e da Reitora da Instituição (Apêndice A).

2.3.2. Participantes

Dos sujeitos da investigação fizeram parte os educandos de ambos os sexos que frequentam do primeiro ao terceiro (último) ano do curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA do IFFar, *campus* Santa Rosa, bem como os docentes que ministram aulas no curso, incluindo a Coordenadora do Curso. De ressaltar que a opção por participarem na pesquisa foi tomada, por todos, de forma livre e voluntária, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado (Apêndice C).

O total de alunos matriculados no curso PROEJA vendas do *campus* é de 44, porém segundo informado pela Secretaria nem todos são frequentes. No primeiro ano são 26 matriculados e somente 11 frequentes. No segundo ano são 8 alunos e no terceiro e último, 10, totalizando 29 alunos matriculados e frequentando. Todos foram convidados a participar da pesquisa, entretanto os que responderam foram 16. Entre os docentes, no total 16 ministram aulas no curso, todos convidados, porém 10 responderam o questionário.

A escolha dos participantes do Curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA deu-se pelo fato de ser o único curso no *campus* Santa Rosa voltado, especificamente, à educação de jovens e adultos oportunizando ensino para quem ainda não cursou ou não conseguiu concluir o ensino médio, por razões diversas, com 18 anos ou mais.

Na Instituição há outros cursos PROEJA distribuídos entre os *campi* do IFFar voltados à educação de adultos prezando pelo ensino de qualidade que sustente a autonomia e consciência do aluno. Dessa forma, presume-se que todos esses cursos estejam voltados à sustentabilidade e ética ambiental e aos “interesses populares e objetivando não apenas caráter adestrativo e instrumentalizador que a educação geral possa ter, mas perspectiva de obter uma visão crítica da problemática ambiental” (Gadotti, 2011, p. 64 e 66).

2.4. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

Para efetuar o estudo, a recolha de dados deu-se mediante fontes documentais, bibliográficas, aplicação de questionário direcionado aos discentes e docentes do curso PROEJA do *campus*, incluindo a Coordenadora. O contato direto com o participante é um processo importante para a pesquisa, pois se percebe a maneira como os sujeitos interagem e interpretam as vivências. Assim torna-se possível “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134).

Os questionários foram constituídos por questões fechadas com opção de múltipla escolha, com uma série de respostas possíveis, e por questões

abertas, deixando margem aos sujeitos para manifestarem as suas opiniões a respeito das práticas educativas abordadas para a educação ambiental e a relação e significação dos conhecimentos prévios.

Estas questões foram submetidas ao Comitê de Ética, juntamente com o projeto de pesquisa, para parecer e aprovação, e também à orientadora dessa pesquisa, estando aprovado para aplicação.

Os inquiridos foram cientificados do objetivo da investigação, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi apresentado aos participantes para a aprovação do uso dos dados recolhidos. No TCLE foi especificada a problemática do estudo, bem como os objetivos e o local de publicação dos dados da pesquisa.

Para a realização da pesquisa e a fim de atingir a proposta da investigação, inicialmente foi analisada a organização e planejamento da educação ambiental no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA do IFFar, *campus* Santa Rosa, e se, entre outros, essas práticas pedagógicas consideram o conhecimento prévio desses alunos.

Para o encaminhamento dos questionários foi requisitado junto ao Setor de Registros Acadêmicos a relação do total de educandos do PROEJA do primeiro, segundo e terceiro anos. Ao recolher os dados com os discentes, pretendeu-se descrever as situações vividas pelos participantes e interpretar os significados que atribuem à educação ambiental para sua formação fazendo uma relação entre o conhecimento trazido e o adquirido ao longo do curso, compreendendo o valor atribuído à educação ambiental e os princípios de sustentabilidade a serem aplicados em suas profissões.

Com os docentes, pretendeu-se estabelecer relação entre as práticas educativas utilizadas para o desenvolvimento da educação ambiental e se estas contribuem para a formação de consciência ética sobre as questões

relativas ao meio natural, focando na sustentabilidade para a profissão com desenvolvimento para a obtenção de valores referentes à proteção e melhoria, construindo conexão entre indivíduos e ambiente.

Por fim, foram ponderadas, face aos resultados obtidos nas respostas dos docentes e discentes, as formas de concretização da educação ambiental organizada no currículo e se houve contribuições para a formação da consciência ambiental ou até mesmo mudança na concepção cultural desses sujeitos.

A partir da análise, intencionou-se perceber se há elementos para aprofundar quais competências foram adquiridas para a atuação profissional como técnico em vendas, de forma sustentável, no mercado de trabalho, verificando-se aspectos positivos e negativos em relação à formação desde o 1º ano do curso, sugerindo posteriormente, adaptações às unidades curriculares para um melhor desenvolvimento técnico profissional e para a vida dos educandos.

Inicialmente foi realizada a análise documental, a partir de documentos oficiais do IFFar, nomeadamente, Currículo e Projeto Pedagógico do Curso, Plano de Desenvolvimento Institucional, e também pelas Legislação, artigos científicos e outras literaturas na área, a fim de esclarecer e desenvolver a problemática e objetivos propostos.

Após essa etapa, seguiu-se a coleta de dados através do encaminhamento dos inquéritos por questionários aos discentes e docentes. Ao recolher os dados com os discentes, pretendeu-se descrever as situações vividas pelos participantes e interpretar os significados que atribuem à educação ambiental para sua formação fazendo uma relação entre o conhecimento trazido e o adquirido ao longo do curso, compreendendo o valor atribuído à educação

A construção da categorização nas perguntas abertas dos questionários possibilitou a “significação central do conceito que se quer aprender, e de outros indicadores que descrevem o conceito” (Amado, 2013, p. 332). Essa abordagem facilitou a análise do conteúdo por trazer sentido às respostas.

Na visão de Coelho, a análise de conteúdo pode ser entendida como, “Processo de “bricolage” caracterizado pela desmontagem de um discurso e a produção de um novo, a partir da restituição de encadeamentos e articulações entre as diferentes unidades de sentido em que o primeiro foi segmentado” (Coelho, 2016, p.100).

Nesse viés, as perguntas abertas foram categorizadas no sentido de relacionar os mais diversos tipos de comunicação sendo interpretadas, a fim de traduzir uma descrição das características relevantes dos conteúdos (Amado, 2013).

No processo quantitativo, os dados recolhidos das questões fechadas foram descritos estatisticamente, por meio de gráficos no programa *excel* que foram interpretados por percentagens ou valores absolutos em cada resposta, ou com o valor da moda, aquele que mais apareceu num conjunto de dados, ou ainda, pelos valores mínimos e máximos apresentados, conforme os objetivos propostos. Ao final da fase interpretativa, para evitar resultados tendenciosos, apoiou-se em todo o trabalho precedente para estabelecer uma análise conclusiva.

2.6.CONFIABILIDADE E VALIDADE

A confiabilidade “refere-se à garantia de que outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa semelhante e chegará a resultados aproximados” (Paiva Júnior, Leão & Mello, 2011, p. 194). A confiabilidade do estudo poderá ser

constatada a partir dos dados levantados e se outro pesquisador, ao fazer uma pesquisa semelhante chegar a conclusões idênticas. Para Amado, é indispensável

explicitar claramente as fases do processo e as respectivas metodologias de recolha de dados, quer para possibilitar o ajuizamento público sobre credibilidade do conhecimento produzido, quer para permitir a outros investigadores a repetição da pesquisa, ou a condução de um trabalho análogo, ou no mesmo contexto ou em outros terrenos férteis semelhantes (Amado, 2013, p. 360).

No estudo em questão, a transparência do processo deu-se através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, apresentado aos participantes para conhecimento do processo da pesquisa, bem como os questionários disponibilizados e que foram voluntariamente preenchidos pelos interessados, todos anexados ao final deste. Segundo Paiva Júnior, Leão & Mello, (2011) a “validade se refere à capacidade que os métodos utilizados numa pesquisa propiciam à consecução fidedigna de seus objetivos” (p. 194).

No decorrer do estudo, buscou-se fazer transcrição e interpretação fiel das respostas obtidas a fim de manter a confiabilidade dos resultados. Outro fator que contribuiu para a confiabilidade e validade da pesquisa foi a submissão com aprovação ao Comitê de Ética na Pesquisa, através da Plataforma Brasil.

Portanto, a confiabilidade e a validade são características importantes e contribuem para pesquisas semelhantes, realizadas com o mesmo universo de sujeitos, cujo tema traga como questão de partida o mesmo objeto desse estudo, onde provavelmente ocorrerá situação equivalente entre as respostas dadas e, conseqüentemente, os resultados obtidos deverão se aproximar.

3. CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para o andamento da pesquisa, primeiramente, foi realizada a análise documental do Projeto Pedagógico do Curso, posteriormente, foram aplicados questionários aos educandos e docentes do curso. Para os alunos, foi aplicado questionário presencial nas 3 turmas (1º, 2º e 3º anos). Para os docentes, os questionários foram encaminhados via google drive. Todos os participantes foram cientificados do TCLE e voluntariamente optaram por participar. Após a recolha dos dados, procedeu-se a análise e discussão dos resultados.

3.1. ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O entendimento das alterações e consequências ambientais advindas das ações dos sujeitos permite direcionar o comportamento e os caminhos a serem seguidos na questão ambiental. Dessa forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sobre Meio Ambiente (1998) apontam que soluções são cada vez mais urgentes para garantir o futuro da humanidade e depende da relação que se estabelece entre sociedade e natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual.

Os PCN são referências que direcionam e servem como ponto de partida norteando as atividades docentes. É dever da Instituição de ensino construir sua proposta pedagógica considerando a realidade social na qual está inserida. Diante dessa conjuntura e a partir da análise do Projeto Pedagógico

do Curso (PPC) Técnico em Vendas Integrado PROEJA, foram levantados dados que abordam detalhes do curso.

O Curso Técnico em Vendas Integrado na modalidade Educação de Jovens e Adultos PROEJA, oferta 35 vagas anuais para o período noturno, sendo a duração do curso de 3 anos, com carga horária total de 2400 horas. O curso faz parte do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, tendo sido criado através da Resolução *Ad Referendum* 001, de 22 de fevereiro de 2010; retificado pela Resolução N.º 045, de 20 de junho de 2013 e aprovado pelo Conselho Superior em 2014 (Projeto Pedagógico do Curso, 2014).

Além da observância à LDB, Lei 9.394/1996, e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de nível médio, a oferta do curso foi corroborada pela demanda apresentada pelo município e região através de audiências públicas realizadas, visando atender a necessidade de qualificação em consonância com a realidade social e econômica, apresentando opções para melhorar as condições de inserção social, trabalho, economia, política e cultura aos jovens e adultos da região, entendendo que uma educação contextualizada e emancipatória contribui para o desenvolvimento local e regional de modo sustentável.

Desse modo, o PPC apresenta a finalidade principal do IFFar,

a finalidade principal da Instituição é ser referência em educação profissional, científica e tecnológica como Instituição promotora do desenvolvimento regional sustentável, sempre cumprindo sua missão de promover a educação profissional, científica e tecnológica por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável (PPC, 2013, p.8).

A organização curricular do Curso destaca estudos sobre ética, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental, além da capacidade de trabalhar em equipe

com iniciativa, criatividade e sociabilidade (Projeto Pedagógico do Curso, 2014, p.11). O currículo para o PROEJA não deve ser

[...] um currículo de EJA, tampouco um currículo de Educação Profissional, mas um currículo voltado para pessoas que trabalham, ou que querem trabalhar, e não há possibilidade de acesso e permanência na escola regular (Santos, 2008, p.13, citado por Godinho et al., 2012, p. 54).

Na visão de Sacristán,

os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento [...]. O currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos educandos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar, está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar. [...] o currículo reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos (Sacristán, 2000 citado por Godinho et al., 2012, pp. 52-53).

O currículo deste curso considera a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho e está organizado a partir de 3 núcleos de formação. O Núcleo Básico, com carga horária de 1.240 horas, é composto pelas disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e possuem menor ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso. Objetiva desenvolver o raciocínio lógico, a argumentação, a capacidade reflexiva, a autonomia intelectual, contribuindo na constituição de sujeitos pensantes, capazes de dialogar com os diferentes conceitos.

O Núcleo Politécnico possui carga horária de 360 horas e organiza as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e técnica que possuem maior área de integração com as demais disciplinas do curso, sendo o elo que une o Núcleo Básico e o Tecnológico. Por fim, o Núcleo Tecnológico possui carga horária de 800 horas, sendo caracterizado por ser um espaço de organização curricular ao qual se

destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades da educação técnica e que possuem maior ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso. Essas se constituem basicamente a partir das disciplinas específicas da formação técnica.

Esses Núcleos fazem parte da organização curricular das disciplinas conforme disposto abaixo na representação do perfil de formação, extraído do Projeto Pedagógico do Curso.

Quadro 1 - Representação Gráfica da Matriz Curricular com Perfil de Formação:



Fonte: PPC/2014.

A partir da Matriz Curricular disposta no Quadro 1, verificou-se o ementário do curso onde constam as disciplinas. Observou-se que a educação ambiental é proposta para a educação de jovens e adultos em disciplinas que devem abordar obrigatoriamente. Para a realização de uma caracterização mais extensiva da presença da educação ambiental na matriz curricular do curso, a mesma foi percebida como: educação ambiental, natureza, meio ambiente, problemática ambiental, sustentabilidade, questões ambientais.

Todos esses parâmetros foram observados na análise do currículo correspondendo a referências à educação ambiental, a fim de ter uma expressão maior da sua presença no currículo do curso. Os PCN inserem a questão ambiental como uma forma de contextualizar os conteúdos com a realidade, dialogando com as outras disciplinas. Para o ensino médio deverá estar presente nos conteúdos de Geografia, Biologia, Física e Química, ou seja, no módulo Ciências da Natureza e Matemática.

Ao analisar o PPC do curso, na disciplina de História, para o 1º e 2º anos, observa-se que as ementas priorizam aspectos do mundo do trabalho e da produção, relações de poder e conflito, formação social, diversidade étnica e religiosa, mudanças jurídico-legislativas, movimentos sociais e políticas públicas implementadas no processo histórico brasileiro, envolvendo a história e cultura afro-brasileira e indígena, a educação ambiental e educação em direitos humanos. Ou seja, a educação ambiental é abordada com ênfase nas transformações políticas, econômicas, sociais, culturais, científicas e de conflito das diversas regiões do mundo e de conflito presente no decorrer do processo histórico brasileiro, da colonização aos dias atuais.

A disciplina de Geografia faz parte daquelas que necessariamente devem abordar o tema para o andamento das atividades, ou seja, tem estreita relação com as questões ambientais, uma vez que a geografia se dedica ao

estudo das relações entre sociedade e natureza, dedicando-se às mudanças realizadas pelas sociedades estabelecendo novos valores sociais e criando novos espaços geográficos. Na Sociologia verificou-se que há a temática ambiental envolvida nos temas relacionados aos contextos de mundo do trabalho, formação cultural, consumismo e industrialização. Na disciplina de Filosofia, apresenta-se o tema meio ambiente através da relação trabalho e consumo e relações entre a natureza e a ciência, buscando uma investigação filosófica, crítica e reflexiva da questão ambiental ao longo dos anos.

Na componente curricular de Biologia, trabalha-se a ecologia, apresentando os conceitos de meio ambiente, ações humanas no ambiente, ecologia humana, social e ambiental e biodiversidade. Ou seja, a educação ambiental nesta disciplina permite o desenvolvimento e construção de conceitos e também a desconstrução das representações sociais.

Em relação ao Núcleo Tecnológico, observou-se que a disciplina de Empreendedorismo apresenta a educação ambiental nos temas relacionados ao meio ambiente dos negócios, desenvolvimento de planos de ação e estratégia ecológica, o que traduz uma iniciativa de mudanças e inovações ao educando. Ainda, a disciplina de Noções de Direito aborda os aspectos de direitos humanos e educação ambiental, priorizando, provavelmente, a legislação.

Diante da percepção da Matriz Curricular, observou-se que a compreensão dada à educação ambiental está mais relacionada às disciplinas do Núcleo Básico demonstrado no Quadro 1, considerando que apenas duas disciplinas técnicas (Noções de Direito e Empreendedorismo) tratam da temática. Constatou-se que as representações das questões ambientais apresentadas são pouco abrangentes, considerando a particularidade de cada disciplina, uma característica que vem pela fragmentação e parcelização do

conhecimento nos cursos de formação (Santos, 1995, citado por Carvalho, p. 64, 2004).

Quadro 2 – Análise da Matriz Curricular:

	Disciplina	Conteúdos que tratam da temática ambiente
Núcleo Básico	Arte	Não apresenta
	Educação Física	Não apresenta
	Biologia	Conceitos de ambientes
	Química	Não apresenta
	Física	Não apresenta
	História	Educação ambiental e Educação em Direitos Humanos
	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Não apresenta
	Geografia	Espaço geográfico; Princípio da conservação e defesa civil; A questão ambiental e sua origem; Globalização dos problemas ambientais;
	Matemática	Não apresenta
	Língua Inglesa	Não apresenta
Núcleo Politécnico	Sociologia	Cultura; mundo do trabalho; consumismo; industrialização e meio ambiente.
	Filosofia	Relações entre natureza e ciência. Trabalho e consumo
Núcleo Tecnológico	Marketing	Não apresenta
	Comportamento do Consumidor	Consumidor consciente
	Gestão de Pessoas	Não apresenta
	Informática	Não apresenta
	Administração de vendas	Não apresenta
	Contabilidade Geral	Não apresenta
	Noções de Direito	Aspectos de Direitos humanos e ambiental
	Técnicas em Vendas e Negociação	Não apresenta
	Custos	Não apresenta
	Gestão Financeira	Não apresenta
	Empreendedorismo	Educação ambiental no ambiente dos negócios
	Logística	Não apresenta

Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Conforme observado anteriormente, utilizou-se caracterização mais extensiva para poder relacionar o tema meio ambiente. Através do quadro 2,

permitiu-se ter uma visão geral das disciplinas que apresentam a temática em seus conteúdos, sendo que apenas 8 das 24 abordam a temática.

Importa salientar que a educação ambiental é um tema bastante controverso, pois há dificuldade em trabalhar de forma articulada com as demais disciplinas e de forma que seja conscientizadora e de transformação social. Contudo, a Lei 9.795/1999 que dispõe sobre a PNEA, deixa claro que a educação ambiental faz parte da educação escolar devendo ser desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) a educação superior, a educação especial, a educação profissional e a educação de jovens e adultos (artigo 9º, Lei 9.795/1999).

O artigo 10 desta Lei expressa que “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”. Observa-se que o § 3º desta mesma Lei destaca que aos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, serão incorporados conteúdos que tratem da ética ambiental nas atividades profissionais a serem desenvolvidas (Lei 9.795/1999).

Orienta o Decreto 4.281/2002, que regulamenta a PNEA, a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidade de ensino em referência aos Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, considerando que a educação ambiental deverá ser integrada às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente (Decreto 4.281/2000).

Nessa perspectiva, de acordo com a análise do PPC e da matriz curricular do curso, constatou-se que além das disciplinas que abordam o meio ambiente e que muitas vezes causam desinteresse nos educandos, por parecerem distantes da realidade, existem oficinas de integração com o

intuito de agregar os contributos das disciplinas e estimular os trabalhos e discussões e que podem contribuir para uma formação técnica mais ampla, que contemple aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, éticos e ambientais nas disciplinas.

3.2. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO AOS EDUCANDOS

A fim de facilitar a compreensão e organização dos dados da pesquisa e respeitando o sigilo das informações e identificação daqueles que voluntariamente concordaram em participar, foram utilizadas as seguintes codificações para as respostas individuais dos educandos: Aluno 1, Aluno 2, seguindo a sequência da numeração até o número de respostas, independente de serem das Turmas 1, 2 ou 3.

O questionário foi dividido em 3 partes: a primeira abordou o perfil do inquirido, como idade, sexo, estado civil, se possui dependentes, local da residência, em que ano terminou o ensino fundamental, por qual motivo não continuou os estudos, a situação atual face ao trabalho e caso trabalhe, se o desenvolvimento das atividades está relacionada ao Curso.

A segunda parte buscou dados referentes ao curso. Os educandos indicaram as opções que os levaram a escolher o curso de vendas integrado PROEJA. Foram questionados sobre a dificuldade em se adaptarem aos conteúdos, tendo ficado alguns anos fora da escola, e sobre a influência da educação ambiental nas disciplinas e no contexto do curso.

Os educandos do 3º e último ano foram instigados a se autoavaliarem quando, na terceira parte do questionário, foi perguntado se estavam

preparados para trabalhar na área de vendas e quais as competências adquiridas em relação à questão ambiental e que levarão para a vida.

A faixa etária dos educandos inquiridos varia entre 20 e 56 anos e a proporção de gênero masculino e feminino é de metade para cada grupo.

Ao serem questionados sobre a época em que concluíram o ensino fundamental e por qual motivo não continuaram os estudos as respostas variam. Vale reiterar que tal quadro foi construído mantendo a transcrição original das respostas retiradas dos questionários. Observa-se que a grande parte dos participantes concluiu o ensino fundamental a mais de 5 anos. Quanto ao motivo, fica claro que o Aluno 1 não compreendeu corretamente a pergunta “por qual motivo não continuou os estudos?” pois sua resposta se deu no intuito de retorno ao estudo.

Quanto aos demais inquiridos, a dimensão mais referida foi o trabalho, 37,5% afirma que o trabalho foi um dos motivos para não continuar os estudos. As questões econômicas, falta de renda familiar e, conseqüentemente, a necessidade de trabalhar fora são fatores que preponderam diante da necessidade de obter conhecimento e qualificação.

A família e o trabalho foram mencionados por 18,75% dos pesquisados. Já para 12,5%, a família foi o motivo principal de não retornar aos estudos. São pais e mães que desde muito cedo buscam o cuidado e o sustento de suas famílias. Verifica-se ainda que 12,5% deixaram de estudar para servir ao exército brasileiro e outros 12,5% alegaram motivos pessoais, sem justificar, conforme podemos visualizar no quadro 3, do perfil dos estudantes do PROEJA.

Quadro 3 – Perfil dos estudantes PROEJA

Alunos	Ano conclusão ensino fundamental	Por qual motivo não continuou os estudos
Aluno 1	2012	Procuro conhecer saber mais das coisas, por isso voltei a estudar técnico em vendas e o ensino médio juntos.
Aluno 2	2001	Por ser muito detalhista não consegui dar conta da casa, família, trabalho. Não deixei meu filho pequeno e nem a organização do lar.
Aluno 3	Não lembro	Criar os filhos, aí voltei um e parei de novo porque meus filhos tem 8 anos de diferença.
Aluno 4	2012	Fui tirada do convívio de meus pais e muitos outros motivos, como dificuldade financeira, ter que trabalhar muito cedo.
Aluno 5	2002	Continuei até o 3º ano do ensino médio e não terminei, pois entrei nas fileiras do Exército e parei por aí.
Aluno 6	2007	Trabalhar muito cedo, meus pais ficaram doentes e meus irmãos colocaram eles em uma clínica para idosos, como eu era de menor, eles me deram a casa e uma ajuda de custo que era muito pequena, me forçando assim a parar de estudar e começar a trabalhar.
Aluno 7	2015	Trabalho e outros afazeres.
Aluno 8	2013	Trabalho.
Aluno 9	2003	Optar pelo trabalho.
Aluno 10	2003	Parei várias vezes depois que engravidei.
Aluno 11	2000	Falta de incentivo, trabalho, outros.
Aluno 12	Não lembro	Trabalho.
Aluno 13	2011	Motivos pessoais
Aluno 14	2012	Fiquei apenas 1 ano parado, foi quando servi ao exército
Aluno 15	2011	Motivos pessoais.
Aluno 16	2007	Comecei a trabalhar.

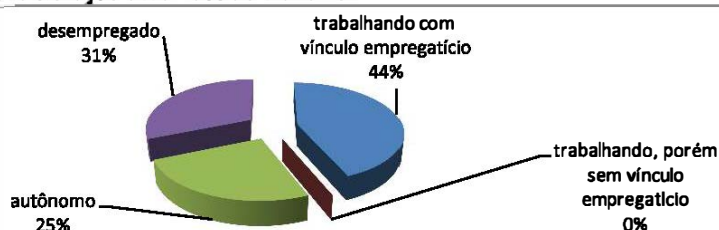
Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Conforme o quadro é perceptível que grande parte desses jovens e adultos não teve oportunidade de uma formação que ampliasse seus conhecimentos e o qualificasse para uma estabilidade financeira, pois desde muito cedo foi inserido no mundo do trabalho, priorizando este por necessidade de sustento e sobrevivência sua e de seus familiares.

Fator que também prevalece é a dificuldade em conciliar os estudos com outras responsabilidades familiares e de trabalho. Estes dados vão ao encontro da ideia de que “Os educandos potenciais e reais da educação de jovens e adultos, são oriundos das classes populares, os quais têm e tiveram, desde muito cedo, que enfrentar duras condições de garantir a sobrevivência pelo trabalho ou na busca incerta dele” (Godinho et al., 2012, p.10).

Dessa forma, buscou-se constatar a situação dos participantes face ao trabalho pelo gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Qual a sua situação atual face ao trabalho?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Daqueles que participaram da pesquisa, 69% está atuante no mercado de trabalho, dos quais 25% são autônomos, trabalham por conta própria, e 44% estão trabalhando com vínculo empregatício. Os restantes 31% estão desempregados e buscam ao término do curso uma chance de entrar no mundo do trabalho.

Um importante fator a ser considerado e que pode ser responsável pela evasão dos educandos dos cursos, grande problema que afeta os cursos de educação de jovens e adultos, é a conciliação do trabalho com a vida escolar, como referido no quadro 2.

O trabalho é tido como essencial para os educandos do PROEJA. Schwartz, demonstra a aplicabilidade do trabalho nas esferas educativas,

[...] se o trabalho é atravessado pela história, se “nós fazemos história” em toda atividade de trabalho, então, não levar em conta esta verdade nas práticas das esferas educativas e culturais, nos ofícios de pesquisadores, de formadores, nas nossas práticas de gestores, de organização do trabalho, e também nas nossas práticas de cidadão, é desconhecer o trabalho, é mutilar a atividade dos homens e das mulheres que, enquanto “fabricantes” de história, re-questionam os saberes, reproduzindo em permanência novas tarefas para o conhecimento (Schwartz, 2003, citado por Godinho et al., 2012, p. 268).

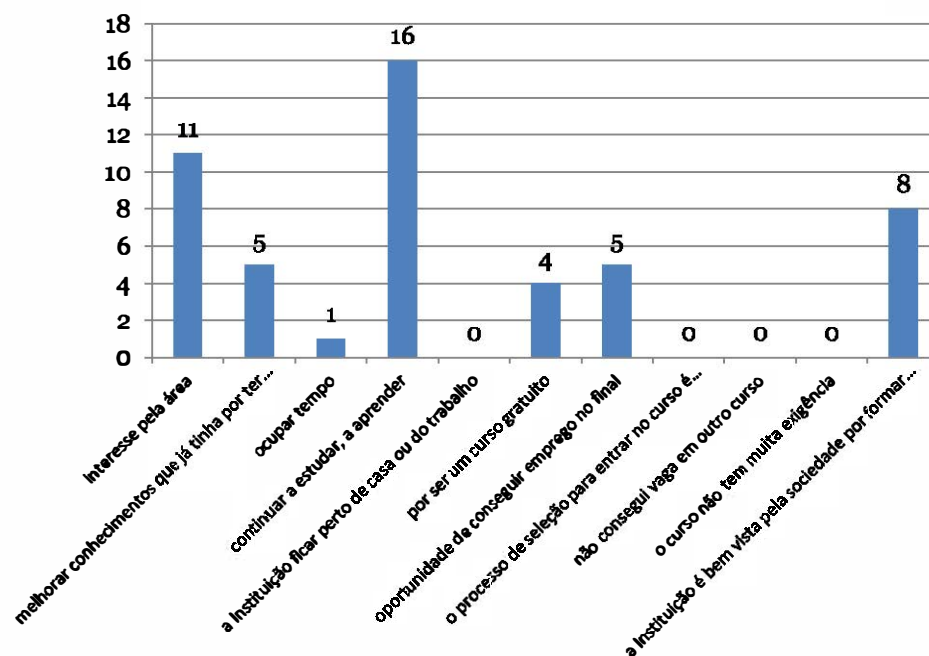
Tem-se que a escola de educação profissional pode e deve constituir-se como espaço fundamental para que o educando trabalhador construa, reorganize e inove conhecimentos, criando e apropriando-se de novas tecnologias, através de uma nova concepção de educação que “articule formação científica e sócio-histórica à formação tecnológica” (Kuenzer, 2000, citado por Godinho et al., 2012, p. 269). Do ponto de vista de Moll,

a formação profissional pode ser tratada sob dupla perspectiva: formação profissional na concepção de educação continuada para a readaptação, reciclagem e aperfeiçoamento permanente “imediatamente” vinculada ao mundo do trabalho e a formação profissional na concepção da educação técnica, política e cultural da força do trabalho na perspectiva do desenvolvimento pessoal e social “mediatamente” vinculado ao mundo do trabalho (Moll et al., 2010, p.114).

Nesse processo de formação, observa-se que os educandos buscam através dos cursos técnico-profissionalizantes o aperfeiçoamento e qualificação para atuarem de maneira imediata nas suas atividades, e até mesmo um diferencial a incluir no currículo, para aqueles que ainda buscam uma colocação no mercado de trabalho.

A procura pelo curso gera a expectativa de qualificação aos jovens e adultos numa perspectiva de ascensão ao trabalho visando vagas com salários mais atrativos e consequentemente melhores condições de vida. Nesse aspecto, o Gráfico a seguir expõe os interesses na escolha do curso técnico em vendas integrado PROEJA.

Gráfico 2 – O que o levou a escolher este curso? Marque as principais razões.



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Na demonstração exibida pelo Gráfico 2, em referência ao motivo que levou à escolha do curso, entre as opções de respostas, os inquiridos poderiam marcar todas as que lhes fossem satisfatórias.

Todos os participantes afirmaram que buscaram o curso para continuar a estudar, a aprender. A busca pela apropriação de conhecimento por parte desses jovens e adultos, materializando a elevação do nível de escolaridade e o aprimoramento da capacidade de expressão e reflexão, tornando-os cidadãos participantes da sociedade e possíveis conhecedores das relações entre meio ambiente e sociedade.

Nos demais pontos os estudantes revelaram interesse pela área, 11 deles, num total de 16, outros 5 confirmaram que escolheram o curso para melhorar

conhecimentos que já tinham por ter experiência de trabalho nessa área, 1 único apontou que escolheu para ocupar o tempo, outros 4 revelam que procuraram por ser um curso gratuito.

Os alunos demonstraram que há aspectos positivos em relação à Instituição, quando perguntado se a opção em fazer o curso é porque a Instituição é bem vista pela sociedade por formar profissionais muito capacitados, 8 deles confirmaram e ainda 5 deles destacaram a possibilidade de conseguir emprego ao final do curso. Acredita-se, nessa visão, que o IFFar, *campus* Santa Rosa, está cumprindo sua missão de formar profissionais capacitados, prontos para o mercado de trabalho.

Mediante o contexto apresentado, buscou-se verificar se o fato de esses alunos ficarem algum tempo sem estudar teria dificultado a relação com os conteúdos do curso, ao que 11 responderam que tem sim dificultado um pouco, porém não atrapalhou a compreensão e assimilação dos conteúdos.

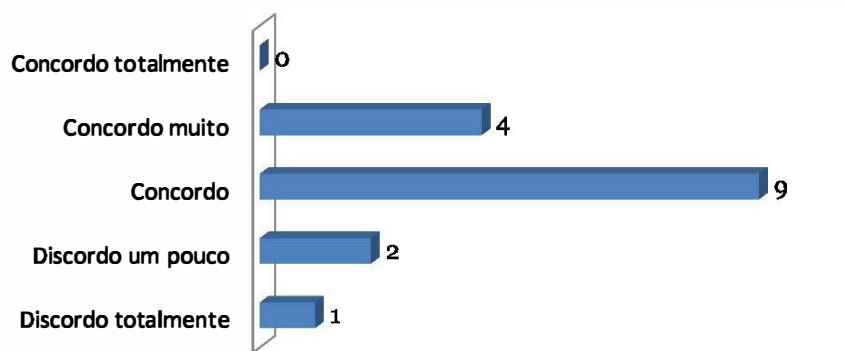
Nesse sentido, a construção de estratégias de ensino que relacionem os conteúdos com as questões ambientais é indispensável para a preparação desses profissionais a fim de interagirem com respeito ao meio ambiente em suas profissões, tendo discernimento necessário para adotar ideias sustentáveis. Na visão de Reigota,

A preocupação com o meio ambiente vai além de um mero argumento da mídia, mas constitui-se como uma proposta de uma nova ordem global norteada pela ótica da complexidade, vinculada ao desenvolvimento sustentável, ao meio ambiente saudável, e à ética da solidariedade. Demanda uma educação política, onde exista o compromisso de preparar os cidadãos a exercerem os seus direitos nacionais e planetários, a exigirem justiça social e ética nas relações socioeconômicas e nas travadas com a natureza (Reigota, 2004, p. 9).

Ao adentrar no tema meio ambiente e educação ambiental, considerando a transversalidade da questão e o objeto de estudo para o desenvolvimento dessa pesquisa, acredita-se que o desenvolvimento de estratégias

facilitadoras da integração na sala de aula, o entendimento e compreensão das causas da degradação do ambiente e a discussão de medidas que poderão ser adotadas para promover mudança de comportamento podem auxiliar os educandos. Assim, os participantes foram indagados sobre a integração da educação ambiental nas disciplinas do curso.

Gráfico 3 – Você considera que há integração da educação ambiental nas disciplinas do curso?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

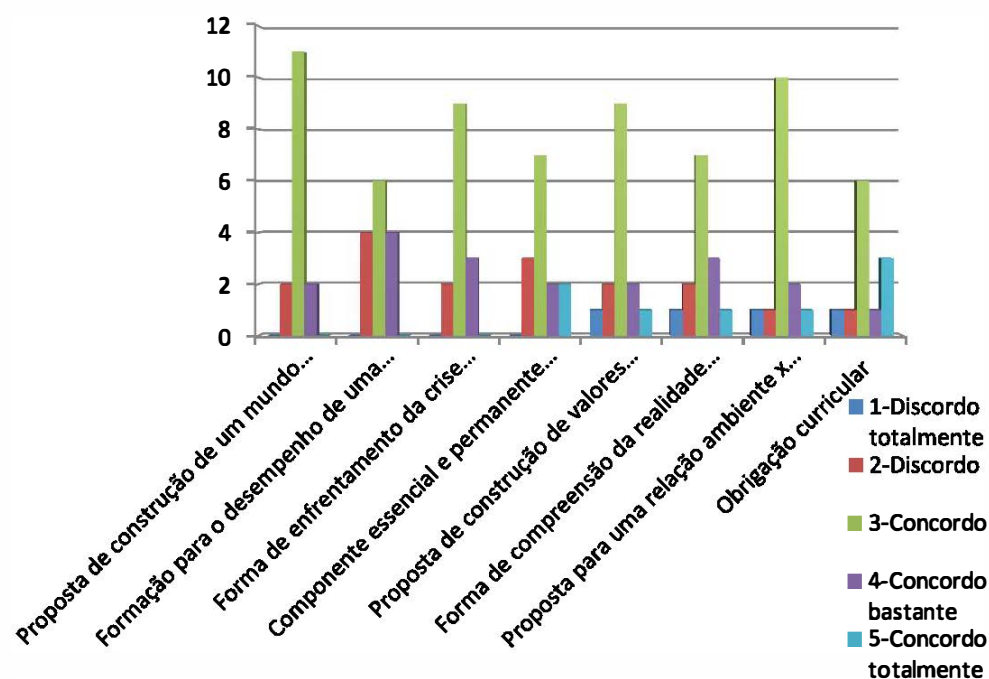
Conforme se observa no gráfico 3, a maioria concorda que há a integração da educação ambiental com as demais disciplinas, pois 9 concordam, outros 4 concordam muito, já outros 2 discordam um pouco, enquanto 1 discorda totalmente.

No entanto, o que se percebeu quando analisado o gráfico 11, onde são apresentadas as respostas dos docentes para questão similar sobre a integração da educação ambiental nas diversas disciplinas da matriz curricular do curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA, é de que a integração é precária, visto que 30% dos docentes responderam que não há e 70% responderam que é parcial.

Dessa forma, apesar de a PNEA, Lei 9.795/1999, e os PCN estabelecerem que a educação ambiental deva ser desenvolvida como uma prática educativa

integrada, contínua, permanente e de forma transversal e interdisciplinar, isso não tem sido suficiente para introduzir essa temática, sendo convincente a vulnerável compreensão dos alunos sobre as questões ambientais, como veremos no quadro a seguir, onde podemos identificar a fragilidade da percepção do meio ambiente e educação ambiental que acomete esses educandos.

Gráfico 4 – Quais as perspectivas de educação ambiental que estão presentes no curso de Vendas do PROEJA? Para cada uma das seguintes afirmações, indique o seu grau de concordância



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Quando perguntado quais perspectivas de educação ambiental estão presentes no curso de Vendas do PROEJA, observa-se que em todas as afirmativas dadas a opção 3 sobressai às demais, apresentando um contexto onde a maioria dos pesquisados concorda com as perspectivas apontadas, valorizando a “resposta do meio”, que por vezes pode ser interpretada como

uma opção “segura”, por exemplo, quando não se tem certeza do entendimento e compreensão do que se leu.

As perspectivas i) proposta de construção de um mundo novo que forma o indivíduo com compaixão pelo meio ambiente, ii) proposta de construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e, em consequência, para uma melhor qualidade de vida e iii) proposta para uma relação ambiente x sujeito mais harmoniosa, com respeito a todas as formas de vida, foram as que tiveram maior nível de concordância, 13 respostas em cada, agrupando-se as opções concordo, concordo bastante e concordo totalmente.

A formação para o desempenho de uma função ecológica de restauração ambiental deixada pelas gerações que nos antecederam está entre as perspectivas que teve o menor nível de concordância, reunindo as opções discordo e discordo totalmente.

A inserção da educação ambiental no currículo é tida como obrigação curricular por pelo menos 3 alunos, que concordaram totalmente com a afirmativa. Essa perspectiva é questionada visto que o currículo escolar é baseado em disciplinas fixas causando um isolamento e fragmentação do conhecimento, reduzindo a educação ambiental em mera transmissão de informação sobre o meio ambiente.

Essas perspectivas também foram apresentadas aos docentes como forma de entendimento do que é educação ambiental, podendo ser verificada no gráfico 10, da análise do inquérito dos professores.

À medida que se percebe que os jovens e adultos tem compreensão limitada sobre os conceitos e definições de meio ambiente, constatou-se que entendem os problemas ambientais não de uma forma muito clara.

Atenta-se, assim, para a necessidade cada vez maior da importância de incluir o meio ambiente nas unidades curriculares, permeando toda prática educacional, distinguindo o valor que cada indivíduo dá ao meio ambiente e a sua representatividade, de acordo com suas vivências e experiências.

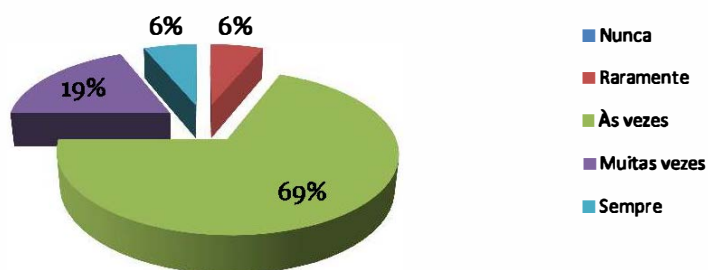
É interessante frisar que alguns educandos não marcaram nenhuma das alternativas, o que pressupõe que não entenderam o teor do conceito. Isso leva a crer que, embora tenha sido dada a opção faltou a compreensão da afirmação ou supõe-se que recorreram a opção mais segura por não entenderem as respostas, justificando assim a importância dada pelos alunos as questões ambientais.

Uma educação que não abranja a questão ambiental, não pode efetivamente, ser considerada como educação no seu sentido pleno. O adjetivo "ambiental" seria imprescindível se a educação estivesse realmente comprometida com a formação integral do ser humano, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificando-o para o trabalho, porque, assim como tantos outros, os temas relativos ao meio ambiente são fundamentais para a concretização dessa educação. Não bastam projetos de coleta seletiva de lixo ou de reciclagem, se a população continua consumindo de forma desenfreada, produzindo quantidades imensas de lixo diariamente e poluindo o ambiente. Cabe à educação, portanto, a tarefa de provocar uma mudança de valores (Gorczewski et al., 2007, p.110).

A questão ambiental caracterizada como tema de compreensão e construção social é ponto essencial nos currículos escolares, a partir da necessidade de se fazer algo para modificar os valores, comportamentos e atitudes dos cidadãos que buscam um aprendizado qualificado para atuar na sociedade.

Nessa visão, a educação ambiental deve ser entendida como uma forma de reorganizar o conhecimento para responder melhor aos problemas da sociedade. Contudo, constata-se que no interior das salas de aula a concretização da educação ambiental é pouco desenvolvida, como veremos no gráfico a seguir.

Gráfico 5 - Os conteúdos desenvolvidos pelos docentes abordam o estudo do meio ambiente e suas relações? Indique o grau de frequência dessa abordagem.



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

O gráfico expressa a manifestação dos educandos quanto à frequência em que são abordados temas sobre meio ambiente nos conteúdos ministrados em sala de aula. Entende-se que essa representação, 69%, que afirma somente às vezes o assunto é abordado é preocupante, uma vez que o meio ambiente é tema transversal, de interesse social e deve ser pensado de forma prospectiva inserindo novas variáveis no modo como o educando concebe a natureza e a relação com a sociedade, realçando os vínculos entre o mundo da escola e a realidade.

As respostas a esta questão revelam alguma discrepância relativamente aos dados apresentado no Gráfico 3, onde grande parte dos alunos concorda com a existência de integração da educação ambiental nas disciplinas do curso.

Em comparação com as respostas dos docentes, gráfico 14, quando questionados sobre a frequência com que abordam a educação ambiental na sala de aula, obtivemos os seguintes dados:

Quadro 4 – Comparativo entre as respostas dos docentes e alunos sobre a abordagem do tema meio ambiente.

Frequência da abordagem	Alunos	Professores
Nunca	0	0
Raramente	6%	10%
Às vezes	69%	50%
Muitas vezes	19%	20%
Sempre	6%	20%

Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Constata-se que grande parte dos inquiridos (docentes e alunos) considera que às vezes a temática é incluída nos conteúdos. Verifica-se que a oscilação entre ambos os inquiridos para as demais situações de abordagem é pouco variável, entendendo assim que, a temática é trabalhada, porém de forma fragmentada. Segundo observado nos PCN,

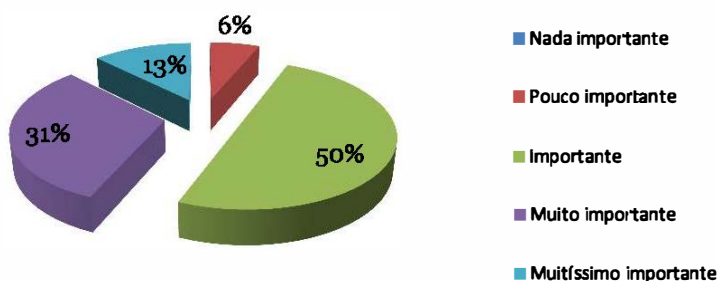
Esse é um ponto muito importante e delicado. Já se observaram trabalhos tidos como ambientais na escola, em que houve, de fato, um movimento contrário: as questões ambientais foram tratadas de maneira asséptica, fragmentada, que, como todo o saber tratado dessa maneira, se cristaliza, não servindo mais como referência para solução de problemas ambientais, mas apenas como um conceito a mais, eventualmente servindo para embasar outros saberes desse tipo. É restringir a limites muito estreitos, por exemplo, definir corretamente o lixo, sem estabelecer relação com a situação real de limpeza da escola, do bairro, de estado, ou ainda, com o contexto concreto das relações sociais que engendraram a problemática do lixo (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p. 26).

Nesse sentido, para a construção de uma visão coerente com a realidade, é necessário que a educação ambiental para a educação de jovens e adultos remeta os alunos à reflexão sobre os problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do planeta. Para que essas informações os sensibilizem e provoquem o início de um processo de mudança de comportamento, é preciso que o aprendizado seja significativo, isto é, os alunos possam estabelecer ligações entre o que aprendem e a sua realidade

cotidiana, e o que já conhecem (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, pp. 23-24).

Dessa forma, possibilita-se a ampliação das visões de mundo destes educandos, à medida que percebam o quanto a formação profissional está relacionada com o meio ambiente e quanto tudo é integrado numa amplitude social (Godinho et al., 2012, p. 163).

Gráfico 6 – Qual o grau de importância dos conhecimentos sobre o meio ambiente para as atividades do técnico em vendas?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Em consonância com o gráfico 13, da análise dos dados dos professores, a grande maioria dos alunos concorda, pois 50% considera os conhecimentos sobre meio ambiente importantes, outros 31% muito importante e 13% muitíssimo importante. Porém, os argumentos utilizados por esses jovens e adultos demonstram que os conhecimentos sobre as questões ambientais e sua relevância para o técnico em vendas são moderados, fracos. Daqueles que justificaram a resposta, temos as seguintes afirmações, na íntegra:

Quadro 5 – Respostas às justificativas sobre a importância dos conhecimentos sobre meio ambiente para o técnico em vendas:

Aluno 1	Seria muitíssimo importante para o curso, pois o assunto meio ambiente agrega muitos valores a quaisquer componentes curriculares, eu podendo citar inúmeras coisas, e como tais facilitariam muito a aprendizagem.
Aluno 2	Nem sempre se fala, mas tem matérias que falamos bastante. O meio ambiente está em todo lugar, eu acho porque não vivemos sem meio ambiente. Bom, mas às vezes complicado um pouco, mas é muito importante o meio ambiente em nossa vida.
Aluno 3	A importância está em todo lugar, por toda a parte, pois o conhecimento é muito importante.
Aluno 4	Porque é sempre bom ter a consciência que se não cuidarmos do meio ambiente sofreremos várias consequências mais adiante.
Aluno 5	Porque normalmente não se envolve muito o curso de vendas com meio ambiente.
Aluno 6	Acho interessante as questões ambientais, preservação, acho importante as pessoas saberem a situação a qual está o mundo em que elas vivem, tendo consciência do que tá errado e tem que mudar, com a ajuda e a colaboração de todos, tenho certeza que ainda podemos ter um mundo melhor.
Aluno 7	Pois nos ajuda a entender melhor os conhecimentos do dia a dia, e que nos ajuda a entender o que está acontecendo com o meio ambiente, fazendo com que possamos contribuir para o meio ambiente e sua sustentabilidade.
Aluno 8	Dessa forma podemos ampliar o nosso conhecimento, tanto na área de vendas como uma visão clara e objetiva sobre o assunto.
Aluno 9	É importante para também entender sobre o meio ambiente e preservar.
Aluno 10	Porque devemos cuidar do nosso planeta.
Aluno 11	Esse conhecimento é fundamental em todos os ramos.

Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Embora as respostas sejam um pouco evasivas, nota-se que os alunos se sensibilizam e reconhecem que a educação ambiental é necessária, independente da formação técnica, pois a amplitude das relações que afetam o meio ambiente reflete-se em qualquer área e, por isso, deve-se

compreender a sua influência nos vários espaços. Ao promover essa compreensão, é necessário

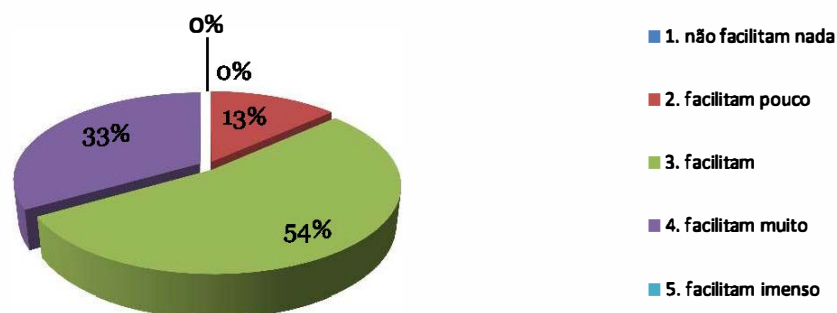
estabelecer, para os alunos de todas as idades, uma relação entre a sensibilização ao meio ambiente, a aquisição de conhecimentos, a atitude para resolver os problemas e a clarificação de valores, procurando, principalmente, sensibilizar os mais jovens para os problemas ambientais existentes na sua própria comunidade (Princípios da Educação Ambiental: Tbilisi, 1977, citado por, PCN, 1998, p.65).

Assim, em referência às 3 turmas, percebeu-se que os educandos apresentaram poucas divergências nas respostas, sendo relevante observar que todos têm um *senso comum* formado em relação ao meio ambiente, visto que, grande parte afirma que o assunto meio ambiente é importante e necessário em qualquer profissão, embora o entendimento seja fragilizado e restrito.

Constatou-se, portanto, que os educandos do curso técnico em vendas integrado PROEJA demonstram ter conhecimento superficial sobre a educação ambiental, o que requer que se trabalhe de forma mais intensificada essa temática, não só de forma conscientizadora dentro da sala de aula, mas como forma de transformar a visão desse sujeito perante a relação meio ambiente e sociedade.

Na ocasião, também foram questionados sobre os métodos utilizados pelos professores, se facilitam a compreensão do estudo do meio ambiente e das questões ambientais desenvolvidas nas aulas. O que responderam conforme gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Métodos utilizados pelos professores facilitam a compreensão do estudo do meio ambiente.

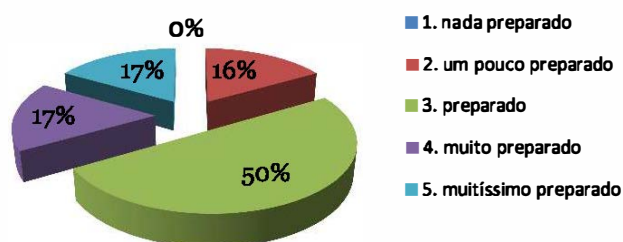


Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Na visão de 54% dos alunos, o método utilizado pelos docentes facilita a compreensão do estudo sobre meio ambiente e as questões ambientais. Outros 33% concordam que facilita muito e 13% acha que facilita pouco. Nessa análise, importa o desenvolvimento de metodologias baseadas nas experiências e conhecimentos prévios trazidos pelos educandos e que poderiam ser trabalhados em sala de aula, a fim de expandir o conhecimento e avançar em uma nova percepção aliada às experiências, vivências e observações de mundo desses jovens e adultos, orientando para uma mudança de comportamento e atitude em relação à questão ambiental, tornando-os cidadãos mais sensíveis ao tema.

Ainda, os alunos do 3º ano, formandos, foram questionados se estavam preparados para trabalhar na área de vendas, uma vez que o objetivo do curso é capacitar e habilitar tais sujeitos, conforme gráfico 8.

Gráfico 8 - Você considera-se preparado para trabalhar na área de vendas?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

O gráfico aponta que 50% dos alunos formandos afirma estar preparado para trabalhar na área de vendas, outros 17% consideram estar muito preparados, igualmente, 17% afirmam estar muitíssimo preparado. Já 16% sentem-se pouco preparado.

Agrupando as opções favoráveis, quase 90% dos alunos estão seguros de sua preparação para exercer as atividades provenientes da formação no curso técnico em vendas PROEJA. Os dados do gráfico demonstram jovens e adultos confiantes nos conhecimentos adquiridos para exercício da profissão.

Quanto às competências adquiridas no decorrer do curso sobre a questão ambiental, os alunos formandos do 3º ano, responderam conforme quadro.

Quadro 6 – Respostas relativas às competências adquiridas em relação à questão ambiental:

Aluno 1	Muitos conhecimentos nesta área
Aluno 2	Muitas, a preservação é uma delas.
Aluno 3	Como cuidar das plantas, terra e água.
Aluno 4	Pelos exemplos dados pelos professores
Aluno 5	Em relação em fazer diferente, com materiais recicláveis podemos fazer coisas, artesanatos maravilhosos.
Aluno 6	Cuidar do meio ambiente, não jogar lixo na rua, etc.

Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Analizando o quadro verifica-se a concepção de competência de cada inquirido. Pelo menos 4 das respostas dão ênfase ao cuidado e preservação do ambiente. Percebeu-se, assim, que a consciência de preservação, cuidado e sustentabilidade está presente, embora de forma restrita, contudo, importa saber que esses profissionais jovens e adultos assimilaram a importância de atitudes construtivas em respeito à questão ambiental, apesar de que a consciência desenvolvida em cada aluno só tem significado positivo quando impulsiona mudanças comportamentais que repercutem na qualidade de vida sua e de sua comunidade.

3.3. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS AOS PROFESSORES

Nesta etapa realizou-se a análise do questionário encaminhado por meio do Google drive aos professores atuantes no curso PROEJA. O questionário foi dividido em 4 partes: a primeira diz respeito ao perfil do entrevistado, como idade, sexo, formação acadêmica, área de atuação, regime de trabalho e tempo de serviço, se teve alguma formação direcionada à educação de adultos e à educação ambiental.

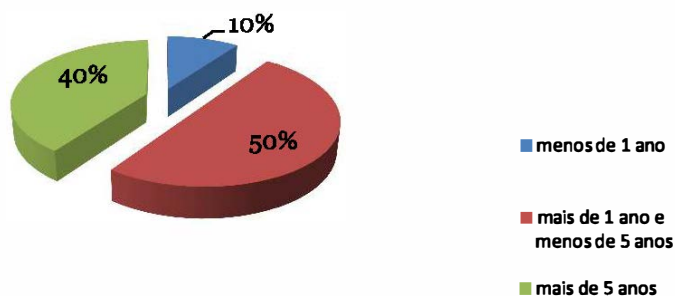
A segunda parte diz respeito às perspectivas sobre a educação ambiental. Os professores indicaram o seu entendimento em relação à educação ambiental, a organização da matriz curricular do curso para a integração da educação ambiental nas diversas disciplinas e a análise da importância do conhecimento sobre meio ambiente nas atividades do técnico em vendas.

Na terceira etapa, foram questionados sobre as práticas pedagógicas na abordagem das questões sobre a educação ambiental. Ainda foi disponibilizada uma quarta parte para sugestões por parte dos docentes a fim

de coletar informações sobre a concretização da educação ambiental no curso técnico em vendas integrado PROEJA e assim possibilitar o desenvolvimento de ações que facilitem a aprendizagem.

De acordo com a análise do perfil dos professores a faixa etária varia entre 31 e mais de 51 anos, sendo 70% mulheres e 30% homens. Entre os inquiridos, 80% possuem mestrado, enquanto 10% possuem doutorado e outros 10% somente graduação. Destes, pelo menos 40% trabalha há mais de 5 anos na Instituição e 50% trabalha entre 1 e 5 anos (gráfico 7). De notar, que o *campus* é recente e a Instituição é nova, tendo atualmente 8 e 10 anos, respectivamente. O gráfico a seguir demonstra o tempo de trabalho dos professores na instituição.

Gráfico 9 – Há quanto tempo trabalha na Instituição?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Dentre os participantes da pesquisa, a fim de verificar o nível de adequação do perfil, foi solicitado que informassem se tiveram alguma formação voltada à educação de jovens e adultos. A partir das informações constatou-se que 50% tiveram alguma formação voltada para a atuação na educação de jovens e adultos, enquanto a outra metade não (gráfico 10).

Gráfico 10 – Ao longo do seu percurso teve alguma formação voltada para a educação de jovens e adultos?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Solicitado sobre o âmbito da formação, as respostas se dividem entre formação pontual na própria instituição e palestras específicas sobre educação de jovens e adultos.

A partir do gráfico 10, percebe-se que os docentes não têm uma formação de longa duração ou continuada em educação de jovens e adultos, o que pode comprometer a sua preparação para a atuação com estes públicos. Esta situação pode relacionar-se com o fato de o PROEJA e EJA serem considerados medidas recentes. Apesar das várias iniciativas de épocas anteriores, a que se seguiu uma estagnação e ter ganhado novos alicerces com a CF/88, conforme já abordado no Capítulo I, pode-se observar a seguinte visão,

São muito recentes as iniciativas de formação que os profissionais da educação vêm recebendo para atuarem na EJA. Somente quem se formou há pouco tempo vivenciou em seu currículo conhecimentos sobre o ensino e a aprendizagem de jovens e adultos. A história da EJA está ligada a este aspecto, haja vista que a modalidade constitui-se em práticas educativas fragmentadas. Esse fato explica-se por não exigir formação específica, incumbindo o próprio educador de buscar por sua formação. Assim, parece que qualquer professor formado para atuar no ensino fundamental e médio é docente de EJA. Contudo, muitas vezes, tal profissional não teve sequer uma disciplina, ou discutiu internamente no âmbito de outras disciplinas, o ensino na EJA. Dessa realidade, advém o que presenciamos – o ensino da EJA realizado com base em atividades infantis, descontextualizadas do mundo do trabalho, sem levar em consideração as características específicas dos sujeitos jovens e adultos. Temos, então, um ensino sem

uma metodologia própria e contextualizada, o que se torna problemático e prejudicial e talvez seja uma das causas da evasão (Maraschin et al., 2012, pp.44-45).

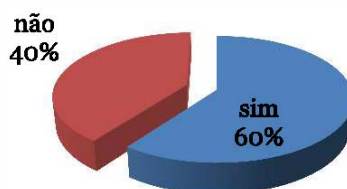
Neste sentido, um dos aspectos a ser considerado é uma proposta de formação continuada que possibilite ao docente uma participação mais ativa no universo da profissão e que potencialize o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de lidar com as transformações da economia, cultura, sociedade e do mundo do trabalho, uma formação preocupada com as transformações da sociedade e do ensino, adaptando as metodologias com inovação nos procedimentos e estratégias para um ensino-aprendizagem motivador e que tenha um contexto na realidade desses sujeitos.

Aponta o Documento Base do PROEJA ensino médio que a, “[...] formação de professores e gestores objetiva a construção de um quadro de referência e a sistematização de concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuidade do processo” (MEC, 2009, p. 60).

Para trabalhar com a educação de jovens e adultos os docentes precisam estar preparados, aptos para assumir e elaborar novas metodologias. Refletir sobre a formação de professores para EJA e PROEJA, é essencial, pois, no momento em que tivermos mais professores habilitados para a educação de jovens e adultos, a escola terá mais potencialidade de participar de processos de mudança e transformação da sociedade (Maraschin et al., 2012).

Assim, há a necessidade de se instituir espaços de formação continuada para que o quadro de professores esteja sempre comprometido com o projeto do PROEJA e da escola como um todo. Tudo isso pode ser viabilizado para que a mudança e transformação ocorram também quando se faz referência à educação ambiental. Embora a formação em educação ambiental esteja um pouco mais presente no percurso dos docentes, como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 11 - Ao longo do seu percurso teve alguma formação direcionada para a educação ambiental?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Dando sequência à questão sobre formação, ao serem questionados sobre a formação para a educação ambiental, 60% dos docentes afirma que tem formação através ou de especialização em gestão ambiental ou em educação ambiental, pela pesquisa de mestrado na área, através da formação em serviço como professor estadual, da participação de seminários e palestras ou pela formação específica em direito ambiental.

Como se constatou, em comparação com as respostas dos docentes sobre a sua formação para atuar na educação de jovens e adultos, a busca pelo docente por formação em educação ambiental ou envolvendo meio ambiente é mais consistente e se revela mais direcionada e específica.

A formação para atuar na educação de jovens e adultos, segundo indicado nas respostas dos questionários, é obtida através de formação de curta duração ofertada pela própria Instituição, não sendo uma opção dos professores buscar formação de longa duração.

Vale reiterar que a “formação para os professores é condição para a aprendizagem permanente e o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional” (Maraschin et al., 2012, p.32) visto que, o contexto atual requer uma escola de difusão e construção de conhecimentos teórico-práticos contextualizando as necessidades de transformação social. Freire já dizia que

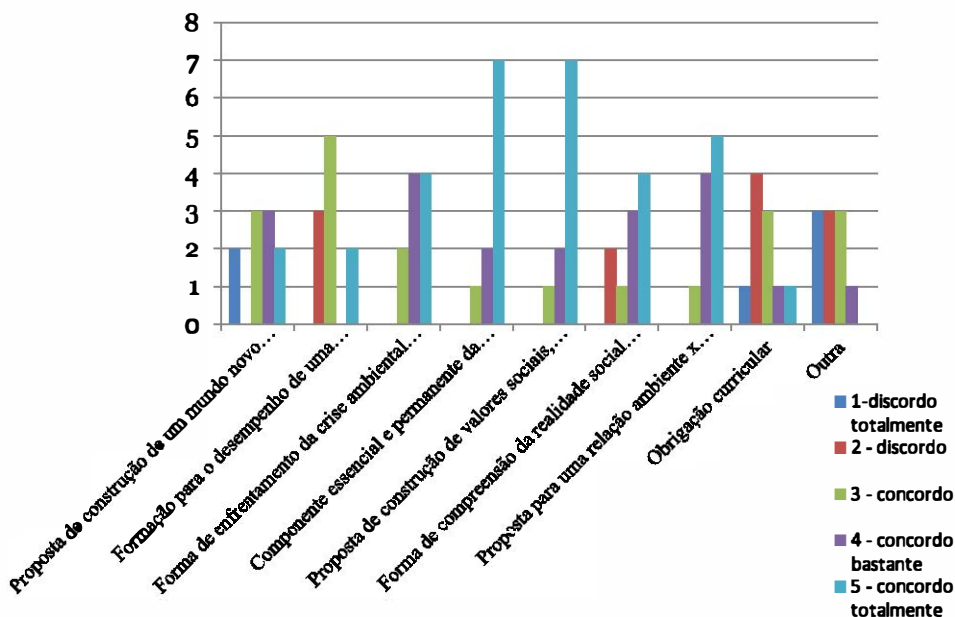
“[...] é necessário investir no desenvolvimento profissional, criando possibilidades para que o professor passe do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica” (Freire, 1999, citado por Maraschin et al., 2012, p. 53).

Nesse sentido, é primordial que os docentes busquem e a Instituição ofereça formação para que estejam preparados para elaborar metodologias adequadas e saibam enfrentar as situações que surgem na prática. Ainda corroborando esta ideia, a mesma autora cita Farias, “[...] o professor não nasce feito; ele está sempre se fazendo. Ele se constitui, se produz, por meio das relações que estabelece com o mundo físico e social, isto é, sua identidade profissional se articula a um dado espaço-tempo vivido” (Farias, 2009, citado por Maraschin et al., 2012, p.127).

A respeito da formação docente, faz-se necessário considerar os processos de capacitação dos profissionais para atuarem na educação de jovens e adultos. Leff (2011, citado por Rodrigues, 2017, p. 219) concorda que “[...] a educação ambiental requer que se avance na construção de novos objetos interdisciplinares de estudo através do questionamento dos paradigmas dominantes, da formação dos professores e da incorporação do saber ambiental emergente em novos paradigmas curriculares [...]”.

No que diz respeito à concepção de educação ambiental de cada participante docente, obtiveram-se as seguintes respostas.

Gráfico 12 – O que é educação ambiental para você?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Em relação ao gráfico acima, quanto ao entendimento dos docentes a respeito da educação ambiental, há concordância de todos os participantes nas perspectivas apresentadas quanto ao uso racional, também como componente essencial da educação voltada para a conservação.

Os conceitos que mais se destacaram com respostas afirmativas e que prevaleceram perante as demais foram: i) forma de enfrentamento da crise ambiental pela consciência e uso racional dos recursos oferecidos pelo ambiente; ii) componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, conceito retirado do artigo 2º da PNEA; e ainda todos concordaram com iii) proposta de construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e, em

consequência, para uma melhor qualidade de vida; e com iv) proposta para uma relação ambiente x sujeito mais harmoniosa, com respeito a todas as formas de vida.

A concepção de que a educação ambiental é uma proposta de construção de um mundo novo que forma o indivíduo com compaixão pelo meio ambiente, teve a concordância da grande maioria dos participantes, contudo, 2 discordam totalmente. Neste contexto, Rodrigues explica,

Com a educação ambiental, não se propõe construir um mundo novo, como se estivesse formando um indivíduo ambientalmente correto para ter compaixão pela natureza e desempenhar uma função ecológica de restauração do passivo ambiental deixado pelas gerações que o antecederam. Ela está desafiada a resgatar o senso comum a respeito da educação como forma de enfrentamento da crise ambiental. Segundo Arendt (2011, p. 227), “O desaparecimento do senso comum nos dias atuais é o sinal mais seguro da crise atual. Em toda crise, é destruída uma parte do mundo, alguma coisa comum a todos nós. A falência do bom senso aponta, como uma vara mágica, o lugar onde ocorreu esse desmoronamento.” (Rodrigues, 2017, p. 243).

Ainda segundo o autor, importa saber que “a crise ambiental não é uma crise de meio ambiente. Ela é resultado de uma crise de Estado, que reflete nos ambientes, pois o Estado e a sociedade não conduzem um debate efetivo em prol dos problemas ambientais” (Rodrigues, 2017, p. 243).

No tocante aos demais conceitos, há uma leve discordância, predominando as opções que consentem com as afirmativas. No entanto, quando afirmado que a educação ambiental é uma obrigação curricular, 5 do total de 10 docentes, concordam, enquanto os outros 5 discordam. Embora a exigência de promover a educação ambiental esteja contida no art. 225, §1º, VI, da CF/1988, combinada com a PNMA, Lei 6.938/1981 e pela PNEA, Lei 9.795/1999, trazendo que “todos têm direito ao meio ambiente equilibrado” (CF/1988), entendendo-se a educação ambiental como as atitudes e valores sociais, culturais que contribuem para a preservação da natureza. O número

de professores que discordam pode ter uma dupla interpretação. Por um lado, pode ser interpretado como desconhecimento dos professores da legislação em vigor; por outro lado, significar que concebem a educação ambiental como um processo natural, de consciência, reflexão, reconhecendo a importância do tema, o que facilita a abordagem e a introdução nos conteúdos.

Quando solicitado se na visão deles havia outra perspectiva de entendimento da educação ambiental, as respostas foram variadas, porém nenhum deles justificou.

Em comparação com o gráfico 4, da análise dos questionários dos alunos, quando perguntado sobre as perspectivas da educação ambiental para o PROEJA, com afirmações semelhantes às apresentadas aos docentes, constata-se que todas as afirmativas foram acolhidas de forma positiva pela maioria dos educandos, sobressaindo a “proposta para uma relação ambiente x sujeito mais harmoniosa, com respeito a todas as formas de vida” (13).

Nesse aspecto, é perceptível que a maioria dos alunos e professores possui uma visão semelhante das questões ambientais restrita às práticas pedagógicas. Contudo, pensar a educação ambiental pressupõe uma sensibilização que vai além da conscientização a respeito da importância de ações ligadas à preservação e conservação do meio. Todo esse contexto vai ao encontro da perspectiva de Reigota, ao afirmar que

Melo ambiente é o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformações do meio natural construído (Reigota, 1995, citado por Philippi Jr & Pelicioni, 2014, p. 856).

Essas transformações dependem de estratégias metodológicas que possibilitam organizar os processos formativos. Nesse viés, os docentes foram

questionados se a matriz curricular do curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA está organizada para integração da educação ambiental nas diversas disciplinas: 30% afirmam que não há organização para a integração, enquanto outros 70% afirmam ser parcial essa integração, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 13 - A matriz curricular do curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA está organizada para integração da educação ambiental nas diversas disciplinas?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Essa percepção também foi apresentada aos alunos, na pergunta representada pelo gráfico 3, e que possibilitou deduzir que há integração das questões ambientais nas disciplinas do curso. Na visão da grande maioria dos docentes (70%) a matriz curricular do curso está parcialmente organizada para a integração da educação ambiental em todas as disciplinas e para 30% dos docentes não está sequer organizada nesse sentido. As razões individuais para a não integração podem estar relacionadas com questões de carga horária, ou mesmo por ser uma unidade curricular com conteúdos que não tem relação com meio ambiente, conforme descrito pelos docentes. Contudo, este cruzamento de dados vem reforçar a percepção de que a abordagem das questões ambientais acontece mais no âmbito de cada disciplina, e em determinadas disciplinas mais do que noutras, do que de uma forma transversal a todas as disciplinas.

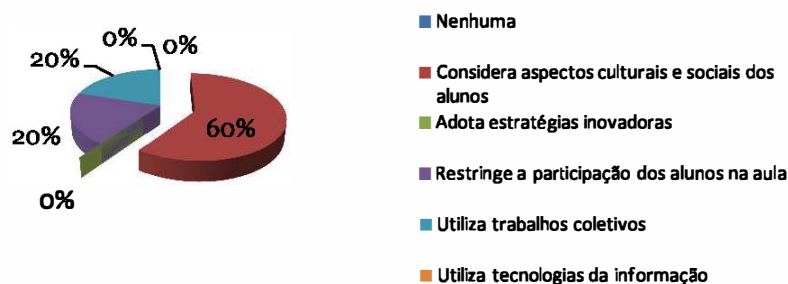
A educação ambiental exige uma integração de conhecimentos e aproximações holísticas que requerem novos conhecimentos teóricos e práticos para sua compreensão (Leff, 2013). Assim, busca-se a integração como forma de transformação através da transversalidade e interdisciplinaridade.

Frisa-se que, enquanto a interdisciplinaridade busca integrar as diferentes disciplinas pela abordagem de conteúdos comuns, os temas transversais permeiam todas as áreas para ajudar a escola a cumprir seu papel principal de educar para a cidadania.

Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, assim como os demais Temas Transversais. Essa adequação pressupõe um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, para haver explicitação dos valores que se quer transmitir e coerência entre estes e os experimentados na vivência escolar, buscando desenvolver a capacidade de todos para intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade (PCN, 1998 pp. 27-28).

A transversalidade abrange a possibilidade de sistematizar os conhecimentos de forma que os componentes curriculares não fiquem isolados e que abordem a realidade intervindo nos acontecimentos da sociedade. Concebe-se que a transversalidade tem de se orientar por processos vivenciados pela sociedade. Cumpre salientar que a transversalidade só tem significado dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, tratando os conteúdos de maneira integrada em todas as áreas do conhecimento, conforme defendem os PCN.

Gráfico 14 - Na sua concepção, que práticas pedagógicas relacionadas à educação ambiental são programadas para a formação do Técnico em Vendas Integrado PROEJA?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Ao serem questionados sobre que práticas pedagógicas relacionadas à educação ambiental são programadas para a formação do Técnico em Vendas Integrado PROEJA, 60% revela que as práticas consideram aspectos culturais e sociais dos alunos, 20% reconhece que utiliza trabalhos coletivos e 20% afirma que restringe a participação dos alunos, limitando a interação na aula. Se por um lado, se apresenta como positivo (face à literatura produzida na área) a consideração do contexto sociocultural dos discentes, o fato das estratégias poderem não fomentar a participação dos mesmos atenua as expectativas positivas a esse respeito. Para, além disso, segundo os alunos auscultados, nenhum professor adota estratégias inovadoras ou utiliza tecnologias da informação, o que nos leva a crer que as aulas seguem os métodos tradicionais.

Vale ressaltar que a educação ambiental a ser desenvolvida nas atividades de sala de aula “não consiste numa educação que manipule os alunos, tampouco aquela que abandona o aluno diante dos desequilíbrios ambientais, considerando que nada existe” (Rodrigues, 2017, p. 256). Ao professor cabe desenvolver uma postura que leve os alunos a refletirem sobre a intimidade de existência das questões ambientais. Levando em conta a reflexão anterior,

os professores foram questionados sobre o grau de importância do conhecimento sobre o meio ambiente para as atividades do curso.

Gráfico 15 – Do seu ponto de vista, qual o grau de importância do conhecimento sobre o meio ambiente para as atividades do Técnico em Vendas PROEJA?



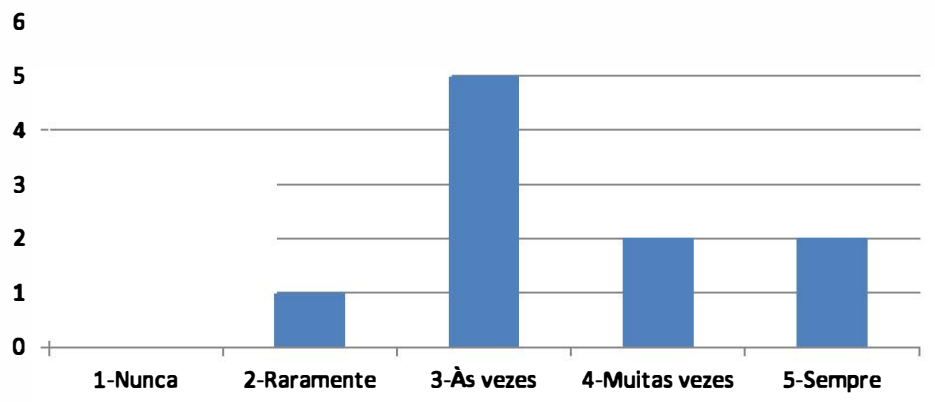
Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Em conformidade com o gráfico 15, nota-se que essa questão é consensual por parte dos participantes docentes, visto que todos reconhecem ser de extrema importância, pois metade do grupo afirma ser bastante importante, enquanto a outra metade julga ser muito importante.

Considerando o gráfico 6 da análise dos inquéritos dos alunos, onde a grande maioria também considera importante, podemos constatar que ambos os grupos (docentes e alunos) consideram que a educação ambiental é importante e deve estar presente nos conteúdos do curso de vendas.

A par da importância dos conhecimentos sobre o meio ambiente, os docentes foram questionados também sobre a frequência da abordagem às questões sobre educação ambiental nas suas práticas pedagógicas.

Gráfico 16 – Nas suas aulas aborda questões relacionadas com a educação ambiental?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

A partir da análise do gráfico 16, sobre a abordagem de questões relacionadas à educação ambiental na aula que ministra, verifica-se que esta é abordada sobretudo “às vezes” (5), embora alguns docentes afirmem abordar muitas vezes (2) ou sempre (2). Apenas 1 dos participantes afirma que são raras às vezes que aborda essas questões.

Comparando com as respostas equivalente à questão (gráfico 5), na percepção dos alunos, a educação ambiental é abordada às vezes (9), somente 3 participantes consideram que há frequência na abordagem, sendo que 1 considera que sempre o tema está em pauta e outro (1) afirma que raramente.

Frente às respostas, constata-se que a temática é trabalhada de forma moderada, distanciando a transversalidade do tema de interesse social e que deve ser pensado de forma prospectiva inserindo novas variáveis no modo como o educando concebe a natureza e a relação com a sociedade, realçando os vínculos entre o mundo da escola e a realidade.

Para a análise das justificativas referente à pergunta sobre a frequência da abordagem das questões ambientais nas suas aulas, sistematizaram-se as

respostas através da criação de categorias, agrupando-se as respostas semelhantes, conforme quadro 7.

Quadro 7 – Justificativas das respostas do Gráfico 16.

Categoria	Justificativa docente
Inevitabilidade de se abordar o tema pela sua presença no cotidiano	Doc 02 - As questões ambientais estão presentes no dia-a-dia de todos nós, não tem como abordar conteúdos sem fazer esta relação; Doc 10 - Sempre se relaciona com o meio ambiente a vivência do conhecimento.
Abordagem inerente aos conteúdos da disciplina	Doc 03 - A questão ambiental surge esporadicamente nas disciplinas de Filosofia e Sociologia. (Por. ex.: bioética, movimentos sociais ligados a causa ambiental); Doc 04 - Quando trabalho ecologia humana, social e ambiental; Doc 08 - Pois trabalho a industrialização e a ação humana.
Reconhecimento da importância para a formação integral dos cidadãos, mesmo que não esteja previsto no currículo	Doc 05 - Para tornar um ator social, oriundo de PROEJA, algumas abordagens que fogem da ementa, mas que os engrandecem enquanto cidadãos devem ser abordadas e difundidas, pois muitas vezes sentem-se inferiores e incapazes. Inserir-los a um meio através de prática e orientação é de extrema valia.
Abordagem do tema	Doc 06 - Trabalhos com PPI - reaproveitamento de materiais. Doc 07 - Procuo textos que dizem respeito ao tema a fim de interpretação e produção textual;
Constrangimentos temporal e organizacional	Doc 01 - Não dou-me em conta de abordar tal tema; Doc 09 - Meu componente tem apenas 1h por semana, difícil fazer abordagem holística.

Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

A partir dessa sistematização verificou-se que para alguns docentes abordar questões ambientais é inevitável, pois faz parte do cotidiano e se relaciona com as vivências do conhecimento dos sujeitos. Freire já apontava que é imprescindível trazer as experiências diárias dos educandos “[...] minha

insistência de começar a partir de sua descrição sobre suas experiências da vida diária baseia-se na possibilidade de se começar a partir do concreto, do senso comum, para chegar a uma compreensão rigorosa da realidade.” (Freire, 2008, p.131).

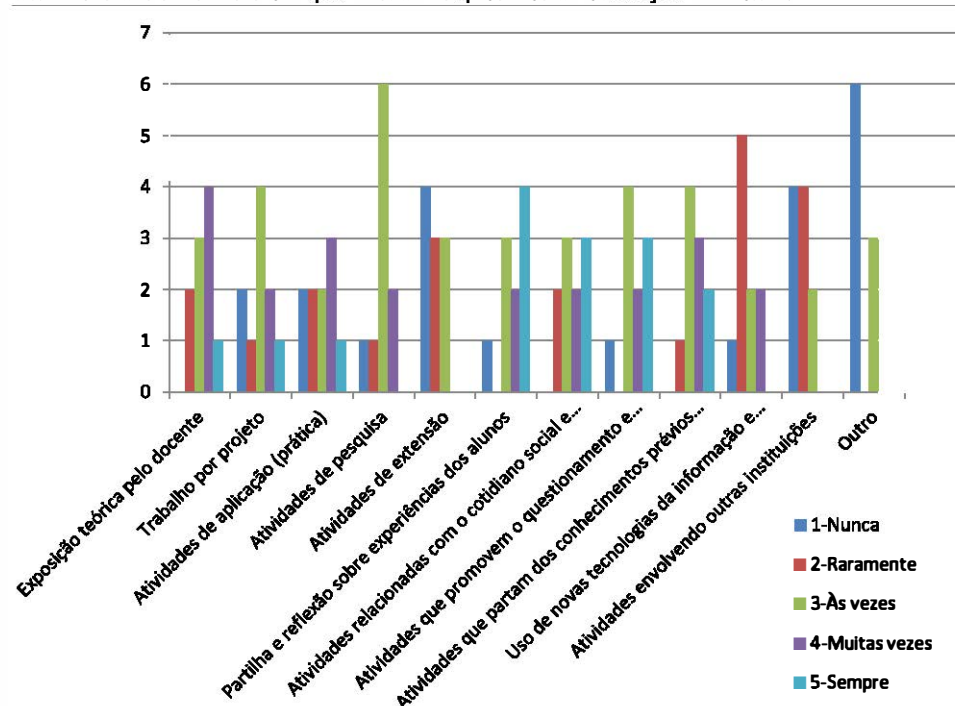
De outra forma, a educação ambiental é abordada, pois está intrínseca no conteúdo das disciplinas. Em outra visão, mesmo não fazendo parte do currículo, o docente reconhece a importância da educação ambiental para a formação integral do sujeito.

Outros docentes abordam o tema articulando-o com o desenvolvimento das competências previstas para a sua disciplina, como por exemplo, leitura e interpretação de textos e no trabalho com PPI, Prática Profissional Integrada, articulando os conhecimentos trabalhados em sala de aula para o reaproveitamento de materiais ou resíduos, através de elaboração de oficinas práticas.

Também se perceberam, nas justificativas, restrições de tempo para a abordagem dos conteúdos próprios da disciplina, impedindo de haver uma relação com o tema. Outro constrangimento é o fato de que o docente não percebe a importância de abordar a temática ambiental uma vez que o docente diz “não se dá conta de abordar a educação ambiental”, pressupondo ser uma questão irrelevante.

No gráfico seguinte, apresentam-se as respostas dos docentes relativamente às dinâmicas das aulas em que abordam as questões ambientais.

Gráfico 17 – Indique a frequência com que os seguintes elementos estão presentes nas dinâmicas das suas aulas em que aborda as questões da educação ambiental.



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

De acordo com o gráfico 17, é possível perceber que as respostas dos docentes são variáveis. Dos elementos apresentados, o que mais frequente pelos docentes, de acordo com o gráfico é a utilização da partilha e reflexão sobre experiências dos alunos, podendo abordar as histórias de vida desses alunos e relacioná-las com o cotidiano social e profissional, outro ponto pelos vistos utilizado pelos docentes.

Outras práticas também apontadas por grande parte dos participantes é a exposição teórica pelo docente, onde se pressupõe que sejam tratados os conteúdos e que sejam relacionados com a temática ambiental. Destaca-se a valorização pelos docentes das atividades que promovem o questionamento e

análise crítica, atividades que partam dos conhecimentos prévios dos alunos e as relacionadas com o cotidiano.

Das restantes estratégias, as atividades de aplicação são utilizadas com regularidade (“muitas vezes” ou “sempre”) por apenas 4 docentes, o trabalho por projeto apenas por 3 docentes e as atividades de pesquisa apenas por 2 docentes. Se alargarmos a análise da frequência de “sempre” até “às vezes”, percebe-se que o número de professores que utilizam estas estratégias aumenta, sendo esta subida mais expressiva para as atividades de pesquisa - 6 dos docentes utilizam “às vezes”. Lamenta-se este fato por serem estratégias que pela sua dimensão mais participativa e em contato com a “realidade” poderiam contribuir para um maior aprendizado, fixação dos conteúdos e instigar a investigação dos alunos adultos possibilitando a confrontação com suas experiências. Quando solicitado se outro elemento está presente, nenhum dos participantes justificou.

A estratégia menos utilizada pelos docentes do PROEJA é o desenvolvimento de atividades envolvendo outras instituições, um importante meio de desenvolvimento do conhecimento e troca de experiências, facilitando a comunicação e transmissão de informações e apresentação da realidade da sociedade.

Importante a visão de Godinho et al., quando menciona que a educação de jovens e adultos vai além dos espaços formais, criando uma rede de interação que envolve os sujeitos e os faz conhecerem os problemas que afetam seu entorno, problemas ambientais, sociais, e a participarem ativamente e se posicionarem diante de certas situações na sociedade:

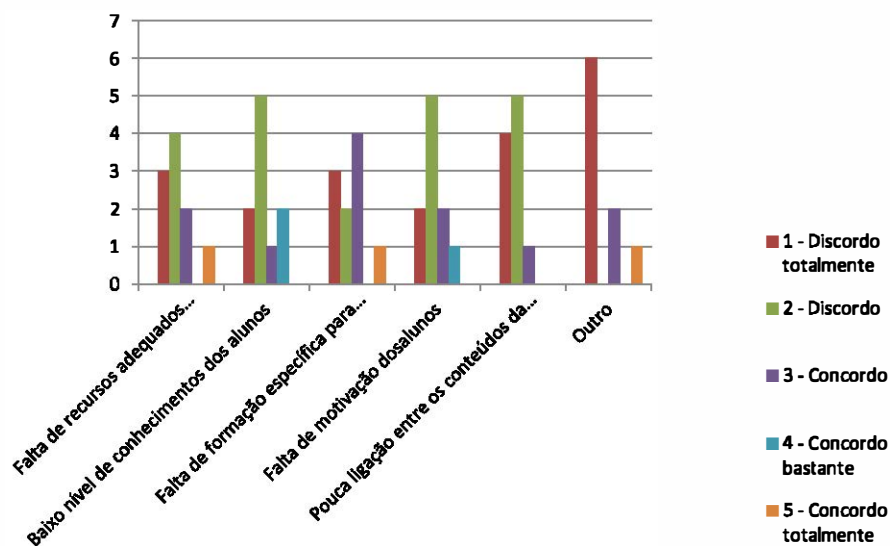
Acreditamos na escola como espaço no qual os desejos e as necessidades se transformam em projetos em prol da justiça social, e que encontram no seu entorno as condições para se efetivarem. A escola parte do seu contexto sócio-cultural, buscando junto com seus educandos alternativas para melhorar

este contexto, de modo que as participações dos sujeitos presentes nas comunidades locais possam transformar qualitativamente o lugar em que estão inseridos (Godinho et al., 2012, p. 249).

Outra das práticas que os docentes menos utilizam são as atividades de extensão, pouco valorizadas pelos docentes, visto que 4 nunca utilizam e os outros utilizam às vezes ou raramente. O uso de novas tecnologias de informação e comunicação, que possibilitaria o acesso a informação e pesquisa sobre o tema, é também uma das estratégias menos utilizada, ainda que o *campus* possua 3 laboratórios de informática equipados e disponíveis para qualquer atividade do *campus*. Na opção de outros elementos, a resposta que predomina é nunca, não tendo nenhuma justificativa.

Considerando a abordagem das questões ambientais nas aulas, o gráfico a seguir demonstra a percepção dos docentes quanto às dificuldades encontradas ao abordar questões sobre a educação ambiental no curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA.

Gráfico 18 - Quais as maiores dificuldades que encontra ao abordar questões sobre a educação ambiental nas suas aulas?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Observa-se que as respostas para essa questão são variadas, contudo, para todas as dificuldades apresentadas, prevaleceram respostas discordando. Há duas interpretações possíveis, ou os docentes não sentem tantas dificuldades na abordagem das questões ambientais nas suas aulas ou as dificuldades não passam pelas hipóteses que apresentamos no questionário. O fato de a opção “Outro” ter recolhido 6 respostas “Discordo Totalmente”, fortalece a primeira interpretação.

Havendo dificuldades, a pouca ligação entre os conteúdos da disciplina e as questões ambientais não é, para a grande maioria dos participantes, razão para a temática não ser abordada, uma vez que apenas um docente concorda e os restantes ou discordam ou discordam totalmente. Estes resultados contribuem para reforçar a possibilidade de integrar a educação ambiental no curso através de abordagens assentes na interdisciplinaridade e transversalidade.

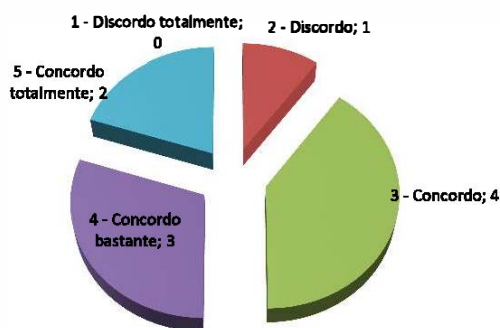
A falta de recursos adequados (materiais, espaços, etc.), o baixo nível de conhecimentos dos alunos e a falta de motivação dos alunos, não são dificuldades muito percebidas pelos docentes na abordagem das questões ambientais, pois, para as três opções, 7 dos participantes discordam (somando as respostas “Discordo Totalmente” e “Discordo”) e apenas 3 concordam (somando as respostas “Concordo”, “Concordo bastante” e “Concordo totalmente”).

A opção que reúne um maior número de respostas concordantes é a falta de formação específica para lecionar sobre esta matéria. Não obstante, o número de respostas concordantes é semelhante ao número de respostas discordantes, 50% concorda enquanto a outra metade discorda. Estes dados estão em consonância com os dados do gráfico 9, onde demonstra-se que

60% dos docentes tem formação específica na área, o que poderá viabilizar o recurso a estratégias mais diversificadas e adequadas à abordagem das questões ambientais.

Já para a possibilidade de haver outro motivo que dificulta a abordagem sobre educação ambiental, 3 dos participantes confirmaram, porém nenhum justificou.

Gráfico 19 – Os alunos envolvem-se com facilidade no desenvolvimento do tema?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Na questão relacionada ao envolvimento dos alunos, percebe-se pelo gráfico 19 que há consenso da grande maioria de que há facilidade dos alunos jovens e adultos se envolverem quando abordado o tema. De acordo com as justificações apresentadas pelos docentes, pode-se considerar que essa facilidade na manifestação se dá devido aos conhecimentos prévios desses alunos e ao fato de já terem vivenciado ou tido conhecimento pela mídia de várias situações que expõem o tema.

No quadro a seguir, apresenta-se as justificativas às respostas dadas pelos professores, referentes ao gráfico 19, ordenou-se o quadro por caracterizações que agruparam as justificativas comuns.

Quadro 8 – Justificativas às respostas do Gráfico 17

Categoria	Justificativa docente
Envolvimento pelas experiências cotidianas	Doc 01 - Acredito ser um tema que possa ser inserido no dia a dia dos alunos; Doc 03 - sempre que o tema educação para o ambiente é abordado, os alunos trazem suas experiências cotidianas, e daí partimos para a discussão e reflexão das nossas ações; Doc 04 - Sempre que abordada a temática eles participam muito, relatam experiências e desenvolvem processo crítico e criativo; Doc 06 - A realidade ambiental e seus contornos são perceptíveis aos alunos, basta auxiliar na compreensão do contexto.
Informação sobre o tema	Doc 02 - De certa forma é uma temática presente na mídia.
Reconhecimento da importância das questões ambientais	Doc 05 - Os alunos são conscientes desse tema, por isso manifestam empatia com as discussões sobre a temática
Abordagem do tema	Doc 07 - O envolvimento é momentâneo

Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Em resposta à facilidade de envolvimento pelos alunos, observou-se que os docentes apresentam a questão da vivência diária dos educandos, apontando relatos de experiências e o envolvimento destes através de discussões reflexivas que desenvolvem o processo crítico e criativo e pela compreensão do contexto vivido. Em outra visão, um docente justifica o envolvimento pela presença da temática presente na mídia, considerando que a ascensão das questões ambientais na imprensa falada ou escrita se faz pelo crescente interesse da sociedade atual, por situações de conservação e possibilidades de um mundo sustentável.

Outra justificativa destaca que os alunos reconhecem a importância das questões ambientais e propõem-se a discutir sobre a temática, demonstrando interesse sobre assunto. Noutra visão, pode-se dizer contraditória às

anteriores, um docente manifesta que os alunos envolvem-se de forma transitória, não detendo suas atenções na temática.

O que fica claro pelo gráfico e nas justificativas é que os alunos têm um certo envolvimento com a temática, visto ser um assunto relevante, presente no cotidiano e relacionado às experiências de vida.

Gráfico 20 – No *campus* Santa Rosa/RS, há apoios e incentivos por parte da Instituição para a educação ambiental?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

De acordo com o gráfico 20, é possível perceber que o IFFar apoia e incentiva para que haja uma educação voltada ao ambiente, com participação nos projetos desenvolvidos pela Prefeitura, com o Projeto apoiado pelo MEC chamado de Sala Verde, onde são feitas palestras e oficinas a bordo de um caminhão que se desloca para cidades próximas, principalmente na semana do meio ambiente (05 de junho).

Cuida-se também da realização de palestras e discussões acerca do tema em Seminários e Mostras de trabalhos, além de pequenas atividades de identificação das lixeiras, disposição de resíduos e coleta de materiais para uso e reciclagem, com desenvolvimento de oficinas com materiais descartados, projetos de pesquisas com resíduos da construção civil e construção envolvendo os alunos.

Quadro 9 – Justificativas às respostas do Gráfico 18

Doc 1	Participação no projeto "Santa Rosa Nosso Planeta"; organização de palestras com a participação dos alunos; programação na Semana do Meio Ambiente...
Doc 2	Há algumas palestras e atividades, mas acredito que há muito espaço para ampliação.
Doc 3	Sala verde
Doc 4	Poderiam ser mais eficazes, não somente lixeiras, usar os espaços e possibilidades de implantação de novas abordagens de forma mais prática e tornando-as usuais.
Doc 5	Há Projetos em andamento nesta área. Os alunos do Integrado já foram premiados em nível municipal por desenvolver projetos nessa área na Instituição.
Doc 6	A própria existência do curso Biologia é um incentivador, embora, de atuação bastante tímida no <i>campus</i> .
Doc 7	Divisão de lixo

Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Frente à análise do quadro, os incentivos estão presentes embora para alguns docentes de forma tímida, podendo ser alargados ou serem mais frequentes, abrindo espaço para um aprendizado mais significativo com a participação efetiva dos alunos. Neste contexto, o gráfico 21 corrobora com as afirmações de que as iniciativas existem e a maioria compreende que os incentivos são adequados face aos propósitos da educação ambiental (somando as respostas "Adequado", "Muito adequado" e "Totalmente adequado"), embora 40% considere pouco adequado.

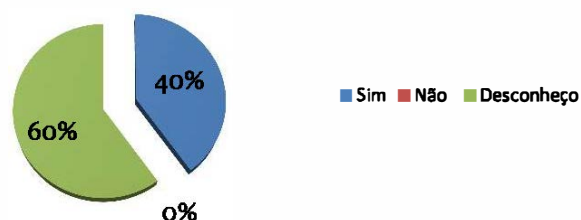
Gráfico 21 - Como avalia a adequação desses incentivos face aos propósitos da educação ambiental?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

No gráfico a seguir, foi perguntado aos docentes se existem parcerias com outras instituições para o desenvolvimento de ações e/ou projetos relacionados ao meio ambiente, o que resultou em: 60% desconhece qualquer ação ou projeto e 40% afirma que há sim parcerias, estas desenvolvidas com as Prefeituras da região e escolas, com o presídio estadual, com a participação de representantes do *campus* no Conselho Municipal do Meio Ambiente, para planejamento de projetos relevantes sobre meio ambiente.

Gráfico 22 - No *campus* Santa Rosa/RS, existem parcerias com outras instituições para o desenvolvimento de ações e/ou projetos relacionados ao meio ambiente?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Sendo que a maioria dos docentes afirmou desconhecer a existência de parcerias para o desenvolvimento de ações ou projetos na área do ambiente, será importante perceber as razões desse fato, nomeadamente, se é uma questão de foro pessoal, isto é, resultante de uma falta de interesse pelo tema que por sua vez faz com que não procurem ou não estejam atentos à informação disponível, ou se é uma questão institucional, sendo necessário, por exemplo, melhorar os processos e meios de divulgação dessa informação.

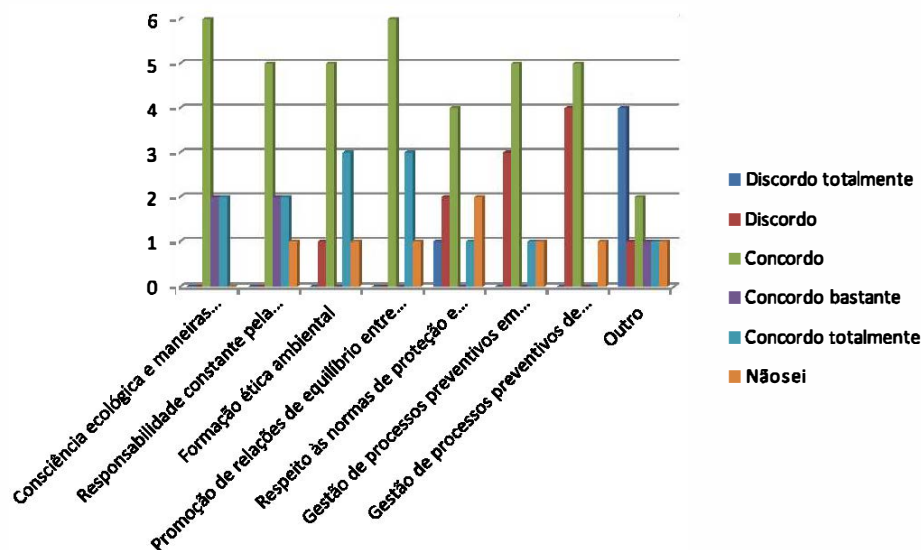
Aos que responderam afirmativamente à questão exposta no gráfico 22, foi questionado de que forma o curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA se envolve nessas ações e/ou projetos. Manifestaram que se dá a partir da participação em palestras e eventos relacionados ao tema, com ações

conjuntas com o presídio de Santa Rosa, com projetos da Prefeitura Municipal e outras entidades que tratam da temática.

Nesse contexto, importa salientar que a instituição de ensino é um agente fundamental para a divulgação dos princípios e práticas da educação ambiental, considerando que para o bom funcionamento é necessário ir além das estruturas escolares, buscando o envolvimento de outras instituições e da sociedade como um todo, pois essa relação propicia às pessoas uma compreensão da realidade que desencadeia os conflitos entre humano e ambiente natural.

Essa compreensão da realidade pode ser adquirida pela mudança de atitudes e competências, a respeito das quais os docentes se posicionam, atendendo aos formandos do curso onde ministram.

Gráfico 23 - Do seu ponto de vista, quais as principais atitudes e competências em Educação Ambiental adquiridas pelos formandos com a conclusão do curso?



Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Nota-se, pela interpretação do gráfico 23, que a competência que prepondera é a consciência ecológica e maneiras sustentáveis de produção e

consumo, seguida pela alternativa da responsabilidade constante pela conservação e restauração do meio ambiente. Se considerarmos todas as opções de resposta afirmativas, podemos ainda mencionar a promoção de relações de equilíbrio entre humano e meio ambiente. Importa ressaltar, contudo, que para todas as afirmações a resposta que predomina é a opção concordo, o que uma vez mais nos faz ponderar se os participantes optaram por uma resposta mais “neutra” (“a resposta do meio”), um posicionamento menos vincado, embora para esta questão se tenha assegurado a possibilidade de expressarem que não sabiam.

As atitudes e competências com maior número de respostas discordantes são o respeito às normas de proteção e prevenção do meio ambiente em concordância com as Legislações ambientais vigentes, o que nos leva a crer que falta conhecimento sobre as legislações que tratam do tema.

Salienta-se que pelo menos um dos participantes afirma desconhecer a aquisição de tais competências. No ponto “Outro”, embora as respostas tenham variado bastante, nenhum dos participantes justificou.

Quando solicitado que propusessem sugestões para melhorar a concretização da educação ambiental no curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA, eis que os docentes foram incisivos em suas considerações, deixando claras suas posições.

Considerando as sugestões propostas para melhorar a concretização da educação ambiental no curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA, conforme descrito no quadro abaixo, eis que os docentes foram enfáticos em suas considerações, ressaltando a abordagem e integração das questões ambientais nos conteúdos diários trabalhados em sala de aula, optando por um planejamento integrado entre os docentes, utilizando a interdisciplinaridade como forma de desenvolver um trabalho de integração

entre os conteúdos de uma disciplina com outras áreas do conhecimento, proporcionando um trabalho mais significativo para os alunos e que reflita na sua profissão, em sua vida e, conseqüentemente, na vida de toda a sociedade a que pertence.

Quadro 10 - A partir da sua experiência, o que considera que poderia ser melhorado? (por exemplo, ao nível da instituição, das parcerias, das práticas de ensino-aprendizagem, etc.)

Categorização	Respostas docentes
Abordagem mais frequente e interdisciplinar do tema	Doc 01 - Inserção nos conteúdos diários trabalhados em sala de aula; Doc 02 - Deveria haver um planejamento mais integrado entre os docentes das disciplinas técnicas e da área básica, para que o trabalho ocorresse de maneira mais significativa para o aluno. Isso serve para o que se relaciona às questões ambientais, como também para o curso de forma geral; Doc 4 - Penso que os professores poderiam em suas práticas (PPI, por ex) integrar mais as questões ambientais, juntamente com outras disciplinas e não somente em sua.
Alunos, sujeito do próprio conhecimento	Doc 05 - Ações mais expressivas. Com participação e construção dos alunos.
Conscientização de alunos e professores	Doc 03 - Um trabalho focado no consumo consciente, tanto na esfera do desperdício de recursos naturais como no aspecto econômico do indivíduo. Doc 06 - Mais atividades de conscientização para docentes e alunos. Doc 09 - Deveria ser melhorada a consciência dos docentes relativa ao tema. Doc 10 - Atividades práticas com os alunos e maior conscientização e comprometimento.
Teoria x prática: Combinação de atividades	Doc 07 - Realizar projetos práticos na área e que já ocorre via PPI. Doc 08 - Tirar a teoria do papel e partir para a prática. Doc 10 - Atividades práticas com os alunos e maior conscientização e comprometimento.

Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018.

Conforme já mencionado, o meio ambiente foi considerado pelo Ministério da Educação, através do PCN, um tema transversal, devendo estar integrado a todos os níveis de ensino formal, numa relação de transversalidade, de modo que introduza toda prática educativa e ao mesmo tempo crie uma visão abrangente da questão ambiental desenvolvendo no educando atitudes e

competências sobre meio ambiente que possam impactar o exercício de suas atividades enquanto técnicos em vendas.

Em outra visão docente, o que pode ser melhorado é a participação do aluno na construção da sua própria aprendizagem. Sabe-se que o docente é o agente de fomento da busca pelo conhecimento a ser desenvolvido no aluno, contudo, o aluno pode participar desse planejamento colaborando com seus conhecimentos prévios, fruto das vivências e que faz parte do processo interno de cada sujeito, tornando a aprendizagem mais significativa para os jovens e adultos.

No entendimento de alguns docentes o que é importante ser melhorado é o desenvolvimento de um trabalho mais focado na conscientização tanto de alunos como de professores, é importante que a instituição de ensino desenvolva mais do que informação e conceitos sobre meio ambiente. Há a preocupação que a escola articule a formação de valores com mais ações práticas, trabalhando as atitudes e mudança de comportamento para que alunos e docentes desenvolvam o respeito e a preservação do ambiente. É importante, como diz Freire, “teorizar a prática e construir a teoria, procurando articular a teoria e a prática, o saber e o fazer, o ensino e a pesquisa” (Freire, 1998, citado por Philippi Jr & Pelicioni, 2014, pp.790-791).

Complementando as sugestões de melhoria, os participantes foram instigados a compartilhar alguma sugestão em relação à educação ambiental para a educação de jovens e adultos, para auxiliar no desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos, reforçando sua formação e o significado do meio ambiente, para o desenvolvimento sustentável e consciente, conforme o quadro 11.

Quadro 11 - Há algo mais que você gostasse de compartilhar em relação à educação ambiental voltada a educação de jovens e adultos?

Doc 01	Considerar a experiência de vida dos alunos do curso do PROEJA, é fundamental para que o trabalho da Educação Ambiental tenha significado para eles. Tudo que tem significado, fica como aprendizado.
Doc 02	Acredito que poderiam ser desenvolvidos mais trabalhos nessa temática com a EJA
Doc 03	Que esta faça parte da construção da cidadania dos nossos alunos ao longo de toda a sua formação
Doc 04	Que as ações sejam práticas, jovens e adultos só buscam envolvimento com base em prática e execução na maioria das vezes
Doc 05	A importância de realizar atividades interdisciplinares sobre a temática. Trabalhar mais sobre a legislação ambiental atual
Doc 06	Deveria ter algumas palestras
Doc 07	Ler detidamente Satish Kumar

Fonte: elaborado a partir de dados recolhidos pela autora, 2018

Algumas das sugestões reforçam a importância de as atividades serem significativas para os alunos, recorrendo às suas experiências de vida, aumentando a componente prática das atividades e pensá-las de forma interdisciplinar. Há também o reforço da contribuição da educação ambiental para a construção da cidadania, algo que deve ter lugar ao longo de toda a formação. Outras sugestões são mais específicas e indicam a realização de palestras, a abordagem de legislação ambiental e a leitura de determinados autores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo analisar os modos de concretização da educação ambiental no processo de educação e formação de jovens e adultos, que frequentam o curso PROEJA do IFFar *campus* Santa Rosa/RS. As principais considerações a que chegamos permitem-nos responder aos objetivos específicos deduzidos do objetivo geral e que nortearam o trabalho. O que se pode afirmar, por meio da análise do PPC do curso e dos questionários realizados com os docentes e discentes do curso, é que a integração da educação ambiental existe, porém é fragil e inconsistente.

Evidenciou-se que o PPC do curso apresenta o meio ambiente como uma questão de formação ética. Além disso, o currículo reforça essa ideia, pois apresenta a temática em algumas disciplinas. Contudo, constata-se que os docentes não abordam a temática com frequência e essa afirmativa fica evidente confrontando as respostas dos questionários. Percebe-se também que nem todos os docentes utilizam a transversalidade e interdisciplinaridade para auxiliar nas práticas pedagógicas.

É presente, tanto para o educando quanto para o docente, a importância dos conhecimentos ambientais para o curso técnico em vendas PROEJA, embora a abordagem nas disciplinas seja moderada, e nenhum professor adote estratégias inovadoras ou utilize tecnologias da informação, o que nos leva a crer que as aulas seguem os métodos tradicionais. Não obstante, a maioria dos docentes considera os aspectos culturais e sociais na prática pedagógica para a educação ambiental.

Do ponto de vista dos inquiridos, a educação ambiental tem valor para a aprendizagem e pode ser vista como um momento de conscientização para a

resolução de problemáticas ambientais pontuais e locais, porém, é notável que na prática as propostas pedagógicas não direcionam para essa questão, pois a abordagem da temática nos conteúdos, segundo os docentes, é dificultada pela falta de formação específica na área, embora 6 dos 10 participantes, afirmem ter formação em educação ambiental.

Há preocupação com as dimensões da realidade para além da formação unicamente de mão de obra, mas, sobretudo, em identificar o debate sobre a questão ambiental nas práticas educativas do PROEJA, enfatizando não somente o cuidado com o ambiente, mas questionando sobre as relações sociais vinculadas a uma educação que tem compromisso com a realidade para além da formação meramente técnica.

Na perspectiva docente, o IFFar incentiva e apoia a educação ambiental com o desenvolvimento de projetos, palestras, parcerias entre a prefeitura e o presídio, contudo, boa parte dos docentes desconhecem essas parcerias, deduzindo-se que possa ser pela falta de interesse ou por não serem amplamente divulgados os processos.

Importante frisar que a sociedade passa por uma crise resultante da forma como nos relacionamos com o mundo, da forma como nos organizamos, produzimos e consumimos. Desse modo, pode-se dizer que educar ambientalmente alunos do PROEJA, significa ser um mediador de situações de aprendizagem que conduzam à mudança de comportamento, atitudes e valores de educandos com opiniões já formadas, com bagagens históricas e vivências que reforçam suas culturas e que podem demonstrar certa indiferença com o novo.

O que se percebe é que os educandos do PROEJA estão atrelados à ideia de que preservar é necessário, de que a conscientização é importante, todavia, é uma forma de demonstrar preocupação, mas sem ação, visto que deve ser

direcionada para uma consciência mais abrangente sobre a forma de como o meio ambiente é visto pela sociedade e o que de fato necessita ser feito para uma educação significativa para a preservação.

Nessa conjectura, as vantagens detectadas após o levantamento dos dados, é que de alguma forma a educação ambiental está sendo abordada, mesmo que de forma pontual, nas disciplinas obrigatórias. Importante salientar que alguns docentes sentem a necessidade de considerar a educação ambiental de forma transversal nas suas disciplinas, como visto nas respostas ao questionário, porém essa ação não é prática comum de todos os docentes e não é abordada de forma contínua e permanente como impõe a PNEA.

Observa-se, contudo, que as mudanças não são rápidas nem fáceis, pode-se afirmar que, apesar de alguns conteúdos pontuais serem abordados pelos professores, esta dimensão da educação não tem sido contemplada de forma eficiente e eficaz. Os assuntos quando levantados, são tratados de forma pontual e fragmentados sem o envolvimento de todos os profissionais que atuam nos cursos.

Por fim, a avaliação dos resultados permitiu concluir que as atividades em educação ambiental acontecem de maneira segmentada em disciplinas isoladas, não sendo contempladas frequentemente e de forma contínua. Ademais, a compreensão das questões ambientais é limitada e fragmentada, tanto pelos docentes quanto pelos alunos, contudo consideram-se positivas as competências de preservação e cuidado com o ambiente, reconhecida pelos participantes. Dessa forma e a fim de ampliar a abordagem da educação ambiental no PROEJA da Instituição, sugere-se capacitação aos docentes, discussões sobre a inclusão da educação ambiental no currículo, organização de metodologias para superação da abordagem linear e fragmentada dos conteúdos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amado, J. (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em educação*. Universidade de Coimbra.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Coleção Ciências da Educação, Porto Editora. Acedido em 27 de outubro de 2017. http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/775/4/17164_metodologia.pdf
- Calil, A. (s.a.). *Análise de Metodologias em Teses Defendidas: Buscando um enfoque no estudo de caso e pesquisa Qualitativa*. In www.ufjf.br. Recuperado de: <http://www.ufjf.br/emem/files/2015/10/AN%C3%81LISE-DE-METODOLOGIAS-EM-TESES-DEFENDIDAS-BUSCANDO-UM-ENFOQUE-NO-ESTUDO-DE-CASO-E-PESQUISA-QUALITATIVA.pdf>
- Carvalho, M. L. M. de (org.) (2011). *Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional*. São Paulo: Centro Paula Souza.
- Castro, R. S. de. Layrargues, P. P. & Loureiro, C. F. B. (2011). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez.
- Coelho, C. (2016). *Avaliação, Expertise e Processos de Decisão Política: O Programa 'Avaliação Externa das Escolas' em Portugal (2006-2011)*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto [edição da autora].
- Cruz, E. Gonçalves, M. R. & Oliveira, M. R. (2012). *A educação de Jovens e Adultos no Brasil: políticas e Práticas*. Artigo publicado pela CECIERJ, ISSN 1984-6290. Recuperado de: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0326.html>.
- Cunha, C. M. da. (1999). Introdução - discutindo conceitos básicos. In: SEED-MEC, *Salto para o futuro - Educação de jovens e adultos*. Brasília.
- Fischer, M. C. B. & Franzoi, N. L. (2012). Saberes, Trajetórias e perspectivas Profissionais de Educandos: O PROEJA no encontro de Projetos de escola

- e de trabalhadores. In: Godinho, A. C. F. & Org. (2012). *Currículo e saberes do trabalho na educação profissional: estudos sobre o PROEJA*. Pelotas: Editora da UFPEL.
- Freire, P. (1979). *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2008). *Medo e ousadia*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Friedrich, M.; Benite, A. M. C.; Benite, C. R. M.; & Pereira, V. S. (2010). *Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas*. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867>
- Gadotti, M. (2009). *Educação de adultos como direito humano*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. Recuperado de: http://gadotti.org.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/519/AMG_BIB_08_001.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Gadotti, M. (2013). *Educação de Adultos como Direito Humano*. Recuperado de: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/download/1004/pdf>
- Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Recuperado de: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>
- Gil. A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5 ed. São Paulo: Atlas.
- Godinho, A. C. F, Oliveira, M. C. R., Silva, J. M., Costa, R. C. D, Franzoi, N. L. & Fischer, M. C. B. (2012). *Currículo e saberes do trabalho na educação profissional: estudos sobre o PROEJA*. Pelotas: Editora da UFPEL.
- Gorczewski, C. & Org. (2007). *Direitos humanos, educação e meio ambiente*. Editora Evangraf: Porto Alegre.

- Grün, M. (2007). *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papirus. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.
- Lemos, P. F. I. (2008) *Direito Ambiental: Responsabilidade civil e proteção ao meio ambiente*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Lindner, E. L. (2012). Refletindo sobre o ambiente. (p 13-19) In: Lisboa, C; & Kindel, E. (2012). *Educação Ambiental: da teoria à prática*. Porto Alegre: Mediação.
- Lisboa, C; & Kindel, E. (2012). *Educação Ambiental: da teoria à prática*. Porto Alegre: Mediação.
- Leff, E. (2010). *Discursos Sustentáveis*. São Paulo: Cortez.
- Leff, E. (2013). *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Machado, P. A. L. (2014) *Direito Ambiental Brasileiro*. 22. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros.
- Maraschin, M. S. & et al. (2012). *Formação docente, acesso e permanência na educação profissional: estudos sobre o PROEJA*. Pelotas, RS: UFPEL.
- Meller, C. B. (2007). *Tecer, lançar e recolher redes de saberes ambientais de atores sociais que se envolvem com a suinocultura*. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pós-Graduação em Educação. São Leopoldo.
- Moll, J. & Colaboradores (2010). *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed.
- Paiva, J. (2009). *Os sentidos do direito à educação para jovens e adultos*. Petrópolis: DP&A, Rio de Janeiro: FAPERJ.
- Paiva Júnior, F. G., Leão, A. L. M. S., & Mello, S. C. B., (2011). Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. *Revista Ciências da Administração*. 13 (31) 190-209. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2011v13n31p190/20846>

- Paranhos, R. & Shuvartz, M. (2013). A relação entre educação ambiental e a educação de jovens e adultos sob a perspectiva da trajetória dos educadores. *Revista Contexto & Educação*, 28(91), 84-105, set. 2014. issn 2179-1309. Recuperado de: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1295>
- Philippi Jr., A. & Pelicioni, M. C. F. (2014). *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. 2 ed. rev. E atual. Barueri, SP: Manole.
- Reigota, M. (2004). *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Brasiliense.
- Rodrigues, D. B. (2017). *Educação Ambiental, Republicanismo e o paradigma do Estado de Direito do Ambiente*. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias.
- Roths, L.; Silva, O.; Guimarães, P.; Sancho, A. & Rocha, M. (s.a.) (no prelo) *Para uma caracterização de formas de organização e de dispositivos pedagógicos de educação e formação de adultos*.
- Sato, M; & Carvalho, I. (2005) *Educação Ambiental: Pesquisa e Desafios*. Porto Alegre: Artmed.
- Silva, J. J. A. da. (2015) *Educação ambiental: uma proposta para a cidadania ecológica e o desenvolvimento sustentável*. Trabalho de Conclusão do Curso de Direito – Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa.
- Slonski, G. T. & Gelsleichter, M. (2013). *A pesquisa em educação ambiental na educação profissional e tecnológica: tendências dos artigos publicados entre 2002 e 2012*. Recuperado de: http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0048-1.pdf
- Souza, M. A. de. (2011). *Educação de Jovens e Adultos*. 2. ed. rev., atual. e ampl. Curitiba: Ibpex.
- Vicente, B. B. (2012). Educação Profissional em um galpão de reciclagem: dinâmicas do cotidiano. In: Godinho, A. C. F. & Org. (2012). *Currículo e saberes do trabalho na educação profissional: estudos sobre o PROEJA*. Pelotas: Editora da UFPEL.

6. NORMATIVOS LEGAIS E OUTROS DOCUMENTOS

Brasil (1937). Constituição Federal da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm

Brasil (1988). Constituição Federal da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Lei 6.938, de 31 de agosto 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938compilada.htm

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, LDB. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394compilado.htm

Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9795.htm

Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Ministério da Educação (2009). Documento Base PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC.

Ministério da Educação (2007). Documento Base. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

Ministério da Educação. (1998). Parâmetros Curriculares Nacionais. Recuperado de:
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>

Ministério da Educação (2009). Histórico da educação profissional. Recuperado de:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf

Ministério da Educação. Agenda 21. Recuperado de:
<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>

Ministério da Educação (2012). Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio. Recuperado de:
<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>

Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). Meio Ambiente. Apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF. 146p.

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Projeto Pedagógico do Curso (2014) Técnico em Vendas Integrado PROEJA. *Campus Santa Rosa*. Curso Criado e Aprovado Projeto Pedagógico do Curso pela Resolução Ad Referendum 001, de 22 de fevereiro de 2010. Retificado pela Resolução N.º 045, de 20 de junho de 2013. Reformulado pela: Resolução N° 066. de 22 de dezembro de 2010. Resolução Ad Referendum N.º 016, de 20 de abril de 2011. Resolução CONSUP nº 129 de 28 de novembro de 2014.

UNESCO (2016). Terceiro relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos. (p.56) Brasília. Acessado em 04 de Março de 2017. Recuperado de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002470/247056por.pdf>

APÊNDICES

A. Autorização para realização da pesquisa no *campus*.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Fátima Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3218 9802
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

AUTORIZAÇÃO

Autorizamos o(a) servidor(a) TANIA REGINA GOTTARDO TISSOT, SIAPE 1770498, ocupante do cargo de Técnico-Administrativo em Educação – Assistente em Administração, lotado(a) no Campus Santa Rosa do Instituto Federal Farroupilha, a aplicar questionários e entrevistas aos servidores e alunos do IFFar, para fins de pesquisa de dissertação relacionada ao tema PROEJA. Essa intitulada, provisoriamente, *"A concepção da Educação Ambiental na formação do Proeja: uma análise do curso técnico em vendas do IFFar, Campus Santa Rosa – RS"* do Curso de Mestrado em Educação – Educação e Formação de Adultos da Escola Superior de Educação (ESE), do Instituto Politécnico do Porto.

Santa Maria/RS, 28 de março de 2018.


CARLA COMERLATO JARDIM
Reitora
IF Farroupilha

B. Questionário aplicado aos educandos do curso técnico em vendas integrado PROEJA

Prezado(a),

Convido você a participar como voluntário(a) da pesquisa do Mestrado em Educação: Especialização em Educação e Formação de Adultos do Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal, a qual objetiva identificar de que modo se concretiza a educação ambiental na formação do Curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA do *campus* Santa Rosa.

Saliento que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa do IFFar e autorizada pela Reitora e também pela Diretora do *campus*.

Informo que serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas.

Para cada pergunta, por favor, escolha ou redija a resposta que melhor se adequa a sua situação ou perspectiva.

Desde já agradecemos sua colaboração e salientamos que a sua participação é fundamental para o sucesso dessa pesquisa!

1. Conhecendo um pouco de você:

1.1 Idade _____

1.2 Sexo
() Feminino () masculino

1.3 Estado Civil
() casado(a) () solteiro(a) () união estável
() divorciado/separado(a)

1.4 Possui dependente(s)?
() sim. Quantos? ____ () não

1.5 Local de residência
() Santa Rosa () Outro Município. Qual? _____

1.6 Em que ano terminou o ensino fundamental?

1.7 Por qual motivo não continuou os seus estudos?

1.8 Qual a sua situação atual face ao trabalho?
() trabalhando com vínculo empregatício () trabalhando, porém sem vínculo empregatício () autônomo () desempregado

Forma de enfrentamento da crise ambiental pela consciência e uso racional dos recursos oferecidos pelo ambiente

Componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal

Proposta de construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e, em consequência, para uma melhor qualidade de vida

Forma de compreensão da realidade social na qual o indivíduo está inserido

Proposta para uma relação ambiente x sujeito mais harmoniosa, com respeito a todas as formas de vida

Obrigação curricular

Outra. Qual?

2.5 Os conteúdos desenvolvidos pelos docentes abordam o estudo do meio ambiente e suas relações? Indique o grau de frequência dessa abordagem.

() 1 - Nunca () 2 - Raramente () 3 - Às vezes () 4 - Muitas vezes
() 5 - Sempre

2.6 Os métodos utilizados pelos professores facilitam a compreensão do estudo do meio ambiente e as questões ambientais desenvolvidas nas aulas?

() 1 - Não facilitam nada () 2 - Facilitam pouco () 3 - Facilitam
() 4 - Facilitam muito () 5 - Facilitam imenso

2.7 Qual o grau de importância do conhecimento sobre o meio ambiente para as atividades do Técnico em Vendas?

() 1 - Nada importante () 2 - Pouco importante () 3 - Importante
() 4 - Muito importante () 5 - Muito importante

Justifique a sua resposta (por quê?).

3. **Somente para os alunos do 3º ano. Nos restantes casos, avançar para a pergunta**

3.1 Você considera-se preparado para trabalhar na área de Vendas?

() 1 - Nada preparado () 2 - Um pouco preparado () 3 - Preparado
() 4 - Muito preparado () 5 - Muito preparado

3.2 Que competência(s) adquiriu no decorrer do curso que levará para a vida em relação à questão ambiental?

4. Há algo mais que queira partilhar sobre a integração da educação ambiental no curso Técnico de Vendas?

Muito obrigada pela sua colaboração!

C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de iniciação científica de mestrado intitulada *“A concepção da educação ambiental na formação do PROEJA: uma análise do Curso Técnico em Vendas Integrado do IFFar, campus Santa Rosa – RS”*. Nesse trabalho de investigação, conto com o auxílio da orientadora Doutora Carina Coelho, professora do Mestrado em Educação - Especialização em Educação e Formação de Adultos do Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal. Serão analisadas as concepções e práticas da educação ambiental que permeiam a formação profissional do Curso Técnico em Vendas Integrado PROEJA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, *campus* Santa Rosa, buscando investigar a proposta de educação ambiental apresentada no currículo do curso e abordar a visão dos docentes e discentes, comparando os conhecimentos prévios com a realidade apresentada em sala de aula.

Nesse sentido, convido Vossa Senhoria a colaborar nesse trabalho de pesquisa. Para tanto, necessito que o Sr(a) forneça informações a respeito de suas experiências prévias e conhecimentos adquiridos no decorrer do curso. O Sr(a) não terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número.

A coleta de dados será feita através de questionário, aos docentes e discentes que concordem em responder. O procedimento para a aplicação do questionário aos docentes será através da ferramenta *“Google Forms”*, o segundo será diretamente aos alunos com posterior transcrição para análise. Após esse momento de coleta, as respostas fornecidas serão transcritas na sua literalidade para serem analisadas de forma científica.

O estudo tem como intuito contribuir para a mudança de comportamento perante a natureza, àqueles que apresentam enraizados em sua cultura que os recursos naturais existem tão somente para suprir necessidades humanas.

Informo que participação nessa pesquisa é voluntária, portanto, você está livre para se recusar a responder perguntas que lhe causem constrangimento ou deixar de participar a qualquer momento, sem apresentar justificativa.

Solicito a sua autorização para o uso dos dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome. Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Tania Regina Gottardo Tissot

NÚMERO DO TELEFONE: (55) 99936-2018 ou (55) 3511 2575

ENDEREÇO: Rua Uruguai, 1675, Bairro Central, Santa Rosa/RS

ASSINATURA DO PESQUISADOR

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Rua Esmeralda, 430, Bairro Camobi, Santa Maria, Rio Grande do Sul

Fone/Fax: (55)32189850 e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-

INAN, Unidade II – Brasília– DF- CEP: 70750-521– Fone: (61)3315-5878/ 5879

e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____

Local: _____ Data: ____/____/____ .

**D. Questionário aplicado aos docentes do curso técnico em vendas integrado
PROEJA**

A educação ambiental na formação dos alunos do Proeja.

Esta pesquisa é direcionada aos docentes que ministram aulas no Curso Técnico em Vendas Proeja do IFFar campus Santa Rosa e tem como objetivo identificar o nêodo de ~~concretização~~ da educação ambiental na formação dos alunos do Proeja. O ~~estudo~~ faz parte da pesquisa para o Mestrado em Educação: Especialização em Educação e Formação de Adultos do Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal.

Eu, Tania Trissol, responsável pela pesquisa de mestrado "A concepção da Educação Ambiental na formação do Proeja: uma análise do curso técnico em vendas do IFFar, campus Santa Rosa - RS", convido você a participar como voluntário(a).

A sua participação não representará riscos potenciais ou reais à sua dimensão física, moral, intelectual, social ou cultural em qualquer fase. Ressalta-se que não onera gastos financeiros para o(a) voluntário(a).

Saliento que o Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFFar e teve autorização para aplicação pela Reitora da Instituição e Diretora do campus.

Ao concordar em participar da pesquisa, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, garantindo a privacidade das informações fornecidas. Você não será identificado(a) em nenhum momento, mesmo quando os resultados da pesquisa forem divulgados em eventos ou publicações.

Para cada pergunta, por favor, escolha ou redija a resposta que melhor se adequa a sua situação ou perspectiva.

Desde já agradeço sua colaboração e saliento que a sua participação é fundamental para o sucesso da pesquisa!

***Obrigatório**

1. Você concorda em participar da pesquisa voluntariamente? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Concordo em participar voluntariamente da pesquisa. Estou ciente dos objetivos e propósitos do estudo.

☐ Não concordo. Pare de preencher este formulário.

Perfil do entrevistado

2. 1- Idade *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ de 20 a 30
- ☐ de 31 a 40
- ☐ de 41 a 50
- ☐ acima de 51

3. 2 - Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Prefero não informar

4. 3 - Formação Acadêmica: Habilitações *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Graduação
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Pós-Doutorado

5. Ao longo de seu percurso teve alguma formação voltada para a educação de jovens e adultos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

6. Se respondeu Sim, por favor, especifique o âmbito dessa formação:

7. Ao longo de seu percurso teve alguma formação direcionada para a educação ambiental? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Se respondeu Sim, por favor, especifique o âmbito dessa formação:

9. 4 - Qual seu regime de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 20 horas
- ☐ 40 horas
- ☐ Dedicação Exclusiva

10. 5 - Há quanto tempo trabalha na Instituição? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ menos de 1 ano
- ☐ mais de 1 ano e menos de 5 anos
- ☐ mais de 5 anos

11. 6 - Qual a área que leciona? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Ciências da Natureza
☐ Línguas
☐ Ciências Sociais e Humanas
☐ Matemática e áreas afins
☐ Tecnologias da Informação e Comunicação
☐ Outra.

Perspectivas sobre Educação Ambiental**12. 1 - ● que é educação ambiental para você? Para cada uma das seguintes afirmações, indique o seu grau de concordância. Escala: 1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo bastante; 5 – Concordo totalmente ****Marcar apenas uma oval por linha.*

	1	2	3	4	5
Proposta de constituição de um mundo novo que forma o indivíduo com compaixão pelo meio ambiente	☐	☐	☐	☐	☐
Formação para o desempenho de uma função ecológica de restauração ambiental deixada pelas gerações que o antecederam	☐	☐	☐	☐	☐
Forma de enfrentamento da crise ambiental pela consciência e uso racional dos recursos oferecidos pelo ambiente	☐	☐	☐	☐	☐
Componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal	☐	☐	☐	☐	☐
Proposta de constituição de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e, em consequência, para uma melhor qualidade de vida	☐	☐	☐	☐	☐
Forma de compreensão da realidade social na qual o indivíduo está inserido	☐	☐	☐	☐	☐
Proposta para uma relação ambiente x sujeito mais harmoniosa, com respeito a todas as formas de vida	☐	☐	☐	☐	☐
Obrigação curricular	☐	☐	☐	☐	☐
Outra	☐	☐	☐	☐	☐

13. 2 - A matriz curricular do curso Técnico em Vendas Integrado Proeja está organizada para integração da educação ambiental nas diversas disciplinas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não conheço a Matriz

14. 3 - Na sua concepção, que práticas pedagógicas relacionadas à educação ambiental são programadas para a formação do Técnico em Vendas Integrado Proeja? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nenhuma
- ☐ Considera aspectos culturais e sociais dos alunos
- ☐ Adota estratégias inovadoras
- ☐ Restringe a participação dos alunos na aula
- ☐ Utiliza trabalhos coletivos
- ☐ Utiliza tecnologia da informação

15. 4 - Do seu ponto de vista, qual o grau de importância do conhecimento sobre o meio ambiente para as atividades do Técnico em Vendas Proeja? Escala: 1 – Nada importante; 2 – Pouco importante; 3 – Importante; 4 – Muito importante; 5 – Bastante importante *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

Práticas pedagógicas na abordagem às questões sobre educação ambiental

16. 1 - Mas suas aulas aborda questões relacionadas com a educação ambiental? Escala: 1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Às vezes; 4 – Muitas vezes; 5 – Sempre *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

17. Justifique a sua resposta (por quê?) *

18. Se respondeu 1 – Nunca, passe para a pergunta 9. Para os restantes casos, continue.

19. 6 - Indique a frequência com que os seguintes elementos estão presentes nas dinâmicas das suas aulas em que aborda as questões da educação ambiental. Escala: 1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Às vezes; 4 – Muitas vezes; 5 – Sempre
 Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Exposição teórica pelo docente	☐	☐	☐	☐	☐
Trabalho por projeto	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades de aplicação (prática)	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades de pesquisa	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades de extensão	☐	☐	☐	☐	☐
Partilha e reflexão sobre experiências dos alunos	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades relacionadas com o cotidiano social e profissional	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades que promovem o questionamento e análise crítica	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades que partam dos conhecimentos prévios dos alunos	☐	☐	☐	☐	☐
Uso de novas Tecnologias de Informação e Comunicação	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades envolvendo outras instituições	☐	☐	☐	☐	☐
Outro	☐	☐	☐	☐	☐

20. 7 - Quais as maiores dificuldades que encontra ao abordar questões sobre a educação ambiental nas suas aulas? Escala: 1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo bastante; 5 – Concordo totalmente
 Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Falta de recursos adequados (materiais, espaços, etc.)	☐	☐	☐	☐	☐
Baixo nível de conhecimentos dos alunos	☐	☐	☐	☐	☐
Falta de formação específica para lecionar sobre esta matéria	☐	☐	☐	☐	☐
Falta de motivação dos alunos	☐	☐	☐	☐	☐
Pouca ligação entre os conteúdos da disciplina e a educação ambiental	☐	☐	☐	☒	☐
Outro	☐	☐	☐	☐	☐

21. 8 - Os alunos envolvem-se com facilidade no desenvolvimento do tema? Escala: 1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo bastante; 5 – Concordo totalmente
 Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

22. Justifique sua resposta.

01/08/2018

A educação ambiental na formação dos alunos do Proeja.

23. 9 - No campus Santa Rosa/RS, há apoios e incentivos por parte da Instituição para a educação ambiental? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei

24. Se respondeu Sim, por favor, dê exemplos.

25. 10 - Como avalia a adequação desses incentivos face aos propósitos da educação ambiental? Escala: 1 – Nada adequado; 2 – Pouco adequado; 3 – Adequado; 4 – Muito adequado; 5 – Totalmente adequado *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

26. 11 - No campus Santa Rosa/RS, existem parcerias com outras instituições para o desenvolvimento de ações e/ou projetos relacionados ao meio ambiente? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Desconheço

27. Se respondeu Sim, por favor, explicita como se dá o envolvimento do curso Técnico em Vendas Integrado Proeja nessas ações e/ou projetos?

28. 12 - Do seu ponto de vista, quais as principais atitudes e competências em Educação Ambiental adquiridas pelos formandos com a conclusão do curso? Escala: 1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo bastante; 5 – Concordo totalmente; NS – Não sei *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5	NS
Consciência ecológica e maneiras sustentáveis de produção e consumo	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Responsabilidade constante pela conservação e restauração do meio ambiente	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Formação ética ambiental	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Promoção de relações de equilíbrio entre humano e meio ambiente	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Respeito às normas de proteção e prevenção do meio ambiente em concordância com as Legislações ambientais vigentes	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Gestão de processos preventivos em relação aos resíduos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Gestão de processos preventivos de utilização da água	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outro	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Sugestões para melhorar a concretização da educação ambiental no curso Técnico em Vendas Integrado Proeja

29. 13 - A partir da sua experiência, o que considera que poderia ser melhorado? (por exemplo, ao nível da instituição, das parcerias, das práticas de ensino-aprendizagem, etc.)

30. 14 - Há algo mais que você gostaria de compartilhar em relação a educação ambiental voltada a educação de jovens e adultos? *
